



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE

Paula Cristina Weber

**REPRESENTAÇÕES DA INTEGRAÇÃO CULTURAL DAS COMUNIDADES DE
ORIGEM ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL DO ESTADO NOVO: UM ESTUDO
DAS OBRAS *UM RIO IMITA O RENO* E *LONGE DO RENO***

Caxias do Sul
2013

Paula Cristina Weber

**REPRESENTAÇÕES DA INTEGRAÇÃO CULTURAL DAS COMUNIDADES DE
ORIGEM ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL DO ESTADO NOVO: UM ESTUDO
DAS OBRAS *UM RIO IMITA O RENO* E *LONGE DO RENO***

Dissertação apresentada à Universidade de
Caxias do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Letras,
Cultura e Regionalidade.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari

Caxias do Sul
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

W375r Weber, Paula Cristina, 1981-
Representações da integração cultural das comunidades de origem alemã no Rio Grande do Sul do estado novo : um estudo das obras *Um rio imita o reno* e *Longe do reno* / Paula Cristina Weber. - 2013.
140 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2013.
Apresenta bibliografia e anexos.
“Orientação: Prof. Dr.^a Luciana Murari.”

1. Um rio imita o reno (Obra literária) – Crítica e interpretação. 2. Longe do reno : uma resposta a Vianna Moog (Obra literária) – Crítica e interpretação. 3. Moog, Vianna, 1906-1988 – Crítica e interpretação. 4. Mércio, Bayard de Toledo – Crítica e interpretação. I. Título.
CDU 2.ed.: 821.134.3(816.5)-31.09

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|---|------------------------|
| 1. Um rio imita o reno (Obra literária) – Crítica e interpretação | 821.134.3(816.5)-31.09 |
| 2. Longe do reno : uma resposta a Vinna Moog (Obra literária) – Crítica e interpretação
821.134.2(816.5)-31.09 | |
| 3. Moog, Vianna, 1906-1988 – Crítica e interpretação | 821.134.3(816.5).09 |
| 4. Mércio, Bayard de Toledo – Crítica e interpretação | 821.134.3(816.5).09 |

Catalogação na fonte elaborada pelo bibliotecário
Marcelo Votto Teixeira – CRB 10/ 1974


**Representações da integração cultural das comunidades de
origem alemã no Rio Grande do Sul do Estado Novo: um
estudo das obras *Um Rio Imita o Reno* e *Longe do Reno***

Paula Cristina Weber

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Processos Culturais e Regionalidade.

Caxias do Sul, 23 de agosto de 2013.

Banca Examinadora:



Dra. Luciana Murari
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Salete Rosa Pezzi dos Santos
Universidade de Caxias do Sul



Dr. Rafael José dos Santos
Universidade de Caxias do Sul



Dr. Rodrigo Perla Martins
Universidade Feevale

AGRADECIMENTOS

À professora e amiga, Luciana Murari, pelos ensinamentos, paciência e confiança, sem os quais essa dissertação seria impossível.

À querida senhora Maria Eunice Müller Kautzmann, por tão gentilmente abrir as portas da sua casa e disponibilizar um precioso material, que foi fundamental para a pesquisa e desenvolvimento do presente estudo.

À senhora Naiar Mércio Feltes, pela cordialidade com que sempre me recebeu e por ajudar a responder questões difíceis deste trabalho.

À senhora Isabel Cristina Arendt, do Memorial Jesuíta, pela sua ajuda desde o início da pesquisa, e pela disponibilidade a qualquer momento.

À família, a qual em vários momentos foi deixada em segundo plano, mas que sempre me deu apoio incondicional.

Para Rodrigo Tisatto, Luiz Antonio e Elena Weber.

RESUMO

Esta dissertação analisa a representação das comunidades de descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, durante o período do Estado Novo, sob a ótica de duas obras literárias de autores gaúchos, escritas nesse período: *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, publicada em 1939, e *Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog*, de Bayard Mércio, publicada em 1940. É realizada uma discussão sobre a forma como esses imigrantes eram percebidos em sua relação com a sociedade brasileira, ou seja, se havia uma integração desses grupos na cultura do país e na defesa dos interesses nacionais, ou se eles ainda permaneciam vivendo a cultura de seus antepassados e mantendo relações com a política alemã.

Palavras-chave: Vianna Moog, Bayard Mércio, alemanismo, integração cultural, teuto-brasileiros.

ABSTRACT

This dissertation examines the representation of communities of German immigrant descendants in Rio Grande do Sul, during the Estado Novo, from the perspective of two literary works written by authors from this state, during the period: *Um rio imita o Reno* (“A river imitates the Reno”), by Vianna Moog, published in 1939, and *Longe do Reno – uma resposta a Vianna Moog* (“Far from Reno – an answer to Vianna Moog”), by Bayard Mércio, published in 1940. It holds a discussion about how these immigrants were perceived in their relationship with Brazilian society; in other words, whether there was an integration of these groups into the culture of the country and in the defense of national interests, or if they were still living the culture of their ancestors and maintaining relationships with German politics.

Keywords: Vianna Moog, Bayard Mércio, germanism, cultural integration, German-Brazilians.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
1.1 A imigração alemã e a Campanha de Nacionalização durante o Estado Novo	11
1.2 Vianna Moog e <i>Um rio imita o Reno</i>	14
1.3 <i>Longe do Reno</i> de Bayard Mércio	18
1.4 Fundamentos teóricos	19
2. Capítulo I: O contexto histórico da polêmica em torno das colônias alemãs	26
2.1 Breve histórico da imigração alemã	26
2.2 O problema racial e a política de imigração	29
2.3 A inserção social dos imigrantes alemães até o Estado Novo	37
2.4 O Estado Novo	40
2.5 A questão racial e a discussão sobre a identidade nacional no Estado Novo	43
2.6 O problema do alemanismo	47
2.7 A Campanha de Nacionalização	53
3. Capítulo II: <i>Um Rio Imita o Reno</i> : A denúncia do Alemanismo	63
3.1 Vianna Moog: dados biográficos	63
3.2 A repercussão de <i>Um rio imita o Reno</i>	69
3.3 A construção ficcional: o universo colonial de origem germânica	75
3.4 A construção ficcional: a integração entre “alemães” e brasileiros	85
4. Capítulo III: <i>Longe do Reno</i> : A contestação	96
4.1 Bayard Mércio: dados Biográficos	96
4.2 Bayard Mércio e as comunidades alemãs	100
4.3 A construção ficcional: o universo colonial de origem germânica	114
4.4 A construção ficcional: a integração entre “alemães” e brasileiros.	120
4.5 Uma contraposição: Vianna Moog e Bayard Mércio	125
5. Considerações Finais	130
6. Referências Bibliográficas	134
6.1 Instituições consultadas	134
6.2 Livros, artigos e outros	134
7. Anexos	141

1. INTRODUÇÃO

Durante o período da história do Brasil conhecido por Estado Novo, houve um debate sobre a inserção das comunidades de descendentes de imigrantes alemães que viviam no Sul do Brasil na cultura brasileira. Questionava-se se esses descendentes de imigrantes alemães haviam sido incorporados efetivamente ao país ou se ainda resistiam a isso, mantendo os costumes e o idioma de seus antepassados. O presente trabalho visa à análise de dois romances escritos durante esse período, e que apresentam visões opostas sobre o tema da integração cultural das comunidades de origem germânica: *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, de 1939, e *Longe do Reno*, de Bayard Mércio, lançado em 1940.

Em 1939, Vianna Moog publicou seu romance mais conhecido, *Um rio imita o Reno*, que abordava a vida em uma cidade fictícia no Rio Grande do Sul chamada Blumental, onde os habitantes eram de ascendência alemã e, mesmo sendo da segunda ou terceira geração no Brasil, ainda se consideravam alemães. A esta cidade, chega um engenheiro amazonense contratado para construir uma hidráulica e levar água encanada para a população. O engenheiro sente-se discriminado na cidade, que fala o idioma alemão, onde as casas são em estilo alemão, a comida e as festas são tipicamente alemãs.

O livro trata de um romance cuja temática é o preconceito racial. O “estrangeiro”, no caso um brasileiro mestiço, não é visto com bons olhos pela família de uma descendente de alemães. Por fim, a família da moça faz uma aliança política com um chefe político local, em troca de que o engenheiro fosse mandado embora, para afastar o casal. Vianna Moog critica, através deste romance, a falta de integração dos descendentes de alemães à cultura nacional. Em 1939, o escritor recebeu o prêmio Graça Aranha, da Academia Brasileira de Letras, por *Um rio imita do Reno*.

No prefácio à 8ª edição (1966) do romance, Vianna Moog escreve que soube que havia sido feito um romance em resposta ao seu livro. Manifestou-se da seguinte maneira: “Além disso, *Um rio imita o Reno* marcou a honra de um romance-réplica sob o título *Um rio que não imita o Reno*, sobre o qual tudo que posso dizer é que ‘não li e não gostei’, para me servir aqui da célebre *boutade* de Oswald de Andrade” (MOOG, 1966, s.p.).

De fato, em 1940, Bayard de Toledo Mércio objetivou dar uma resposta a *Um rio imita*

o Reno. O romance *Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog* é semelhante àquele que pretendia criticar, mas tenciona demonstrar a inexistência do alemanismo que Vianna Moog afirmava haver no Rio Grande do Sul.

O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo comparativo para avaliar a posição dessas obras em relação à Campanha de Nacionalização durante o Estado Novo, compreendendo os processos de representação literária da colonização alemã no Rio Grande do Sul, a partir de dois romances que apresentam visões opostas sobre esta realidade.

Com esse estudo, buscamos analisar o emprego dos processos da linguagem literária na representação da realidade social. Pretendemos também estudar a trajetória de Vianna Moog e Bayard Mércio para compreender suas motivações, seus interesses, suas posições ideológicas, através da análise de fontes primárias e secundárias. Procuramos também descrever a fundamentação ideológica dos romances, no sentido de observar sua forma de representação do real. Assim, acreditamos poder compreender o processo histórico em que os romances se inserem, no contexto do regime do Estado Novo.

1.1 A imigração alemã e a Campanha de Nacionalização durante o Estado Novo

Para entender a importância dessa pesquisa, é necessário compreender o contexto histórico em que ocorreu a Campanha de Nacionalização, levando em conta as principais questões político-ideológicas envolvidas na representação das comunidades de imigrantes de origem germânica.

Nas proximidades da Segunda Guerra Mundial, com a ascensão do nazismo na Alemanha, passam a se manifestar graves receios quanto às colônias de imigrantes existentes no Rio Grande do Sul. Acreditava-se que esses descendentes de imigrantes pretendiam preservar a identidade alemã, e poderiam representar perigo ao Brasil em uma possível guerra. Isso acontecia em função do chamado alemanismo, definido por René Gertz (1991, p. 32) como uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã. Imaginava-se que os descendentes de imigrantes representavam perigo, pois defendiam a cultura e as práticas alemãs, mesmo estando há muitos anos no Brasil.

Em 1937, iniciava-se no Brasil o Estado Novo, do presidente Getúlio Vargas. É importante compreender que, antes do início do Estado Novo, Getúlio Vargas sempre teve boa relação com a Alemanha. Segundo, René Gertz:

Até 1938, quando foram tomadas a nível nacional as primeiras medidas contra os teutos e contra as atividades de grupo nacional-socialista no Brasil, o governo brasileiro demonstrou simpatia crescente em relação ao regime nacional-socialista (1987, p. 63).

Gertz ainda lembra que, em 25 de julho de 1935, Getúlio Vargas compareceu pessoalmente às comemorações pela chegada dos primeiros alemães ao Brasil em 1824, no Rio de Janeiro, demonstrando, com isso, que nessa época, ainda não existia qualquer problema com os colonos alemães.

Entretanto, com o risco iminente de uma Segunda Guerra Mundial, houve medo de uma conspiração nazista em nível internacional, e as colônias de descendentes de imigrantes alemães poderiam oferecer risco. No Rio Grande do Sul do Estado Novo, vivia-se um clima de tensão, legitimado pela suspeita de uma conspiração nazista, da qual os descendentes de colonos seriam grandes entusiastas. A propagação de numerosas sociedades desportivas, culturais e religiosas entre os colonos seria um forte indício dessa campanha nazista no Rio Grande do Sul (KIPPER, 1979).

Em função disso, iniciou-se a Campanha de Nacionalização, promovida pelo governo do presidente Getúlio Vargas, sendo o interventor do Rio Grande do Sul Cordeiro de Farias. Conforme Gertz (1991) esta campanha realizou-se em dois níveis: um educativo e o outro repressivo. O primeiro ocorreu principalmente nas escolas e o segundo foi coordenado pela polícia.

Cordeiro de Farias acreditava que a população “(...) estava contaminada com o vírus do fanatismo político e étnico e à beira de uma convulsão que transformaria a metade norte do território gaúcho em um grande reduto *Mucker*¹ (...)” Esse medo ofereceu a justificativa necessária para a ação conhecida como Campanha de Nacionalização (GERTZ, 1991, p. 63).

¹ Os *Mucker* eram um grupo de descendentes de imigrantes alemães que viviam em uma colônia isolada no Morro Ferrabráz (hoje cidade de Sapiranga, RS) no final do século XIX. Tratava-se de um movimento de cunho religioso liderado por Jacobina Maurer, sendo seus seguidores considerados perigosos por viverem isolados e preservarem a língua e os costumes alemães. O Império, com medo de uma revolta, designou um destacamento do exército para acabar com o movimento e todos, inclusive a líder Jacobina, foram mortos (PETRY, 1966).

Durante a Campanha de Nacionalização, foi proibido o uso de qualquer língua que não fosse o português nas escolas, repartições públicas e cultos religiosos. Posteriormente, a proibição seria estendida para todos os lugares públicos, e por fim até nas casas. Com a proibição, os descendentes de imigrantes alemães (colonos) começaram a eliminar dizeres de túmulos, fachadas de prédios, quadros, datas importantes e escritos em alemão. Nas igrejas, foram recolhidos os hinários e foram retirados os dizeres escritos em alemão das paredes. Conforme cita Kipper, (1979) em agosto de 1939 tornou-se obrigatório que as missas e cultos fossem realizados em português. Com a proibição da língua alemã, a vida social diminuiu, e as pessoas, impedidas de usar a língua que conheciam, pouco saíam de casa.

Para averiguar se a Campanha de Nacionalização estava funcionando como deveria, foi usada a força policial. Sobre isso, Kipper (1979) afirma:

Investigações policiais nas residências, à procura de armas ou livros, eram feitas sem ordem judicial. Eram recolhidas até coleções de armas antigas, bem como espadas de uso apenas ornamental, usadas nos desfiles das sociedades da cavalaria. Outras coisas procuradas pela polícia, especialmente no decorrer da guerra, eram os aparelhos de transmissão de rádio mas, sem razões aparentes, aparelhos receptores foram também confiscados e depois dificilmente reavidos (KIPPER, 1979, p. 41).

Nos municípios, intendentos eram nomeados pelo interventor, sendo responsáveis por realizar horas cívicas e verificar o cumprimento da Campanha de Nacionalização. Qualquer pessoa com sobrenome de origem portuguesa e que falasse português deveria ser respeitada como policial.

A intenção da Campanha de Nacionalização era proibir o uso de qualquer língua que não fosse o português. Os colonos eram acusados de não pertencerem à cultura brasileira e, por essa razão, acreditava-se que, proibindo o uso da língua alemã, eles assumiriam uma identidade brasileira. Havia a certeza por parte de muitos que os colonos alemães representavam um perigo para a sociedade, e que eles não aceitavam assimilar a cultura brasileira.

Segundo Gertz, (1991, p.13) os imigrantes sempre foram acusados de não quererem se integrar à cultura brasileira; prefeririam evitar a miscigenação e preservar a língua. Olgário Vogt (2007) sustenta que, mesmo após a segunda geração de nascidos no Brasil, os descendentes ainda mantinham a língua alemã como língua materna. No início da República, e mais especificamente após a década de 1920 e a partir de 1937, várias ideologias nacionalistas foram difundidas no Brasil. O objetivo da “nacionalização” era garantir uma

unidade étnica, cultural e religiosa ao país, o que era contraditório com a tendência de manutenção, pelas comunidades de origem alemã, de sua cultura de origem.

Conforme Vogt (2007) os imigrantes alemães foram uma minoria numérica em comparação a outros imigrantes, mas, por se concentrarem em áreas demográficas específicas, os chamados teuto-brasileiros foram acusados de colocar em risco a integridade nacional e serem estigmatizados por pretenderem, segundo seus críticos, manter a herança germânica.

1.2 Vianna Moog e *Um rio imita o Reno*

Clodomir Vianna Moog era advogado, jornalista e romancista, membro da Academia Brasileira de Letras de 1945 até 1988, ano de sua morte. Era natural de São Leopoldo e descendente de alemães. Vianna Moog se recusou durante longo tempo a falar sobre a repercussão de *Um rio imita o Reno*. Somente em 1966, na 8ª edição do livro, ele escreve um prefácio, analisando sua obra e a repercussão que ela causou. Conforme Vianna Moog, todo o impacto do livro ocorreu pelo momento em que a obra foi escrita, de modo que a primeira edição de cinco mil exemplares esgotou-se em três semanas.

O romance de Vianna Moog teve grande repercussão, chegando a sua 11ª edição em 2012, e projetando o autor ao âmbito nacional e internacional. A Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul comprou inúmeros exemplares para distribuir nas escolas, ao mesmo tempo em que se iniciava a Campanha de Nacionalização (MOOG, 1966, s.p.).

O autor também afirma que o interventor do Estado, Cordeiro de Farias, confessou que atribuiu ao livro *Um rio imita o Reno* o início da nacionalização no ensino do Sul do Brasil. Segundo ele, em 1943, a Paramount Pictures pretendeu fazer um filme rodado no Brasil sobre o livro, mas desistiram em função da Segunda Guerra, especialmente da Guerra Submarina. Em 1944, o livro foi convertido em novela radiofônica em Porto Alegre. Em 1943, foi publicada uma edição espanhola em Buenos Aires, que se esgotou rapidamente. Em 1965, foi lançada uma edição em língua inglesa em Nova Iorque (MOOG, 1966, s.p.).

Como vimos anteriormente, Vianna Moog era membro da Academia Brasileira de Letras, sendo eleito devido à grande repercussão do romance *Um rio imita o Reno*. Dessa

forma, sabemos que o autor era bastante conhecido, mas mesmo assim pouco material foi encontrado sobre ele na pesquisa que foi realizada. O que podemos compreender, e que alguns autores também comentam, é que Vianna Moog foi caindo no esquecimento com o passar do tempo. O romance *Um rio imita o Reno* teve grande repercussão no ano de seu lançamento e nos anos que se seguiram, mas acabou sendo praticamente esquecido posteriormente.

Em relação aos trabalhos acadêmicos, Ivânia Campigotto Aquino (2007) aborda, em sua tese de doutorado, os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e, para isso, utiliza, entre outros, o romance *Um rio imita o Reno*. Para isso, a autora apresenta um breve resumo do romance, em que se contextualizam aspectos sobre a família e religião. Ela conclui sua tese afirmando que o romance *Um rio imita o Reno* é um aliado ao processo de nacionalização, por criticar Hitler e o racismo por parte dos descendentes de alemães.

Em outro trabalho, Ana Maria Rodrigues Marson (2009) defende que o romance *Um rio imita o Reno* é uma denúncia à crença nazista no Rio Grande do Sul, e que, apesar de o romance contar uma história de amor, a questão racial é o principal tema da obra. A autora também afirma que o romance deve ser visto a partir de uma perspectiva histórica, pois foi escrito no momento em que aconteciam os debates relacionados ao “problema alemão”, uma vez que o romance foi publicado em 1939, quando começava a 2ª Guerra Mundial. A autora ainda afirma que Vianna Moog preocupou-se em escrever romances-tese, e que, por essa razão, ele possa ter caído no esquecimento com o passar dos anos, pois seus romances pertencem ao momento em que foram escritos, e podem não fazer sentido se não forem bem contextualizados.

Luiz Marobin, (1995) por sua vez, explica que, na década de 30, surge um novo tipo de romance no Rio Grande do Sul, o romance urbano, e destaca Vianna Moog como grande representante dessa geração. Ele afirma que o pampa gaúcho sai de cena e aparece, no caso específico do romance *Um rio imita o Reno*, a cidade de Blumental, na região colonial alemã. Os fazendeiros de outrora são substituídos por industrialistas. Ele explica que, na obra de Vianna Moog, o pampa gaúcho passa por um “estreitamento”, transformando-se em cidade. Isso decorre das transformações da sociedade gaúcha acompanhadas no romance. Na revista sobre o autor lançada em 1989 pelo Instituto Estadual do Livro, também se afirma que, no romance, Vianna Moog opõe-se à temática gauchesca e campestre, privilegiando a centralização do enredo na cidade.

Viandara Cristina Rempel (2004) afirma, em sua dissertação de mestrado, que a obra *Um rio imita o Reno* é de cunho racista, e cita como exemplo que, por conta da vontade da mãe de Lore, que não aceita o namoro da filha com um rapaz não “alemão”, parece preferível que ele vá embora da cidade, que fica, assim, sem a hidráulica que ele fora designado a construir, de modo que todos os moradores da cidade saem prejudicados.

Para Wagner Coriolano Abreu (2005) Vianna Moog usou seu conhecimento sobre o Norte do Brasil e sobre suas populações para criar o protagonista, que era amazonense e descendente de índios. Ao contrário de Rodrigues (2009), Abreu afirma que foi o romance *Um rio imita o Reno* que projetou o autor ao âmbito internacional.

Entre os historiadores da literatura do Rio Grande do Sul mais conhecidos, alguns poucos escreveram sobre o autor e sua obra: Moysés Vellinho, Regina Zilberman e Luís Augusto Fischer. Este último dedicou um livro ao autor.

Moysés de Moraes Vellinho (1960) afirma que a obra *Um rio imita o Reno* não suscitou interesse pelo que oferecia como romance. Ao contrário disso, ele explica que o que chamou a atenção no texto foi o seu conteúdo político e sociológico. Para ele, toda a obra de Vianna Moog foge da ficção, pois, ao ler, tem-se a impressão de que o autor conhecia intimamente aquilo sobre o que estava escrevendo, conferindo, assim, um sentido de veracidade a seus romances. Vellinho discute o romance *Um rio imita o Reno* e sua repercussão durante a Segunda Guerra Mundial, afirmando: “*Um rio imita o Reno* é quase todo absorvido pelo argumento da aculturação do elemento de ascendência germânica. Tudo nele gira em torno desse problema, agora mais palpitante do que nunca” (VELLINHO, 1960, p. 109). Assim, o autor deixa bastante clara a importância da obra durante o período, pois a integração de descendentes de imigrantes alemães no Brasil era um assunto de extrema importância no país durante o período de nacionalização.

Em seu livro *A literatura no Rio Grande do Sul*, Regina Zilberman afirma que os descendentes de imigrantes alemães foram os primeiros a terem suas experiências romanceadas e que *Um rio imita o Reno*, “polemiza os contatos entre imigrantes alemães e os brasileiros” (1982, p. 91). Para ela, o livro denuncia o racismo e a falta de inserção social dos grupos de imigrantes alemães e seus descendentes. Ela sustenta, ainda, que ele demonstra que os colonos rejeitavam qualquer tipo de miscigenação, para não se “contaminarem.” Falando sobre a questão do debate do preconceito racial, Zilberman explica que: “Em razão disto, o

livro examina a questão sob um enfoque negativo para o colono e, ao mesmo tempo, positivo se considerado que se contrapõe à ideologia da superioridade racial germânica, tão forte na época com a ascensão do fascismo na Europa e do Integralismo no Brasil” (1982, p. 91).

Em 2011, Luís Augusto Fisher publica o livro *Vianna Moog. Cadeira 4. Ocupante 3*, totalmente dedicado ao autor. Neste livro, ele faz um retrospecto da vida de Vianna Moog, desde o seu nascimento, passando por sua vida literária até chegar a sua morte, praticamente esquecido. Segundo Fisher, Vianna Moog fez faculdade de Direito por ser a única opção para praticar a vida intelectual naquela época. Nesse contato com colegas e professores, Vianna Moog constrói suas convicções políticas e ideológicas. Em função disso, em 1932, ele é enviado ao exílio na Amazônia, por ter escrito um texto contrário a Getúlio Vargas, defendendo a volta das eleições. Ele utilizou esta experiência para criar o personagem Geraldo em *Um rio imita o Reno*. Assim, por dois anos, Vianna Moog fica longe da vida intelectual das áreas mais centrais do Brasil.

Para Fischer, Vianna Moog abordou problemas reais, e, por essa razão, ele destaca o autor, juntamente com Gilberto Freyre e Mário de Andrade, como um dos mais importantes intelectuais do Brasil em sua época. A partir dessa afirmação, Fischer explica: “De fato, Clodomir Vianna Moog merece ser muito mais conhecido e mais lido. Por méritos próprios, deve figurar entre os grandes pensadores de sua geração, sem deixar de ser um romancista de méritos” (2011, p. 6). O autor ainda explica que Vianna Moog defende, em *Um rio imita o Reno*, que alguns habitantes das colônias alemãs viam com entusiasmo a ascensão de Hitler, pois eram favoráveis às ideias defendidas por ele.

Por ocasião da morte de Vianna Moog, o Conselho Federal de Cultura lança um livro escrito pelo também membro da Academia Brasileira de Letras Evaristo de Moraes Filho, chamado *O Cordial Vianna Moog e sua obra polêmica*, demonstrando, já no título, como a obra de Vianna Moog era vista por seus contemporâneos. Moraes Filho (1988) faz um panorama sobre a vida e a obra do autor, e reafirma durante todo o livro, o quanto Vianna Moog suscitou polêmica em todas as suas obras. Ele ainda explica que o autor conquistou seu espaço na história cultural brasileira pela qualidade e importância de seus escritos para os estudos sociais do país.

1.3 *Longe do Reno* de Bayard Mércio

Como vimos, Vianna Moog escreveu, no prefácio de 1966 ao romance, que soube que havia sido feito um romance em resposta ao seu livro. De fato, em 1940, Bayard de Toledo Mércio objetivou dar uma resposta a *Um rio imita o Reno*. O romance *Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog* pretendia demonstrar a inexistência do alemanismo que Vianna Moog afirmou haver no Rio Grande do Sul.

Bayard Mércio, filósofo, advogado e jornalista, fundou o jornal *Folha de Notícias*, na cidade de Taquara (RS), foi secretário municipal da mesma cidade, entre os anos de 1938 e 1942, durante o governo do prefeito Egídio Costa, a quem ele dedicou o livro. No romance de Mércio, a cidade fictícia chama-se Cruzeiro, e a ela chega um médico sergipano para trabalhar no posto de higiene. Este, a princípio, não se habitua à cidade, onde vivem muitos descendentes de alemães. Com o tempo, ele se apaixona por uma “alemã”, e percebe que o preconceito parte dele, pois é muito bem recebido na cidade e todos gostam dele. Por fim, ele se casa com a “alemã” e fixa residência definitivamente em Cruzeiro. Desta forma, o romance de Bayard Mércio tenta demonstrar que os descendentes alemães estavam totalmente integrados à comunidade gaúcha e à cultura brasileira.

Sobre Bayard Mércio pouco se sabe. Além do romance *Longe do Reno – Uma Resposta a Vianna Moog*, publicou apenas uma obra de teoria jurídica² e o opúsculo *Os principais fatos do município de Taquara*, editado pela Globo em 1941. Como já visto, o romance não teve maior repercussão, sendo que o próprio Vianna Moog tomou conhecimento da sua existência, mas não o leu, citando seu título incorretamente. Por essa razão, muito pouco foi escrito a respeito do romance de Mércio, e o que se escreveu nunca buscou analisá-lo comparativamente com o livro *Um rio imita o Reno*. Por essa razão, é fundamental para a pesquisa estudar quem foi Bayard Mércio, do ponto de vista da sua inserção social, para assim buscar entender quais foram as suas motivações ao escrever esse romance.

Enquanto o romance de Moog foi um sucesso editorial, o livro de Bayard Mércio não teve grande impacto, ficando somente na primeira edição. Um dos poucos autores que estudaram a obra de Mércio foi Luís Augusto Fischer (2011), que o abordou brevemente.

² Trata-se de *Das penas: comentário ao Código Penal artigos 28 a 74*, publicado em 1945.

Segundo ele, um romance de tese continua sendo um romance, ainda que se tratasse, conforme postulou Moysés Vellinho sobre *Um rio imita o Reno*, do “romance de um ensaísta”, pois continha todos os elementos e ideias necessárias para compor um ensaio. A partir dessa análise do romance de Moog, Fischer (2011) explica o romance de Mércio:

Tanto então que o romance mereceu uma polêmica raríssima, senão inédita: em 1940, o advogado Bayard de Toledo Mércio publica um estranho *Longe do Reno – uma Resposta a Vianna Moog*, como se lê já na capa da publicação. Trata-se de uma ficção cheia de defeitos, dos mais primários (um personagem central tem dois nomes diversos, por exemplo) aos mais sutis (despolitiza todas as variáveis que Moog trata em profundidade), ficção o tempo todo acesa de intenção polêmica a mostrar que, na opinião do autor da *Resposta*, é sim possível haver a integração entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros, pela via do casamento, ao contrário do que o romance de Moog insinuava (p. 25-26).

Desse modo, Fischer questiona a qualidade da obra como romance, explicitando seus erros, e ao mesmo tempo valorizando seu intuito polêmico.

Outro autor que analisa o livro de Bayard Mércio é Olgário Vogt (2007), que apresenta uma breve resenha da obra, observando que a ideia central do romance é que a maior parte da população do Rio Grande do Sul não era de imigrantes, e que esta maior parte vinha sendo negligenciada pelo governo. Conforme Vogt, o livro pretende demonstrar que quem precisava de assistência do governo eram os não imigrantes, pois os imigrantes e seus descendentes estavam plenamente adaptados ao Brasil.

Para isso, o presente estudo buscará descrever o emprego dos processos da linguagem literária na representação da realidade social. Também iremos estudar a trajetória de Vianna Moog e Bayard de Toledo Mércio, para compreender suas visões de mundo, seus interesses e suas motivações ideológicas. Para tal, faremos uso de fontes primárias e secundárias. Outro objetivo é descrever a fundamentação ideológica dos romances, no sentido de observar sua forma de representação do real. Por fim, este estudo buscará analisar o processo histórico em que os romances se inserem no contexto do regime do Estado Novo.

1.4 Fundamentos teóricos

Em seu livro *A história cultural entre práticas e representações*, Roger Chartier defende que a representação é a categoria central para escrever a história cultural, pois ela

almeja conhecer o passado por meio da visão, dos valores e dos códigos utilizados pelas pessoas de uma determinada época. Para Chartier, o objetivo da história cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002, p. 23-24).

Com esse conceito, é possível pensar que o passado somente chega até nós através do que foi representado. Podemos entender também que o conceito de representação opera a partir da ideia da verossimilhança. Assim, a representação não é uma ideia de reprodução do real, mas sim, uma forma de conceder inteligibilidade ao mundo social que esta se pretende representar (CHARTIER, 2002).

Em outra definição do autor, ele postula que “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CHARTIER, 2002, p.17). Ele explica que uma representação é construída por grupos que têm a pretensão de impor sua visão sobre determinado assunto ou acontecimento. Conforme sustenta o autor:

[a]s representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, é necessário relacionamento dos discursos preferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 17).

Chartier sugere, portanto, que cada representação do mundo social é fundamentada pelos interesses dos grupos que a criam. Para ele, as lutas de representação têm tanta importância quanto as lutas econômicas para entender como um grupo tenta se impor ao outro. O mundo seria um campo de representações que estão em concorrência e competição. Assim, a representação não faz parte do real, mas na medida em que interfere sobre a forma como ele é visto, acaba sendo capaz de modificar a realidade (CHARTIER, 2002).

O conceito de representação, tal como o termo é definido por Chartier, entrará na discussão do presente estudo, uma vez que os romances *Um rio imita o Reno* e *Longe do Reno* constroem diferentes visões sobre o mesmo período e contexto social. Assim, como explica o autor, as obras “traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que é ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 2002, p. 19).

Em sua busca de representar a realidade, história e literatura, como linguagens que

abordam o ambiente social, estão amplamente relacionadas. Se, por um lado, o historiador pretende contar a sua versão dos fatos à luz da contextualização histórica, por outro, o literato pretende difundir a sua própria representação do real, de forma mais lúdica e menos comprometida com os fatos, mas ainda assim, em geral, de maneira verossímil, ou seja, algo que pode ser ou parecer verdadeiro. Assim, o romance também pode ser lido como uma leitura da história, ou seja: a literatura não tem o propósito de contar fatos históricos, mas os romances sempre estão inseridos no contexto histórico da época da sua produção (RICOEUR, 2010).

Nesse sentido, para Ricoeur, (2010) história e ficção conseguem realizar suas intenções uma através da outra, sendo que a escrita ficcional e a escrita histórica se cruzam e se completam. O fato de o historiador mobilizar o imaginário para representar o passado tal como ele ocorreu não significa negar a intenção realista da obra. Ricoeur define isso como a ficcionalização da história, que transporta o leitor ao passado recriado pela construção do historiador. Ele afirma que tanto a forma histórica da narrativa quanto a forma ficcional realizam um resumo de trajetórias humanas e sociais, realizadas por um processo de seleção e de organização de elementos. Isso resulta, para o historiador, na intenção de escrever algo que de fato seja verdadeiro. Assim, o teórico sustenta que a narrativa da ficção é uma quase-história, à medida que os fatos irrealis narrados são fatos passados para o narrador. Por essa razão, ele sustenta que os romances, mesmo sem terem a intenção de contar a história, se parecem com a história. Segundo ele, “a relação é, aliás, circular: é, por assim dizer, como sendo quase histórica que a ficção dá ao passado essa vivacidade de evocação que faz de um grande livro de história uma obra-prima literária” (2010, p. 325).

Assim, Ricoeur (2010) propõe que a análise do caráter “quase histórico” de uma obra ficcional é semelhante à proposta do caráter “quase fictício” do passado histórico. Uma das consequências de misturar a ficção com a história é liberar certas possibilidades não realizadas no passado histórico. Ao mesmo tempo, essa inter-relação entre história e ficção permite expor, de forma implícita, possíveis erros da história, o que fica evidente em seu comentário sobre a verossimilhança de Aristóteles:

O quase passado da ficção torna-se assim o detector dos possíveis escondidos no passado efetivo. O que ‘poderia ter acontecido’ – o verossímil segundo Aristóteles – que abarca tanto as potencialidades do passado ‘real’ como os possíveis ‘irrealis’ da pura ficção (2010, p. 327).

É exatamente a partir dessa linha de pensamento, de usar a ficção como instrumento de pesquisa humana e social, que os romances *Um rio imita o Reno* e *Longe do Reno* serão abordados nesta dissertação.

Para Jacques Leenhardt e Sandra Pesavento, (1998) baseados em Ricoeur, tanto a história como a literatura reconfiguram um tempo passado na composição narrativa. Assim, o caráter exemplar dos fatos é consistente com a coerência de sentido contida no texto, e está presente tanto na história quanto na literatura. Dessa relação pode-se deduzir que também a história por vezes é revestida de características da literatura, no sentido de preencher as lacunas do registro histórico com uma certa dose de imaginação.

Ou seja, segundo esses autores, tal como a literatura, a história, representando o real, constrói seu discurso pelos caminhos do imaginário. No caso da história, o passado é “inventado”, os fatos são selecionados, a memória é criada, a história é fabricada, mas se trata de uma produção “autorizada”, circunscrita pelos dados da passividade (as fontes), com a preocupação com a pesquisa documental e os critérios de cientificidade do método. Na narrativa literária, esse componente de liberdade construtiva é bem mais amplo, pois não se limita a fatos acontecidos (LEENHARDT, PESAVENTO, 1998).

Assim, o fundamento comum do discurso histórico e do discurso ficcional é:

[...] a vontade de representar na linguagem os fatos e os acontecimentos segundo a modalidade do verossímil. Se Ricoeur pode escrever que a ficção literária é uma quase história, é porque ambos – o historiador e o escritor de ficção – apresentam os fatos ‘como se eles tivessem ocorrido daquela forma’[...] (LEENHARDT, PESAVENTO, 1998, p. 12-13).

Os autores, ao escreverem uma obra literária sobre o momento em que vivem, não conseguem fugir da realidade em que estão inseridos. Em função do caráter panfletário das duas obras e elas difundirem a visão de mundo dos autores, usaremos tanto o termo autor quanto narrador durante o presente estudo. Assim, os intelectuais estudados (Vianna Moog e Bayard Mércio) criam duas representações de uma mesma realidade. Esses dois romances seguem a tradição do romance social e narrativo da década de 1930 que, por sua vez é tributário do Naturalismo. Conforme afirma Candido, não se trata mais do apelo naturalista ao conhecimento científico, mas esses romances estão inclinados à análise sociológica e política. Em suas palavras, “em todo o caso, os decênios de 1920 e de 1930 ficarão em nossa história intelectual como de harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos

sociais” (2006, p. 141-142).

Nos romances estudados, os autores apresentam um momento histórico do Brasil, e a partir daí desenvolvem suas narrativas. Conforme sustentam Leenhardt e Pesavento (1998), a história da consciência do Brasil confunde-se com a das grandes figuras da historiografia brasileira, o que nos apresenta duas verdades distintas: aquelas dos atores, cuja história é contada, e aquela dos historiadores que analisam a história – de certa forma “distorcida” por suas vivências e pressupostos. Ou seja, pretende-se, com essa pesquisa, analisar as posições assumidas pela literatura dentro de um dado contexto historiográfico.

O momento histórico trabalhado pelos autores é o final da década de 1930, e, sobre esse período, Antônio Candido (2006) afirma que os anos após a Semana de Arte Moderna, de 1922 a 1945, foram um grande momento da literatura, pois, nesse período, são escritos grandes romances de cunho nacionalista. Ainda sobre esse período, ele sustenta que:

(...) a humanidade singular dos protagonistas domina os fatores do enredo: meio social, paisagem, problema político. Mas, ao mesmo tempo, tal limitação determina o importantíssimo caráter de *movimento* dessa fase do romance, que aparece como instrumento de pesquisa humana e social, no centro de um dos maiores sopros de radicalismo da nossa história. Ao lado da ficção, o ensaio histórico sociológico é o desenvolvimento mais interessante do período (CANDIDO, 2006, p.131)

Portanto, os autores citados demonstram a legitimidade e relevância do uso da literatura ficcional como fonte histórica. As obras *Um rio imita o Reno* e *Longe do Reno* utilizam-se da literatura para explicar um momento histórico, cada qual de acordo com a visão de seu autor. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é fazer uma análise dos romances em seu contexto histórico. Pretende-se demonstrar que, apesar de serem duas obras ficcionais, elas só podem ser compreendidas em diálogo com a realidade histórica, pois ambos os livros foram escritos em um mesmo período – o Estado Novo – que os autores estavam vivendo. Ao analisar estas duas obras, a perspectiva deste trabalho é compreender a visão dos autores, entender seus interesses em relação ao momento histórico vivido, e de que forma isso induziu cada um deles ao escrever seu romance, pois temos um único momento histórico e duas versões diferentes a respeito dele.

Assim sendo, esse estudo pretende fazer uma comparação entre esses dois romances, contextualizando-os no momento histórico em que eles foram escritos e fazendo uso de documentos que permitam analisar suas obras. Como demonstra Luiz Costa Lima, os documentos possuem, para os estudos literários, a importância de dar acesso à época em que

viveu um determinado escritor, observando aquilo que o influenciou, e, inclusive, utilizando dados biográficos relevantes para a compreensão de sua trajetória (LIMA, 1986, p. 199).

Devido à inexistência de documentação escrita, serão utilizados, para redação do terceiro capítulo, relativo à trajetória de Bayard de Toledo Mércio, os recursos metodológicos da história oral. Esta pode ser entendida, conforme a definição de Lucília de Almeida Neves Delgado, como uma metodologia que, com o uso de fontes e documentos, busca registrar narrativas, testemunhos e interpretações sobre determinada história. Para a autora, “não é portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimento sobre essa história vivida” (DELGADO, 2006, p. 15-16).

Assim, podemos compreender que a história oral é uma ferramenta importante para a produção do conhecimento histórico. Ela é realizada através de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam determinado momento histórico, seja na vida privada ou pública. Essa metodologia é utilizada com o objetivo de construir fontes e documentos que sustentam pesquisas, sendo, muitas vezes, o único meio de se conhecer uma história há tempos esquecida (DELGADO, 2006, p. 18).

O recurso à história oral será utilizado nesta pesquisa para conhecer e compreender o autor Bayard de Toledo Mércio, que escreveu o romance *Longe do Reno* como resposta a Vianna Moog. Como o autor escreveu somente um livro, que também é pouco conhecido, não foram encontrados documentos que respondessem a todos os questionamentos da pesquisa. Para isso buscaremos encontrar informações sobre o autor junto a sua família e a contemporâneos que conviveram com ele, especialmente na época em que o livro foi publicado.

No capítulo I, apresentaremos o contexto histórico do lançamento dos romances: buscaremos analisar os processos políticos e sociais que nos permitem compreender a inserção de *Um rio imita o Reno* e *Longe do Reno* no debate sobre questões prementes da vida brasileira naquele momento específico. Nesse capítulo, será desenvolvido um breve histórico da imigração alemã, para melhor entendimento dos romances a serem trabalhados em seguida. Trataremos de assuntos relacionados à problemática estudada, como a questão racial na imigração alemã e a inserção social dos imigrantes, chegando até o Estado Novo, período em que foram publicados os dois romances estudados. Também mostraremos o que foi o Estado Novo, e a questão racial dentro daquele contexto. Analisaremos o alemanismo e,

especialmente, a visão de Silvio Romero sobre esse assunto, uma vez que ele foi o primeiro autor a escrever sobre o tema. Abordaremos, por fim, a campanha de nacionalização, iniciada após o lançamento do livro *Um rio imita o Reno*.

Informações referentes a Vianna Moog estarão no capítulo II, no qual apresentaremos dados sobre o autor (biografia e produção literária) e sobre o romance *Um rio imita o Reno*. Analisaremos a recepção do romance, bem como seu enredo e personagens. Por último, estudaremos a caracterização da comunidade alemã, ou seja, de que maneira o autor percebia a comunidade e a representou no romance *Um rio imita o Reno*. Também utilizaremos como fontes registros na imprensa, sobretudo críticas e comentários sobre o livro.

O capítulo III centra-se em Bayard Mércio e no romance *Longe do Reno*. Buscamos mostrar quem foi o autor e a sua ligação com a comunidade alemã. Analisaremos a recepção que teve o romance, o enredo e os personagens do livro, assim como buscaremos caracterizar a comunidade alemã na visão do autor, em oposição a Vianna Moog. Utilizaremos, além das fontes da história oral, recolhidas por meio de entrevistas, dados recolhidos em pesquisa realizada nos jornais da época, em acervos documentais e na historiografia.

2. CAPÍTULO I: O CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÊMICA EM TORNO DAS COLÔNIAS ALEMÃS

2.1 Breve histórico da imigração alemã

O processo efetivo de imigração de alemães para o Brasil inicia-se em 1824, após a Proclamação da Independência. Antes disso, em 1818, houve uma tentativa de início de imigração que acabou falhando. Alemães foram enviados para o Nordeste do Brasil, tendo como objetivo iniciar um modelo agrícola diferenciado das grandes propriedades que privilegiavam a monocultura, mas eles não se adaptaram ao clima tropical e ao trabalho nas propriedades rurais. Na região Sul, haviam já chegado imigrantes vindos dos Açores, mas não em número suficiente para ocupar o espaço disponível, ficando, assim, fixados basicamente na região litorânea. Após a independência do Brasil, o projeto de imigração de europeus é retomado, mas, dessa vez, o assentamento de imigrantes é realizado no Sul, pois o clima era mais parecido com o europeu, somando-se a isso o fato de que a região Sul era pouco habitada, e suas fronteiras inseguras. Durante o período colonial, essa região havia sido alvo de disputas entre Portugal e Espanha. Portanto, era necessário ocupar esse território para evitar novos conflitos (SEYFERTH, 1996).

Assim, iniciou-se um projeto de povoamento do Brasil. Os primeiros escolhidos pela Corte para iniciar esse processo foram os alemães. Acredita-se que essa escolha foi influenciada pela Imperatriz Leopoldina, que era austríaca, mas de ascendência alemã (ENGELMANN, 2003). Além dessa questão, é importante ressaltar que havia grande contingente de imigrantes alemães disponíveis, e que, conforme explica René Gertz (1987, p. 21), entre os anos 1824 e 1930, saíram da Alemanha³ cerca de 5 milhões de alemães que imigraram para diversas partes do mundo, sendo que somente uma pequena parcela veio para o Brasil.

³ Conforme WILLEMS (1980) há vários motivos para essa saída em massa da Alemanha. Um deles é o fato das pessoas não quererem trabalhar em fábricas, e preferirem migrar para terras distantes onde poderiam viver da agricultura. Outra questão é a miséria que se encontravam algumas famílias, que foram facilmente convencidas pelos agentes de imigração a uma vida mais fácil na América. Com algumas promessas interessantes, milhares de pessoas vendiam suas propriedades e investiam na imigração (p. 33 – 35).

Em 1822, é atribuída ao Major Anton Schaeffer a tarefa de iniciar o recrutamento de famílias para vir morar no Brasil. Para conseguir recrutá-las, o Major Schaeffer oferecia aos alemães condições extremamente vantajosas, como: as famílias viajariam às custas do governo brasileiro, ganhariam uma propriedade com 77 hectares, cavalos, vacas e bois; também receberiam, durante um ano, um franco por cabeça e 50 cêntimos durante o segundo ano. Seriam livres do pagamento de impostos por 10 anos. Além disso, teriam liberdade de culto, mesmo o Brasil tendo a religião católica como oficial (ROCHE, 1969).

O local escolhido para fixar os imigrantes foi o Rio Grande do Sul, pois a população do estado nessa data era pequena, com cerca de 100.000 pessoas no ano de 1822. O Rio Grande do Sul também possuía um clima mais parecido com o da Europa. Além disso, perto da capital provincial, havia muitas terras ainda despovoadas e grandes florestas aptas a receber povoamento (ROCHE, 1969).

Em 25 de julho de 1824, chegavam a São Leopoldo os primeiros imigrantes alemães, e ali foi criada a primeira colônia alemã no Brasil. Os imigrantes se fixam primeiramente na região hoje conhecida como Vale dos Sinos. Durante a Revolução Farroupilha, alguns se deslocam para a região de Santa Maria para fugir do conflito (ROCHE, 1969).

A grande maioria dos imigrantes era composta de artesãos, como seleiros, moleiros e alfaiates, mas todos eles tinham lavouras em suas pequenas propriedades rurais. Roche (1969) afirma que a história econômica do Rio Grande do Sul se divide em dois períodos distintos: um iniciado em 1715, com a formação das primeiras estâncias, e o segundo a partir de 1824, com a fundação da primeira colônia alemã. O autor explica, ainda, que isso aconteceu em função da agricultura que, entre os habitantes do Rio Grande do Sul, era uma atividade exclusiva dos imigrantes e seus descendentes. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, dois terços da produção agrícola do Rio Grande do Sul eram produzidos por descendentes de imigrantes. Como estavam estabelecidos às margens do Rio dos Sinos, utilizavam o rio para escoar a produção excedente. Desse modo, podemos compreender a importância econômica dos imigrantes alemães para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969).

Emílio Willems explica que os alemães ficaram isolados geograficamente, o que acarretou uma não integração cultural, pois não havia brasileiros nas colônias em que os imigrantes foram assentados. Assim, argumenta o autor que a nova sociedade, integrada quase exclusivamente por imigrantes alemães, seus descendentes, e por fragmentos étnicos

culturalmente absorvidos por eles, constituiu-se sem que houvesse possibilidade de convívio, em grande escala, com valores culturais brasileiros. Como extensa porção da sociedade colonial brasileira se formara e se desenvolvera praticamente fora do raio de alcance do sistema estatal da metrópole, a maioria das zonas de colonização estrangeira permanecia, por longas décadas, voltada para si mesma (WILLEMS, 1980 p. 105).

De fato, os imigrantes viviam em colônias e permaneceram utilizando a língua materna. Era com a língua alemã que eles se comunicavam, ensinando-a para seus filhos por várias gerações. Como o governo brasileiro não providenciou escolas para esses colonos, e eles não queriam deixar seus filhos sem ensino, os imigrantes escolhiam entre eles a pessoa com mais estudo para ensinar às crianças. Assim, criaram escolas em idioma alemão nas próprias colônias. Como havia sido prometido, os imigrantes tinham liberdade de culto, mas nas colônias também não havia padres ou pastores, e por isso eles também vinham da Alemanha para realizar cultos, e também falavam somente o alemão. Esses processos contribuíram em muito para retardar a integração dos colonos na cultura brasileira, pois mesmo o aprendizado da língua portuguesa tornava-se difícil (KREUTZ, 1994).

Conforme sustenta Kipper (1979), no início do Estado Novo, em 1937, ou seja, mais de 100 anos após o início da imigração alemã, muitas escolas eram mantidas pelos colonos, sendo que o português era utilizado principalmente nas áreas mais centrais da cidade, e o alemão era a língua usada na vida social da colônia, como nos cultos, no comércio e nas residências.

Com a barreira do idioma, os imigrantes tiveram que se adaptar a toda a atividade social, pois o pouco que havia em termos sociais e culturais era realizado em língua alemã. Assim, foram criadas sociedades de canto, tiro e desporto, como explica Roche (1969). Nesses locais, dava-se o convívio da comunidade, ocorriam apresentações teatrais e bailes. Havia bibliotecas, com livros e periódicos vindos da Alemanha, e era comum ocorrer festas em comemoração às conquistas históricas alemãs.

Entre os anos de 1824 e 1914 (ano final da imigração), entraram no Rio Grande do Sul cerca de 48.000 imigrantes alemães. Os alemães apresentavam um grande crescimento populacional, sendo que a primeira geração teve em média 18,5 filhos e a segunda, 10 filhos (ROCHE, 1969, p. 119). Alguns autores como Gertz (1987, p.19), demonstram que, em 1926, os imigrantes alemães e seus descendentes somavam 350.000 no Rio Grande do Sul,

demonstrando o crescimento populacional que aconteceu entre eles, e salientando que a grande maioria estava assentada em uma única região.

É importante ressaltar que, com esse crescimento populacional, os imigrantes precisaram expandir e criar novas colônias, pois aquelas primeiras apresentavam excedente populacional. Com essa expansão, criam-se novas colônias de imigrantes dentro do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina⁴. Dessa maneira, os imigrantes foram aos poucos se espalhando pela região Sul do Brasil.

Como podemos observar, os imigrantes contribuíram muito para o desenvolvimento econômico e o crescimento do Estado. Inconvenientes surgiam, entretanto, pelo fato de que as colônias alemãs concentravam-se em poucas regiões, o que contribuiu, juntamente com a pouca presença governamental, para a manutenção dos seus costumes e a falta de adaptação à cultura brasileira.

2.2 O problema racial e a política de imigração

Na época do Brasil Império, duas diretrizes nortearam as discussões acerca da imigração. A primeira era assentar os imigrantes em terras desocupadas e isoladas, que seriam utilizadas para garantir o sucesso econômico das colônias, baseadas na pequena propriedade agrícola de base familiar. O segundo ponto que se discutia era a abolição da escravidão como única maneira de tornar o Brasil um país civilizado, sendo o imigrante europeu associado ao trabalho livre. A abolição da escravidão era vista por muitas pessoas como uma condição fundamental para acabar com a imagem negativa do país na Europa (SEYFERTH, 1996).

O fim do tráfico de africanos em 1850 e a intensificação da imigração fizeram crescer a discussão sobre o futuro da raça brasileira. Pensando nessas questões, em 1850, a Lei 601 regulamentou a concessão de terras públicas, tornando mais fácil a expedição de títulos de propriedades para estrangeiros e, assim, facilitando a vinda de imigrantes. Nesse mesmo ano,

⁴ A primeira colônia alemã no Brasil foi a de São Leopoldo, em 1824, no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, foi criada em 1829 a colônia de São Pedro de Alcântara. No Rio Grande do Sul, seguiu-se pela criação das colônias de São Sebastião do Caí (1848), Santa Cruz do Sul (1849) e Estrela (1853). Em Santa Catarina, foram criadas as colônias de Blumenau (1850), Joinville (que originalmente era chamada de Dona Francisca, em 1851) e Brusque (1861) (GERTZ, 1987, p. 22).

é proibido o tráfico negreiro, ou seja, ficou proibida a entrada de novos escravos no Brasil. Com esse pensamento, há neste contexto um incentivo à vinda de imigrantes, pois, sem escravos, o Brasil precisaria de uma nova fonte de mão de obra. Sobre essa questão, Seyferth postula que:

Apesar da condenação explícita do escravismo, não há qualquer preocupação com o destino da população escrava, nem mesmo com os demais trabalhadores nacionais, e o significado mais imediato de “trabalho livre” é a desqualificação dos negros e mestiços para o trabalho independente. Eram, pois, considerados incapazes de agir por iniciativa própria – pressupunha-se, portanto, que fracassariam como pequenos proprietários (1996, p. 46).

Assim, percebe-se que ninguém se preocupou com o que aconteceria com os africanos após o final da escravidão. Acreditava-se que eles não se adaptariam ao trabalho livre e não conseguiriam prosperar como trabalhadores da sua propriedade. Não havia um projeto para eles após o final da escravidão, tanto que Seyferth argumenta sobre a impressão a nos ser passada de que os descendentes de africanos desapareceriam em uma sociedade não escravista.

A questão da imigração sempre esteve relacionada com a questão racial. Nas últimas décadas do século XIX, começam a ser realizados estudos sobre as raças humanas, que tinham como ideia principal a desigualdade das raças baseada na superioridade da “raça branca” e nos prejuízos que a mestiçagem causaria a uma sociedade. O Brasil foi um país em que o pensamento de desigualdade racial foi bastante difundido. Para afirmar essa ideia, foi usada a teoria de Darwin de que somente os mais aptos sobreviveriam enquanto os menos adaptados sucumbiriam, ou seja, acreditava-se na limpeza étnica. Lilia Moritz Schwarcz explica que a teoria de Charles Darwin, publicada em *A origem das espécies*, foi usada indevidamente para analisar o comportamento das sociedades humanas, passando a ser aplicada a várias áreas do conhecimento. O darwinismo foi utilizado para justificar teoricamente o imperialismo europeu, ou seja, a superioridade dos povos ocidentais, vencedores da “seleção natural” (SCHWARCZ, 1993).

Também era recusada a mestiçagem das chamadas raças inferiores com as chamadas raças superiores, pois se acreditava que a decadência de civilizações dava-se em função da mistura entre raças diferentes. Buscava-se respaldo científico para a doutrina racial e Seyferth explica que, mesmo no século XX, o racismo ainda exercia influência. Ela afirma:

Guardadas as diferenças de interpretação, todas elas tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural era produzida pela desigualdade

das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base e todos os demais ocupando posições intermediárias (1996, p. 43).

Neste contexto de disseminação das teorias raciais, o programa brasileiro de imigração não defendia a incorporação de qualquer imigrante. Na década de 1870, chineses foram rejeitados, pois se acreditava que eles iriam corromper a formação racial do Brasil. Em 1890, um decreto do programa de imigração estabelecia que imigrantes aptos ao trabalho, livres de ação criminal nos seus países, estariam livres para entrar no Brasil, mas uma cláusula excluía as populações vindas da Ásia ou África, pois esses somente poderiam vir para o país com autorização do Congresso. Com isso, podemos compreender que a atenção da imigração estava voltada para os imigrantes europeus. Imigrantes asiáticos somente ingressaram no Brasil no início do século XX, quando tomaram maiores proporções às ideias contrárias à imigração europeia (VENTURA, 1991, p. 63).

Assim, no Brasil, a partir dos anos 1880, a imigração europeia aumentou muito, o que alimentou o imaginário de que, em um futuro breve, teríamos uma nação étnica e culturalmente branca. O assunto da imigração passou a ser discutido como parte da “questão da raça”, pelos cientistas. Neste contexto, o ensaísta sergipano Silvio Romero defendia a ideia do “branqueamento racial”. Segundo ele, os grupos africanos e indígenas da população brasileira seriam extintos pela miscigenação com a raça branca, surgindo, assim, uma sociedade com base étnica europeia e de aparência branca. Romero afirmava que:

Os mananciais negro e caboclo estão estancados, ao passo que a imigração portuguesa continua e a ela vieram juntar-se a italiana e a alemã. O futuro do brasileiro será uma mescla áfrico-indiana e latino-germânica, se perdurar, como é provável, a imigração alemã, ao lado da portuguesa e italiana (1960, p. 101).

Desse modo, ele defendia que, da mistura entre negros, índios, portugueses e imigrantes, surgiria, entre três e quatro séculos, uma população brasileira branca, pois, pela superioridade racial, seria inevitável a vitória do branco sobre as outras raças. O autor ainda acreditava que, pela miscigenação, surgiria um povo mais adaptado aos trópicos e mais capaz de progredir, pois já estaria habituado ao clima e ao território desde o nascimento, ao contrário dos imigrantes e dos africanos que vieram para o Brasil. Como o termo “raça branca” era associado à ideia de civilização, “raças inferiores” somente poderiam progredir e formar uma nação moderna através da mestiçagem (Romero, 1960).

Com um pensamento muito semelhante ao de Silvio Romero, o cientista João Batista de Lacerda afirmou, no Congresso Universal das Raças, em Londres, em 1911, que o cruzamento entre as raças negra e branca não resultaria em indivíduos de qualidade intelectual inferior. Ao contrário, ele afirmava que a miscigenação produziria uma população de pele clara, e que em um século já existiria um Brasil mestiço e de pele branca. Para Lacerda, as pessoas de cor seriam “extintas” e, quanto mais rápido se miscigenassem, mais rápido ocorreria esse branqueamento racial da nação. Aos imigrantes, restava contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, assimilar a cultura brasileira. Essa era a nação brasileira que se julgava ideal (SEYFERTH, 1996, p. 42-43).

Apesar da grande repercussão da teoria do branqueamento, e de sua adoção por intelectuais como Lacerda, a partir de 1900 Romero repensou suas ideias, passando a considerar que um povo mestiço seria sempre inferior à raça dita pura, em seu vigor e sua capacidade de civilização. Ao analisar novamente as possibilidades de branqueamento do Brasil, o autor passou a temer que este nunca se efetuassem, e o país pudesse ser dominado por raças mestiças e “inferiores”, que seriam incapazes de manter a civilização. Roberto Ventura (1991) utiliza uma citação de Romero para explicar sua nova posição do intelectual: “Os mestiços, tomados em totalidade, são fundamentalmente inferiores em robustez ao negro e ao branco, como inteligência e caráter, ao branco, sem a menor dúvida” (ROMERO apud VENTURA, 1991, p.64).

Além disto, conforme sua nova análise, a miscigenação poderia vir a ser prejudicial ao Brasil. Sílvia Romero defendia a ideia de que se nada fosse feito para separar os alemães que viviam no Sul do Brasil, o Sul se tornaria um país com uma população germânica sem a menor possibilidade de união com a população brasileira. No artigo *O aleanismo no Sul do Brasil*, (1910) Romero defende que a imigração estava sendo conduzida de forma errada, e que isto acarretaria problemas para o país. Ele foi o primeiro a tratar abertamente do assunto, o que levou outros pensadores a discutirem a questão posteriormente.

Sílvia Romero era grande defensor da população alemã, via nela pessoas empreendedoras, trabalhadoras, com grande inventividade e bastantes prósperas. Acreditava que essas qualidades pertenciam ao povo alemão, e não aos europeus em geral. Por essa razão, defendeu com veemência a imigração germânica para o Brasil, pois acreditava que eles progrediam facilmente em qualquer área em que atuassem e que inclusive haviam sido

capazes de tornar a Alemanha uma nação próspera, mesmo sem possuírem terras de qualidade (ROMERO, 1910).

Apesar de toda essa defesa dos alemães e da aprovação de sua imigração para o Brasil, Romero criticava o modelo de imigração que estava sendo implantado no Brasil, chegando a defini-lo como um “desastrado regime de colonização” ou “desgraçado modelo de colonizar”, o que consistia num dos mais sérios problemas que o Brasil teria que enfrentar em um futuro próximo, segundo ele (ROMERO, 1910, p. 116).

Romero dividiu a história da imigração em três períodos, para demonstrar o que aconteceria se o governo não tomasse atitudes em relação ao que estava acontecendo nas colônias no Sul do Brasil. Para o autor, a imigração aconteceu primeiramente por necessidade, até o ano de 1870. Nesse período, tanto o Brasil necessitava receber imigrantes quanto a Alemanha precisava escoar seu excedente populacional. No segundo período, até os dias em que Romero escrevia, os alemães estavam em um momento de formação consciente como grupo étnico, buscando se firmar. Tentavam obter terras, apoderando-se das melhores zonas de navegação, do comércio e da agricultura, enfim, das forças econômicas. O temor de Romero era que o terceiro período estivesse já em um futuro próximo, em que os imigrantes e seus descendentes seriam prósperos e a população seria muito numerosa. Naturalmente, assim se tornariam uma nação, um Estado soberano.

Portanto, Romero entendia que o modelo de imigração brasileiro, iniciado, como vimos anteriormente, em 1824, (portanto, mais de 80 anos antes de o ensaio ser escrito) era falho, pois os imigrantes estavam sendo assentados somente na região Sul do Brasil. Para ele, o correto seria estabelecer os imigrantes por todo o território brasileiro, e não privilegiar somente aquela região. O que o autor argumentava, é que, com o trabalho alemão, o Brasil conseguiria prosperar. Quanto à questão do clima, segundo ele o Brasil inteiro tinha clima adequado para receber imigrantes, tendo eles que se adaptar às novas condições de vida. Confirmando essa ideia, Seyfert explica que:

O sistema de colonização do Império foi considerado um desastre por ter permitido a concentração de estrangeiros no Sul do País em “colônias homogêneas” que permaneceram à margem da sociedade nacional. (...) Neste caso, o imigrante privilegiado do regime anterior (pelo menos pela parcela da elite comprometida com a colonização baseada na pequena propriedade familiar) se transformou em perigo potencial para a nacionalidade, tendo em vista sua “consciência nacional” pautada por valores estranhos à brasilidade (1996, p. 49).

Muitos defendiam a ideia de que o Império impossibilitou o branqueamento racial ao isolar os imigrantes no sul do Brasil, ao invés de espalhá-los. Assim, se justificava o atraso brasileiro, pois, sem o branqueamento, não haveria progresso e desenvolvimento. Conforme Seyfert, “(...) imigrantes brancos eram encarregados de civilizar uma população considerada inferior, sem destruir aquela outra base da nacionalidade que é a cultura e a língua portuguesa” (1996, p. 55). Apesar das críticas ao modelo imigratório do Império, na República não houve mudança. Ao contrário, o novo regime continuou “isolando” os imigrantes, enquanto os trabalhadores nacionais eram considerados inferiores. No entanto, cabia a estes últimos a missão de transformar os imigrantes em brasileiros.

Havia não imigrantes nas regiões povoadas por alemães e italianos, mas eram poucos, quase insignificantes. Acreditava-se que as sociedades alemãs no Sul representavam perigo, pois elas iriam prosperar muito rapidamente e o Brasil português definharia. Utilizavam-se exemplos de países da América Central, como o Haiti⁵, para demonstrar o atraso da raça não branca, e isso ocorreria no Brasil caso não se “espalhassem” os alemães assentados no Sul por todo o país.

Um forte argumento utilizado por Romero para acreditar que o Brasil enfrentaria problemas com essa aglomeração de imigrantes em um só lugar é que, apesar de já estarem no Brasil há 80 anos, os imigrantes ainda falavam a mesma língua dos seus ascendentes que vieram da Alemanha no início do século XIX. Romero critica em vários momentos essa atitude dos imigrantes e de seus descendentes, afirmando que eles não queriam assimilar a nova cultura. Ele usa como argumento a imigração de alemães para os Estados Unidos, em que, desde a primeira geração, teria sido observada a tentativa de aprender o idioma da nova nação, sendo que os primeiros descendentes já não falavam mais o alemão. Eles teriam, assim, assimilado a nova cultura rapidamente, ao contrário do que estava acontecendo no Brasil:

Dest’arte⁶, o erro gravíssimo que nos há de trazer perda das bellissimas regiões do sul, foi haver consentido na formação lenta por oitenta dilatados annos, de fortes

⁵ Entre os anos de 1791 e 1804, acontece a Revolução Haitiana, que foi o “maior movimento negro de rebeldia contra a exploração e a dominação colonial das Américas” (SOARES e SILVA, 2006, p. 4) e que culmina com a libertação dos escravos que viviam no país. Os países americanos tinham receio de que o modelo dos escravos do Haiti pudesse ser seguido em outras colônias. Após a libertação dos escravos, o Haiti transformou-se em um país de grande maioria negra, pois cerca de 90% da população era de escravos. Além disso, o Haiti se transformou em um país bastante pobre.

⁶ Todas as citações no presente estudo serão realizadas conforme a ortografia original do texto, respeitando também eventuais erros ortográficos, tipográficos e gramaticais.

grupos de população que ficou irreductivelmente germanica, sem a menor fusão com as populações brasileiras (ROMERO, 1910, p. 151).

De fato, os alemães mantinham a língua de seus antepassados, o que, para o autor, era algo inadmissível. Ele ainda acreditava que os imigrantes e seus descendentes não estavam sendo gratos pelo acolhimento que receberam no Brasil, pois não queriam assimilar a cultura da sua nova pátria, permanecendo com sua língua, seus costumes e sua religião. No seu entendimento, a língua alemã estava se espalhando pela região Sul, tanto que até pessoas que não eram imigrantes nem descendentes estavam utilizando o alemão como língua. Outro elemento evocado por Romero é o fato de os alemães não participarem da vida pública juntamente com os brasileiros; ao contrário, faziam suas festas e cultos separadamente. A ele incomodava o fato de que os imigrantes só queriam ter as terras brasileiras, e nada além disso: “Sua aversão, seu desprezo por tudo que é brasileiro menos a terra que chamam sua, é atestado pelos poucos nacionaes que ousam viver no meio delles nas colônias compactas” (ROMERO, 1910, p. 148).

Pelo fato de os imigrantes manterem sua língua e tradições, Romero entendia que eles eram germânicos vivendo dentro do Brasil, sobretudo porque nem o idioma português eles tinham assimilado. Conforme Romero, os imigrantes não faziam questão de aprendê-lo, pois ele argumentava que até os professores das escolas vinham da Alemanha, para que assim não se perdesse o convívio com o idioma nas escolas brasileiras. Se a população das colônias aumentasse mais, em breve as províncias do Sul do Brasil teriam plenas condições de se tornarem um Estado independente. Talvez para criar mais mal-estar, Romero afirmava que a Alemanha podia ajudar os seus colonos nesse processo, pois tinha interesse de criar nações alemãs pelo mundo: “Ora, os allemães do Brasil são socialmente, completamente distinctos e independente dos nacionaes. Tem outra língua, outra religião, outros costumes, outros hábitos, outras tradições, outros anhelos, outros generosos sistema de trabalho, outros ideaes” (ROMERO, 1910, p. 158).

Como já citado anteriormente, apesar de todas essas críticas e da clara intenção de ao menos fazer a população brasileira pensar sobre a situação desses imigrantes, Romero prezava muito os alemães e a imigração, pois acreditava ser o único meio de fazer o Brasil prosperar. Nesse sentido, Alberto Luiz Schneider argumenta que:

Em um momento de notável pessimismo, o autor dramatizou as possibilidades do país: prevalecendo a tradição histórica luso-brasileira não restaria outra coisa senão o atraso, a pobreza e a miséria. Um dos caminhos para a redenção estaria na imigração

européia e no conseqüente adensamento da população branca e culturalmente identificada com a moderna civilização ocidental, capaz de gerar o progresso (2005, p. 160).

Esse pensamento vinha da ideia de Romero de que havia uma diferença entre o Norte, colonizado por portugueses e o Sul, com os imigrantes alemães e italianos. Para ele, essa era uma visão preocupante, e ele chega ao ponto de cobrar do Estado alguma atitude para evitar que fossem criados dois Brasis dentro do Brasil.

A ideia, defendida por Romero, de dispersar os imigrantes pelo Brasil, não tinha como único intuito o de fazer prosperar o Brasil através do trabalho dos alemães. A outra pretensão de Romero era a de promover o branqueamento da população, ou seja, espalhando os imigrantes, eles se miscigenariam com o restante da população brasileira, promovendo, assim, seu branqueamento. Para ele, a mestiçagem não era somente um processo biológico, mas também um processo cultural, e dela resultaria o típico brasileiro “branco presumido”, completamente adaptado à pequena propriedade agrícola, constituindo comunidades ordeiras e cheias de iniciativa. Não estando isolados, os imigrantes teriam que aprender o idioma português e assimilariam outros aspectos da cultura brasileira. Segundo Romero, essa era a possibilidade de se fazer do Brasil um país moderno e progressista (ROMERO, 1960).

Em meio à discussão sobre o programa brasileiro de imigração, em 1902, Graça Aranha publica o romance *Canaã*, obra literária pioneira sobre a questão da colonização alemã, que causou impacto na época do seu lançamento, transformando Graça Aranha em um autor conhecido nacionalmente entre a incipiente camada letrada da população. Para José Paulo Paes (1992), *Canaã* é, sobretudo, um romance crítico da imigração, texto de fundamental importância para se compreender as questões que as colônias alemãs despertavam entre os brasileiros. Um dos críticos literários mais prestigiosos do início do século XX, José Veríssimo, definiu *Canaã* como um “romance geral da imigração”, em seus *Estudos de Literatura Brasileira* (VERÍSSIMO apud PAES, 1992, p.74).

No romance *Canaã*, são apresentadas duas concepções sobre a miscigenação das raças, através dos diálogos entre os imigrantes Milkau e Lentz, que representam os dilemas de uma nação que hesita entre a pureza e a mistura racial. Lentz representa o pensamento germanista, que não acredita no progresso do Brasil, uma vez que as populações mestiças seriam degeneradas e “inferiores”. O personagem explica sua posição em relação à miscigenação:

Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre a qual se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas. Enquanto não se eliminar a raça que é o produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício, todos os minutos rito pelo sensualismo, bestialidade e pelo servilismo inato do negro. O problema social para o progresso de uma região como o Brasil está na substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos, por europeus. A imigração não é simplesmente para o futuro da região do país um caso de simples estética, é antes de tudo uma questão complexa, que interessa o futuro humano (ARANHA, s/d, p. 42-43).

Milkau, por sua vez, defende a mistura das raças, que seria capaz de formar um país miscigenado. Se o imigrante se adaptasse ao novo ambiente físico, sairia vencedor. Conforme Ventura (1991, p. 62), este personagem demonstra o pensamento de Graça Aranha sobre a imigração e a mistura de raças:

Oh! Não. Isto não se pode concluir dos meus pensamentos. A crise da cultura aqui é motivada pela divergência dos estados de civilização das várias classes do povo. É preciso um pouco mais de identificação, como dolorosamente já se está fazendo. Não há raças capazes ou incapazes de civilização, toda a trama da história é um processo de fusão: só as raças estacionadas, isto é, as que se não fundem com outras, sejam brancas ou negras, se mantêm no estado selvagem. Se não tivesse havido a fatal mistura de povos mais adiantados com populações atrasadas, a civilização não teria caminhado no mundo. E no Brasil, fique certo, a cultura se fará regularmente sobre esse mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora. Nada mais pode embaraçar o seu vôo, nem a cor da pele, nem a aspereza dos cabelos. E no futuro remoto, a época dos mulatos passará, para voltar a idade dos novos brancos vindos da recente invasão, aceitando com reconhecimento o patrimônio dos seus predecessores mestiços, que terão edificado alguma coisa, porque nada passa inutilmente na terra... (ARANHA, s/d, p. 263-264).

Como pode ser claramente observado, os personagens são antagônicos, defendendo pontos de vista totalmente opostos sobre os temas da civilização e da miscigenação. Para Paes, Milkau opunha-se à “tabula rasa, em nome do que chamava fusão criadora, ele reconhecia a hegemonia do sincretismo na formação de nossos matizes culturais e civilizacionais” (PAES, 1992, p. 81). Ao afirmar que as raças iriam civilizar-se pela miscigenação, acreditava-se que a fusão das raças promoveria um rejuvenescimento da civilização, o que demonstrava a preocupação com o conflito entre os povos chamados “inferiores” e os ditos civilizados, representados pela raça branca europeia. Para ele, o surgimento de uma nação brasileira com cultura própria somente aconteceria com a miscigenação das raças. Questões como estas se refletiriam, posteriormente, no debate sobre a integração das colônias de origem germânica à cultura brasileira.

2.3 A inserção social dos imigrantes alemães até o Estado Novo

Conforme já abordado anteriormente, os imigrantes foram inicialmente assentados em terras do Rio Grande do Sul onde não havia muita ocupação, ficando praticamente isolados do restante da Província e do Brasil. Como várias promessas que foram feitas para os alemães ainda na Alemanha, com o intuito de atraí-los, não foram cumpridas, eles tiveram que se adaptar para poder sobreviver no seu novo país. Algumas situações tiveram que ser contornadas pelo imprevisto para que nada lhes faltasse. Atividades rotineiras, como escola para as crianças, religião e vida cultural não foram promovidas ou incentivadas pelo governo brasileiro, de modo que os imigrantes precisaram se organizar de maneira a sanar suas necessidades (ROCHE, 1969).

A grande maioria dos alemães que chegaram ao Brasil professava a fé luterana, sendo que no Brasil a religião oficial era a católica, o que não importava aos imigrantes. O luteranismo chega ao Brasil junto com os alemães e, dessa maneira, não havia pastores luteranos no Brasil que falassem o idioma português. Primeiramente, esses pastores iam somente para os centros urbanos, enquanto as colônias localizadas mais ao interior continuavam isoladas. Dessa maneira, o idioma alemão continuava sendo falado pelos pastores e também pelos imigrantes, que ficaram sem o assessoramento religioso que fora prometido (DREHER, 1994).

Além de o idioma alemão ser falado nas igrejas, pois os pastores eram alemães, as escolas representavam igualmente uma situação para a qual os imigrantes tiveram que encontrar soluções sem a ajuda do governo brasileiro. Lúcio Kreutz (1994) explica que, entre 1824 e 1850, não havia escolas públicas à disposição das colônias alemãs, e comumente os colonos escolhiam entre eles os mais capacitados para que ensinassem seus filhos. No entanto, as escolas eram bastante precárias, e os filhos de imigrantes aprendiam somente o indispensável, permanecendo o ensino em língua alemã. Conforme explica Kipper:

Lei Provincial previa a construção de uma capela e de uma escola em cada povoação, mas na prática isso em geral não ocorreu, vendo-se os colonos obrigados a constituir e manter eles próprios ligadas a comunidades católicas e evangélicas que pertenciam os imigrantes e muitas vezes funcionando capela e escola no mesmo prédio (1979, p. 27).

De fato, as escolas foram criadas pelos alemães para atenderem seus filhos e estavam vinculadas às igrejas. Em 1826, o governo brasileiro criou uma escola pública, mas seu único

professor não falava alemão, fato que impediu que as crianças alemãs a frequentassem. Kreutz (1994) ainda explica que, em 1850, havia 24 escolas de imigrantes alemães na colônia, enquanto em toda a Província existiam 51, demonstrando, assim, a importância dada à educação pelos imigrantes. Outro fato importante é que, em 1875, havia 252 escolas públicas nas colônias, sendo que 85 não funcionavam por falta de professores que soubessem falar alemão, uma vez que a população ainda não tinha domínio da língua portuguesa (KREUTZ, 1994 p. 34).

Entre os pastores luteranos destaca-se Wilhelm Rottermund, que criou o Sínodo Rio-grandense, que mais tarde tornou-se a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e que trabalhou em três áreas, além da litúrgica: educação, cultura e política (GERTZ, 2002). O pastor Rottermund também se envolveu na questão escolar, e, assim sendo, logo após sua chegada ao Brasil, escreveu e mandou publicar na Alemanha uma cartilha em Alemão para ser usada nas primeiras letras das crianças. A *Fiberiür deutsche Schulen in Brasilien* (Cartilha para escolas alemãs no Brasil) foi publicada até 1930, quando estava em sua 18ª edição. Esse exemplo da cartilha permite entender que, até a década de 1930, os imigrantes e seus descendentes estavam sendo alfabetizados em alemão.

Em 1881, o pastor Rottermund lança o *Deutsche Post*, jornal em língua alemã que circulou até 1928 na colônia de imigrantes. Antes do jornal, o pastor havia lançado o Rottermund-Kalender (Almanaque Rottermund) que trazia um calendário, curiosidades, informações sobre datas históricas, feriados, informações sobre agricultura, entre outros assuntos de importância para os colonos. Esse almanaque também era impresso em língua alemã e tinha grande circulação na colônia. Mais uma vez, podemos compreender que mesmo a leitura que ali era realizada era feita com material em alemão, e que mesmo o material produzido no Brasil era impresso em alemão, a língua que os descendentes de imigrantes conheciam (GERTZ, 2002).

Para a vida social e cultural, os imigrantes criaram clubes de ginástica, clubes recreativos, e sociedades de canto, lugares nos quais as famílias se reuniam para saraus, apresentações teatrais, mas também para jogos de boliche, cartas e bebedeiras, locais em que o idioma alemão também era a língua falada. Sobre este assunto, Willems (1980) postula que:

[a] condição fundamental para a constituição de comunidades lingüísticas no Brasil foi o isolamento espacial das principais áreas de colonização. Quanto ao meio de comunicação verbal não havia outro recurso senão a conservação do equipamento

linguístico trazido ao país de origem. Na situação nova que se deparava aos imigrantes, somente este idioma podia desempenhar as funções que normalmente uma língua exerce com relação à configuração cultural (p. 194).

Analisando esses fatos, não é difícil compreender porque, mesmo até mais de 100 anos após o início da imigração alemã no Brasil, os imigrantes e seus descendentes continuavam se comunicando no idioma alemão e preservando os costumes de seus antepassados. Escolas, religião e cultura foram negligenciados, e eles tiveram, portanto, que encontrar soluções próprias para sanar os seus problemas.

2.4 O Estado Novo

Desde o ano de 1936, estava sendo preparado no Brasil um golpe de Estado. Getúlio Vargas assumiu a presidência em 1930, após a Revolução de 30, depondo o presidente Washington Luís e impedindo a posse do presidente eleito, Júlio Prestes. Vargas assume seu segundo mandato em 1934, sendo previsto que ficaria na presidência até 1938, quando haveria novas eleições presidenciais (CARONE 1977).

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1994) afirma que, entre os anos de 1930 e 1937, houve no Brasil duas propostas de governo. De 1930 até 1934 existiu o Governo Provisório, em que o Executivo governou através de decretos-leis. Um segundo momento foi o de 1934, quando o Congresso elegeu Getúlio presidente do Brasil, até 1937.

Em 1937, dois candidatos iriam concorrer às eleições marcadas para o início de 1938 para a presidência: Armando de Salles Oliveira era apoiado pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, juntamente com as oposições da Bahia, Pernambuco e com o grupo que governava o Rio Grande do Sul, liderado por Flores da Cunha, além da simpatia de liberais e comunistas. O outro candidato era José Américo, apoiado pelos situacionistas de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia e pelas oposições de São Paulo e Rio Grande do Sul, além de ser o candidato de Getúlio Vargas (CARONE, 1977).

Enquanto se organizavam as eleições presidenciais, Getúlio se posiciona contrário aos candidatos. Ao mesmo tempo em que se planejavam as eleições, preparava-se o golpe: no

final do ano de 1937, é levado a conhecimento público o Plano Cohen⁷. Este se mostrou o motivo que faltava para o cancelamento das eleições. Com a preocupação a respeito do que poderia acontecer ao Brasil em caso de um golpe comunista⁸, o Exército solicita o estado de guerra, e em 10 de dezembro de 1937 é fechado o Congresso Nacional, dando início, assim, ao Estado Novo, e instaurando-se uma ditadura que duraria até 1945.

Havia um consenso entre as classes dominantes de que a melhor maneira de assegurar o progresso econômico do Brasil era através de um regime autoritário. O Estado Novo seria um governo forte, que pretendia moralizar as instituições, pois seria o poder central a única instância capaz de viabilizar a verdadeira democracia (PESAVENTO, 1994, p. 48).

Segundo Edgard Carone, com o discurso de que o novo regime estaria assegurando os interesses da Nação, Getúlio promulga uma nova Constituição, que dissolve a Câmara e o Senado e também extingue os partidos políticos. Os interventores estaduais, na sua grande maioria, apresentam seu apoio a Getúlio, sob a pena de perderem o cargo caso se posicionassem em contrário. O interventor do estado do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, por ter apoiado o candidato da oposição a Getúlio, foi obrigado a exilar-se no Uruguai, sendo então nomeado um novo interventor, Cordeiro de Farias (CARONE, 1977).

Vargas defendia que o governo autoritário era necessário para preservar a ordem e o progresso do país. Ele tinha por objetivo implantar uma política nacionalista, tendo como meta o desenvolvimento das indústrias brasileiras. A proposta nacionalista do Estado Novo foi complementada com a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Além disso, houve a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que era responsável por controlar a informação e difundir a cultura popular. Esse órgão também era responsável pela censura à imprensa, e não liberava nada que pudesse soar como de oposição ao governo. Pesavento acredita que esses órgãos possuíam uma função especial:

Juntos, contudo, articulavam-se na mesma missão, difundir valores, pautar condutas, ajustar indivíduos ao ideário nacionalista da manutenção da ordem, da construção do progresso e da valorização dos elementos da cultura local. Patrocinando a arte, estimulando as edições, buscava-se produzir uma cultura nacional e uma postura

⁷ O Plano Cohen consistia em um documento que descrevia um plano comunista para dominar o Brasil, tendo sido forjado para alarmar a sociedade brasileira (PESAVENTO, 1994, p. 48)

⁸ Aparentemente, havia um motivo para uma preocupação para uma tentativa de golpe comunista. Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) objetivou dar um golpe, depor o presidente e instituir um governo popular. A chamada Intentona Comunista foi organizada por Luís Carlos Prestes, e apoiado por militares. A ação, que contou com ajuda internacional, acabou sendo reprimida. O resultado foram dezenas de mortos e os líderes presos (PESAVENTO, 1994, p. 45-46).

favorável ao regime (...) (1994, p. 52).

Internamente, o Estado Novo estabilizou-se, mas havia dificuldades no âmbito internacional: Itália e Alemanha recebem com alegria a notícia do golpe, pois o Brasil assim se aproximava de um governo como o deles: ditatorial e anticomunista. Estados Unidos e Alemanha tentaram se aproximar e influenciar as correntes políticas brasileiras. Entre os anos de 1937 e 1938, os Estados Unidos reconheceram o Estado Novo no Brasil, mas mantiveram a desconfiança de que os brasileiros nutriam simpatia pelo nazismo (CARONE, 1977).

Desde os anos 1930, havia um ideal de nacionalização da economia brasileira. Como explica Carone (1977), isso era comum aos países da América Latina, e não teve como única causa a crise de 1929. Para haver a nacionalização econômica, a primeira meta era instalar no Brasil uma indústria siderúrgica, implantando, assim, uma indústria de base no Brasil. Entretanto, os fundamentos financeiros e técnicos desse plano para fazer o país crescer eram paupérrimos, sendo inviável ao Brasil efetivá-lo somente com capital nacional. Tentando seguir em frente com seu projeto nacionalizador, Getúlio resistiu a incorporar capital estrangeiro, mas resolveu aceitá-lo na forma de empréstimo, para conseguir realizar seu projeto e prosseguir com seus ideais de desenvolvimento econômico nacionalista.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se favoreceu com a situação e, assim, conseguiu realizar seu projeto siderúrgico. O país pôde negociar e tirar proveito da situação que se criou. Conforme analisa Pesavento:

Ao manter entendimento com a Alemanha nazista e mesmo anunciar que o poderoso grupo dos Krupp estava disposto a conceder empréstimo, o Brasil apressou o governo norte-americano a se decidir a financiar a construção em Volta Redonda de uma siderúrgica. Em troca, o Brasil cedia uma base aérea no Nordeste para que os norte-americanos pudessem dar continuidade ao seu plano de desembarque na África do Norte e, de lá, partissem para a ofensiva no sul da Europa (1994, p. 53).

Em 1941, é inaugurada a Companhia Siderúrgica Nacional, com um empréstimo de 20 milhões de dólares cedido pelos Estados Unidos. Em 1943, os Estados Unidos ajudam o Brasil com um novo empréstimo. Assim, Brasil e Estados Unidos se unem e o Brasil entra na Guerra ao lado dos Aliados. Nesse momento, acontece no Brasil uma situação bastante controversa: ao mesmo tempo em que o país combatia a Alemanha e o Eixo⁹, lutando ao lado dos Estados Unidos, dentro do país vigorava um regime de direita com clara conotação

⁹ Aliados: Durante a 2ª Guerra Mundial, grupo encabeçado por Inglaterra, França, União Soviética. Os Estados Unidos entram na Guerra em 1941. Eixo: Países que lutaram contra os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Faziam parte, principalmente, Alemanha, Itália e Japão.

fascista, semelhante ao governo de países como Itália e Alemanha, que lutavam do lado contrário (PESAVENTO, 1994).

Em 1943, começa o processo de redemocratização do país, pela necessidade de alinhamento político/econômico com outros países, e também porque a população começava a se agitar em função do longo período não autoritário. A burguesia tomou a frente desse processo, e o restante da sociedade civil a apoiava. Movimentos estudantis e operários em greve conseguiram ignorar a censura.

A partir de 1944, Vargas começa a se preparar para deixar a presidência, ajudando a criar dois partidos que representavam a continuidade de seu governo: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social Democrático), que se coligaram e lançaram Eurico Gaspar Dutra como candidato. A principal oposição é a UDN (União Democrática Nacional) que lançou o brigadeiro Eduardo Gomes. Em 1945, enquanto os outros partidos lançavam seus candidatos à presidência, líderes sindicais iniciavam a campanha “queremista”, manifestando sua vontade de que Getúlio Vargas permanecesse no poder, através do refrão “queremos Getúlio” (CARONE, 1977).

Após suspeitas de que Vargas estava se utilizando de manobras políticas para continuar no poder, somando-se ao fato de que Getúlio nomeou seu irmão para o cargo de chefe de Polícia do Rio de Janeiro, o Exército depõe Getúlio, que se retira para o Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1945, são realizadas novas eleições, com a vitória do general Eurico Gaspar Dutra (CARONE, 1977). Chega ao fim o Estado Novo, sobre a pressão das forças democráticas do país, especialmente no contexto da vitória dos Aliados. Decerto, a natureza autoritária do regime é um elemento essencial para compreendermos a violência e a repressão utilizadas no âmbito da Campanha de Nacionalização, contexto relacionado ao lançamento das obras de Vianna Moog e Bayard Mércio.

2.5 A questão racial e a discussão sobre a identidade nacional no Estado Novo

A questão racial não é abertamente discutida nos romances em estudo, embora faça parte do pano de fundo dessas obras, o que já fica claro através da caracterização física dos protagonistas “estrangeiros” na colônia de origem alemã. Geraldo, o protagonista criado por

Vianna Moog, era descendente de índios e tinha pele morena (MOOG, 1939, p. 108); Mário, seu equivalente no romance de Bayard Mércio, era sergipano, de pele amorenada (MÉRCIO, 1940, p. 88). Por isso, devemos compreender a importância do elemento racial no debate sobre a imigração durante o Estado Novo.

Como visto anteriormente, no início do século XX, Sílvio Romero defendia que a mestiçagem era algo positivo para o Brasil, pois quanto mais a raça branca se misturasse com as raças negra e indígena, mais rapidamente o Brasil se tornaria uma nação etnicamente branca, apesar de culturalmente mestiça. A partir das primeiras décadas do século XX, alguns intelectuais começam a discutir essa ideia, tendo como princípio a teoria de Romero.

Em 1933, o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre publica sua obra mais conhecida, *Casa-Grande e Senzala*, na qual apresenta novo enfoque sobre a discussão da mestiçagem racial. Para Freyre, o brasileiro já era mestiço desde a época da colonização do Brasil, pois os portugueses já haviam se mesclado com povos africanos e indianos, em função das conquistas e contatos comerciais que o país fizera desde o século XV. Antes da viagem de Cabral para o Brasil, em 1500, segundo ele, já não era possível encontrar um único tipo físico em Portugal. Com isso, ele afirma a sociedade brasileira já começou híbrida, e não foi novidade quando os portugueses se misturaram ainda mais com os índios nativos do Brasil. E foi exatamente por essa razão que o colonizador, originário do clima frio europeu, adaptou-se tão facilmente à vida nos trópicos, à alimentação, à agricultura e às roupas (FREYRE, 2005).

O primeiro contato, e, por consequência, a primeira mestiçagem que ocorre é de lusitanos e índias. No início da colonização, a grande maioria das pessoas que vinham para o Brasil eram homens. Como o objetivo era colonizar, criar raízes no Brasil, os homens precisavam ter família no Brasil. Com a falta de mulheres brancas, a mulher índia fazia o papel de esposa e mãe de família. Dessa maneira, afirma Freyre que ocorre a primeira troca cultural, pois não há contato, não há mestiçagem, sem esta troca, e, já como família, os índios acabam incorporando elementos da cultura lusitana. Após a formação de família e o intercâmbio cultural, o colonizador lusitano se adapta melhor ao Brasil, e sofre grande influência dos índios. Na língua, ocorrem mudanças, e novas palavras são incorporadas ao idioma português. Na alimentação também ocorrem mudanças, especialmente em relação à farinha, porque aqui não havia trigo, então este produto foi substituído pela mandioca, alimento bastante consumido pelos índios. Além disso, os filhos nascidos dessa mestiçagem de índias com portugueses adaptaram-se melhor ainda ao clima brasileiro (FREYRE, 2005).

No início do século XX, ainda era comum utilizar a hipótese de que a escravidão negra iniciou no Brasil porque, como define Freyre, os nativos “logo se mostrariam incapazes os indígenas molengos e inconstantes” (FREYRE, 2005, p. 80). Portugal já conhecia a escravidão de africanos desde, pelo menos, o século XV, e já tinha muitos lucros com o tráfico. Assim, com a colonização no Brasil, a opção pelo tráfico negreiro torna-se bastante atrativa, pois, além de ser um negócio bastante lucrativo, o negro também vinha dos trópicos, e, por essa razão, será bastante adaptável ao clima brasileiro. Então, com o início da escravidão, chegou ao Brasil a terceira raça formadora da nação brasileira: a raça negra.

Assim, temos a teoria das três raças formadoras do Brasil: o branco, o negro e o índio. Enquanto Sílvio Romero afirmava que a raça negra era superior aos índios, mas os brancos eram superiores aos negros, reafirmando assim a superioridade da raça branca, Freyre, ao contrário, defendia a mestiçagem porque acreditava que não existia raça inferior ou mais ou menos fraca, e que a mistura das três raças formou a verdadeira identidade brasileira. Ao contrário de Romero, Freyre utilizou a teoria das três raças como força e prestígio, colocando negros, índios e brancos em igualdade, algo negado por Romero.

Para Renato Ortiz (1985), o mito das três raças surge em um momento em que o Brasil está passando por grandes transformações: o fim da escravidão e, por consequência, a necessidade de um novo tipo de mão de obra, havendo, assim, um incentivo à imigração europeia, e a mudança de um regime monárquico para a República. É somente a partir dessas mudanças, especialmente da Abolição da Escravatura, que o Brasil permite ao negro ser integrado às preocupações nacionais.

Ortiz defende que “(...) não há uma ruptura entre Sílvio Romero e Gilberto Freyre, mas reinterpretação da mesma problemática” (1985, p. 41). Para Ortiz, essa reinterpretação resulta do momento em que cada teoria é defendida. Freyre consegue transformar o pensamento negativo que havia sobre o mestiço em algo positivo. No momento em que Freyre escreve, há condições sociais diferentes daquelas em que foi escrita a teoria defendida por Romero. Agora, a sociedade brasileira que estava em transição possui rumos claros de desenvolvimento. Conforme analisa Ortiz:

A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional (ORTIZ, 1985, p. 41).

Podemos perceber com isso que, nesse momento, as diferenças raciais não importam mais e a discussão perde importância. O que antes era branco, negro, índio ou mestiço, agora torna-se o típico brasileiro, ou o nacional, como explica Ortiz.

Isso tudo acontece nos anos 30, com o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando há uma preocupação em se transformar radicalmente o conceito de brasileiro. As qualidades que eram atribuídas aos mestiços, como a preguiça, são agora substituídas por novas ideias, e agora os brasileiros passam a ser relacionados ao trabalho. Ortiz ainda postula que o mito das três raças é exemplar, pois encobre conflitos raciais, ao mesmo tempo em que possibilita a todos se reconhecerem como nacionais (ORTIZ, 1985, p. 41).

Ainda durante o Estado Novo, surge a ideia de um “homem novo”, como define Mônica Pimenta Velloso. Para a autora, o Estado Novo deveria estar em permanente contato com a população brasileira, a fim de proteger os cidadãos e orientá-los, para que não ficassem à mercê do “individualismo anárquico liberal” (VELLOSO, 1982, p. 91). Sendo assim, o bem coletivo deveria se sobrepôr ao interesse privado, ou seja, o importante era defender a nação, dando prioridade a um típico brasileiro, e não levar em conta as especificidades de cada um. O que a autora quer demonstrar é que o objetivo que o governo pretendia alcançar, durante o Estado Novo, era uma relação harmônica entre o regime e as pessoas. Essa relação harmônica é, obviamente, questionável, pois se estava vivendo em um regime ditatorial.

Para explicar melhor a ideia do que seria o “homem-novo” do Estado Novo, muitas vezes é utilizado como argumento o mito da superioridade racial, afirmando que a heterogeneidade étnica resultava em separação racial. Para Velloso, haveria um motivo para tanta preocupação, pois a “ênfase na homogeneidade racial reflete a preocupação dos ideólogos em produzir uma identidade social, condição necessária para a implementação de um projeto político”, cujo sigma seria o da unidade nacional (1982, p. 92). Para se chegar à criação de um novo tipo de homem, tendo como objetivo o fortalecimento da causa nacional, é necessário, segundo Velloso, “incutir o sentido metodizador do direito ao lado do sentido disciplinador da liberdade; ressaltar o sentido dinâmico da tradição” (1982, p. 92). Neste sentido, o Estado Novo tinha por meta rever o papel do homem na sociedade brasileira. Conforme Ângela de Castro Gomes:

O Brasil liberal era o país onde tudo era grande, menos...o homem. Este permanecia ignorado e afastado do potencial de sua própria terra. O regime liberal desacreditava de nossos homens e longe de pesquisarem as causas de nossos males, preferiram,

numa atitude comodista e pela lei do menor esforço, explicar tudo pela negação da nossa raça. 'O brasileiro é preguiçoso' – 'somos um povo de bugres' (GOMES, 1982, p. 115-116)

Assim, podemos compreender que, desde o início do século XX, havia uma preocupação com a formação do típico brasileiro. Ele deveria ser branco, e ter virtudes, como, por exemplo, ser trabalhador. Outra questão que aparece no Estado Novo é identidade nacional. Pela primeira vez, há uma cobrança para que toda a população do país sintasse brasileira de fato. O foco principal nesse momento é, principalmente, as comunidades de imigrantes, que, com frequência, eram acusadas de não desejarem ser brasileiras, mas somente morar no Brasil. Essa discussão é uma das justificativas da Campanha de Nacionalização, que será discutida no decorrer do presente estudo.

2.6 O problema do alemanismo

Como vimos, alemanismo é a defesa da cultura alemã pelos descendentes de imigrantes alemães, sendo o “empenho pela conservação da pureza étnica (evitando casamentos interétnicos), pela língua, por costumes e tradições alemãs” (Gertz, 1991, p. 93). *Deutschtum*, ou germanismo, são também nomes atribuídos a essa defesa que as comunidades alemãs faziam da sua língua e cultura.

Sobre o alemanismo, Bayard Mércio afirma em seu romance que ele simplesmente não existia, e o que havia era um preconceito de pessoas que não conheciam os imigrantes alemães e seus descendentes. O personagem Dr. Cardoso alerta Mário sobre essa questão:

Quanto ao germanismo, propriamente dito, não existe. É claro, muitos tem orgulho de sua ascendência e é natural que louvem e admirem o homem que arrancou a terra de seus pais da miséria e da vergonha,(...). Êsses elementos que desprezas, que repudia, são trabalhadores ordeiros, bons. Mas tu somente tens dêles uma impressão exterior (p 66 – 67).

Vianna Moog havia já aberto a polêmica e, no seu romance, os colonos de origem germânica aparecem como um grupo fechado, se considerando alemães, e não brasileiros. Na obra, eles são apresentados como pessoas que não pertencem à cultura nacional, ao contrário disso, afirmam que somente há prosperidade onde há alemães:

Karl estava neste momento pensando em que essa riqueza do sul era produto exclusivo do trabalho alemão. Com os colonos alemães é que tinham aparecido as indústrias no Brasil. E considerava com orgulho a ascensão de Blumental, de mera feitoria há cem anos, até o parque industrial que lhe valia nome de Manchester do Brasil. Tudo trabalho dos alemães, como dizia o pastor: “o que é o sul do Brasil deve-o ao trabalho alemão. Se fizermos abstração dos alemães, restará apenas uma mísera carcassa” (MOOG, 1939, p.87-88).

Durante os anos 1930, nenhuma das instituições de descendentes de imigrantes alemães se mostra contrária ao germanismo, que aparece em maior ou menor grau nas escolas, associações culturais, igrejas e jornais (GERTZ, 1987, p. 93). Havia aqueles que defendiam cultivar as tradições e a língua dos antepassados alemães, mas sempre tomando cuidado para não deixarem que o Rio Grande do Sul se tornasse reduto para a disseminação da política alemã (GERTZ, 1991, p.34).

É importante lembrar que, antes da implementação do Estado Novo, havia reuniões de descendentes de imigrantes que defendiam o nazismo, realizadas no Rio Grande do Sul. Eram prestigiadas por milhares de pessoas (fontes apresentam entre 3 a 6 mil adeptos), incluindo o então governador do Estado, Flores da Cunha, e seu alto escalão do governo, assim como o comandante regional do exército, representando Getúlio Vargas (GERTZ, 1991, p. 54).

Em 1934, é realizado um grande movimento para elevar o dia 25 de julho, que marca a chegada dos primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, a feriado estadual, ideia aceita pelo interventor Flores da Cunha. Nesse momento, são tomadas várias medidas para difundir a data e festejar amplamente o início da imigração. Por isto, a década de 1930 é considerada por Gertz um momento de “reavivação e radicalização do germanismo”, havendo considerável difusão dessas ideias no Estado (1991, p. 40).

Entretanto, segundo atenta Gertz (1991), não eram todos os descendentes de imigrantes que defendiam os dos costumes germânicos e o uso da língua alemã. Para embasar sua ideia, o autor utiliza uma enciclopédia, publicada em 1935 na Alemanha, que apresentava dados sobre os alemães e seus descendentes fora da Alemanha. Sobre a situação no Sul do Brasil, a enciclopédia afirmava que a língua portuguesa estava sendo bastante difundida entre os descendentes de imigrantes, e que as escolas já não se preocupavam em propagar a cultura alemã, mas preparar os jovens para a vida profissional (GERTZ, 1991, p. 41) O autor ainda conclui que os imigrantes foram gradativamente aprendendo o português, e seus filhos também usavam preferencialmente a língua portuguesa, pois já não falavam com fluência o alemão.

Ainda assim, as comunidades de imigrantes alemães eram vistas com bastante preocupação. A situação parece piorar com a ascensão nazista na Europa e com o medo de uma nova guerra. No Rio Grande do Sul, em 1938, quando a Europa já vivia às vésperas de um novo conflito mundial, Osvaldo Cordeiro de Farias é nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas como interventor federal do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1941, o interventor publica um livro, baseado em discursos proferidos por ele para os descendentes de imigrantes alemães em dois momentos distintos. O primeiro foi dirigido a um grupo de cerca de 500 jovens descendentes de imigrantes que, em 1941, foram convidados a ir a Porto Alegre, por uma semana, ficando em casas de famílias para participar das festividades da Semana da Pátria. Lá, os jovens puderam conhecer o interventor, assistir aos desfiles em homenagem à Independência do Brasil, e deles participarem. No seu discurso de boas vindas aos jovens, o interventor aproveita para falar sobre a falta de integração dos imigrantes e seus descendentes. Cordeiro de Farias se dirigiu aos jovens da seguinte maneira:

[Os colonos] não são tão felizes como nós. Aquela velha política de liberdade em relação aos seus costumes e à sua língua, que se justifica na época para com os ascendentes, prosseguiu sem razão em face dos descendentes, que, brasileiros de fato, e de direito, permaneceram em grande parte separados de nós pelo idioma e pelos hábitos.

Nenhuma culpa lhes cabe nesse fato, mas compete a nós remediar o que está errado, trazendo-os como eles próprios desejam, de alma inteira, de espírito e de coração, para o nosso meio.

Daí a Campanha de Nacionalização, de que faz parte a vinda desses nossos irmosinhos à Capital do Estado, na semana da nossa festa máxima.

Eu lhes dou as boas vindas e os entrego à sociedade pôrto-alegrense, pedindo que cada lar se abra para abrigar algumas dessas crianças, que aqui vêm para sentir como já somos grandes, como já somos fortes e que amanhã – voltando para o interior onde seus pais trabalham, - hão de ter gravado, - para todo sempre, - nos seus espíritos de meninos, o futuro radioso do Brasil (1941, s/p).

Podemos, assim, compreender a gravidade da preocupação que essas comunidades causavam ao governo. O segundo discurso proferido pelo interventor aconteceu no mesmo ano, em 1941, por ocasião da inauguração da estrada que ligava as cidades de São Leopoldo e de São Sebastião do Caí, duas cidades colonizadas por alemães. Ao falar à população daquelas cidades, Cordeiro de Farias pronuncia o seguinte discurso:

Hoje, somos nós que os alertamos contra pseudo amigos que, falando uma linguagem que não a nossa, procuram, sob todos os pretextos, criar dúvidas em seus espíritos simples quanto a supostas obrigações que devem manter com as pátrias de seus ancestrais. O Governo, ficai certos, não dá quartel a tais homens e vossa obrigação, o vosso dever é, sob qualquer roupagem que se apresentem, denunciá-los à autoridade para a punição merecida. Eles são agentes internacionais, traidores ao

Brasil e à sua hospitalidade e só merecem a repulsa e o castigo dos filhos nascidos nesta terra maravilhosa.

E isto simplesmente porque o Brasil não conhece separação em sua população motivada pela sua ascendência - “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou é traidor” (1941, s/p).

Nesse discurso, mais uma vez podemos observar a tensão que havia entre o governo e as comunidades de imigrantes. Se, por um lado, o governo estava adotando políticas favoráveis a elas, como a construção de estradas e a promoção das viagens dos jovens a Porto Alegre, por outro, ele estava cobrando a integração desses descendentes de imigrantes, por entender que eles mantinham a cultura de seus ascendentes.

No ano de 1942, o chefe de polícia do governo do estado do Rio Grande do Sul, o Tenente-coronel Aurélio da Silva Py, publica um livro com o objetivo de comprovar a existência de uma conspiração nazista no Rio Grande do Sul, e demonstrar, com isso, a importância da Campanha de Nacionalização imposta pelo Presidente da República Getúlio Vargas.

O livro *A 5ª Coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul* (1942), Silva Py começa por explicar que a obra não era ficção, sendo um documento, com o objetivo de demonstrar com clareza a verdade absoluta sobre o que seriam os inimigos da nação, aquelas pessoas que se mostravam como nacionais, mas tinham uma outra língua ou sotaque, que frequentavam outras escolas, igrejas e sociedades. O autor ainda explica que publicara esse livro como ato de amor e patriotismo, e que todo o lucro das vendas seria investido na Campanha de Nacionalização (PY, 1942, p. 342).

O autor explica que seria importante que a população estivesse atenta ao objetivo dos nazistas de conquistar o mundo, para melhor poder se proteger dessa suposta ameaça. Para ele, mesmo quando o perigo tivesse passado, era importante continuar atento, pois o ceticismo tinha sido muito caro a outros países (PY, 1942, p. 9).

Silva Py (1942) utiliza vários exemplos, inclusive com documentos anexos, que comprovariam a atividade nazista no Rio Grande do Sul. Ele alertava para o perigo, utilizando como provas documentos que ensinavam a sintonizar rádios para ouvir notícias da Guerra vindas da Alemanha (p. 185), ou denúncias de pessoas que ouviam conversas que continham conotação racista, quase sempre na presença de um teuto-brasileiro (p. 76); outro exemplo era a Igreja Luterana, que ainda enviava pastores da Alemanha para o Rio Grande do Sul. Silva

Py afirmava que “todos os pastores chegados ao RS se mostraram partidários fanáticos do nazismo” (p. 191).

Além disso, orgulhava-se de ter posto fim à atuação de um grupo de jovens chamado Juventude Teuto-brasileira, que chamava constantemente de Juventude Hitlerista no Estado. O Chefe de Polícia argumentava que esse grupo tinha o objetivo de incutir nos jovens o espírito nazista e preservar a cultura de seus ascendentes alemães. Silva Py (1942) aparentemente queria provar que havia uma ameaça nazista nas colônias de imigrantes alemães, e que os jovens eram utilizados nesse plano. Para ele, a Alemanha estava atingindo seu objetivo ao conseguir estender sua nação para além das suas fronteiras, sendo claro o “objetivo da doutrinação dos jovens no estrangeiro: consolidar as chamadas ‘minorias germânicas’ que, oportunamente, desfecharão uma ação conjunta de grande envergadura” (p. 239).

Podemos observar, entretanto, que as provas apresentadas pelo autor não podem ser analisadas como única verdade, pois não comprovam totalmente a existência de movimentação nazista. No artigo intitulado *O conceito de nacionalização: a linguagem de Aurélio da Silva Py*, Marli Merker Moreira (1994) analisa a obra do chefe de polícia, enfatizando que, em várias passagens do livro, ele afirma poder falar muito mais, e que possuiria muito mais provas sobre a conspiração nazista no Estado. Ao mesmo tempo, as provas que apresenta são tidas como irrefutáveis e seria desnecessário apresentar mais provas. Ele usa como referência os arquivos da polícia, tentando demonstrar que haveria muito mais dados e documentos que ele poderia utilizar, mas que o que foi apresentado já serviria para comprovar o perigo nazista no Estado.

Silva Py finaliza seu livro explicando que este seria um alerta, e que as pessoas deviam estar preparadas para enfrentar o nazismo que se pretendia implantar não só no Rio Grande do Sul, mas em toda a América do Sul. Para Silva Py, tendo o Rio Grande do Sul um terço de sua população descendente de imigrantes alemães, o mais fácil seria começar por esse Estado. O autor finaliza a obra da seguinte maneira:

Muito fica por dizer sobre as atividades nazistas na América do Sul, mas o que foi dito, parece-nos suficiente para servir de prevenção aqueles que não querem ver talvez por se tratar de uma verdade amarga. Estes comodistas devem ler com mais atenção os documentos que se seguem, de data bem recente. [...] A vitória nazista na Europa só foi possível pela inqualificável tolerância dos governos caídos, que não reconheceram o valor do inimigo interno, e o deixaram preparar ambiente e terreno (p. 393-394).

Outro livro publicado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, com um título de bastante impacto foi *Denúncia – O nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul* (1941), do secretário de educação do estado, José Pereira Coelho de Souza, que chamava a atenção sobre o fato de as escolas estarem, segundo o autor, propagando o nazismo. Para o autor, o consulado alemão em Porto Alegre instruía os professores nas escolas, que catequizavam as crianças para o nazismo. As mães apoiariam os filhos e trariam os pais juntos (p. 24-25). Coelho de Souza disseminava a ideia de que não adiantava somente proibir o nazismo, mas deviam ser destruídos todos os ambientes comunitários formados nas colônias, como as escolas e as sociedades.

Para o secretário de educação, as comunidades foram esquecidas pelo governo durante a instalação das colônias, e os colonos se adaptaram como puderam. Criaram escolas, sociedades e até hospitais. O autor afirma que isso foi, no início, visto como mérito dos imigrantes, que conseguiram se adaptar praticamente sem ajuda. No entanto, com o tempo, isso criou uma situação bastante difícil de ser resolvida. O secretário postula, em seu livro, sobre a situação dos imigrantes no estado:

Problema, sem dúvida gravíssimo e de difícil solução, é o que oferece a zona colonial alemã. Ocupando quasi um terço do território do Estado, no qual se incluem grandes cidades industriais, a colônia alemã oferece uma organização capaz de provocar a atenção e a preocupação governamentais (SOUZA, 1941, p.14).

Com esses relatos, especialmente os vindos dos chefes do governo do Estado do Rio Grande do Sul, podemos compreender claramente que havia uma preocupação com as comunidades de descendentes de imigrantes alemães que viviam no estado. Para os chefes de Estado, o isolamento em que viviam os imigrantes fazia crescer o medo de uma conspiração nazista do estado, sendo a população alarmada com livros escritos pelo próprio Interventor e pelos seus secretários.

Toda essa inquietação aconteceu porque se acreditava que o Rio Grande do Sul vivia um clima de tensão motivado pela ascensão do nazismo na Europa. A maneira encontrada para controlar essa possível conspiração era reprimir qualquer elemento cultural alemão no sul do Brasil. Como foi visto, a campanha foi mantida e intensificada a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Conforme Gertz (1987), não existem dúvidas de que a ascensão nazista ao poder estimulou o movimento germanista, que possuía grande tradição nas colônias alemãs. Apesar disso, não há nenhum indício de que a Alemanha nazista teria tido algum plano político-militar para o Sul do Brasil e muito menos que seria apoiado

efetivamente pelos colonos alemães.

2.7 A Campanha de Nacionalização

Havia, portanto, desde o início do século XX, um temor acerca das comunidades de origem alemã que estavam assentadas na região sul do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul. Esse germanismo justificou a ação estadual denominada de “Campanha de Nacionalização¹⁰”, que começa com o Estado Novo do presidente Getúlio Vargas e a nomeação de Cordeiro de Farias como interventor do Estado do Rio Grande do Sul, em 1938. Para Aurélio da Silva Py, a Campanha de Nacionalização representava:

A luta pela formação de um bloco coeso, impermeável à penetração estrangeira, dissolvente e desagregadora dos laços de unidade, desta unidade nacional que tantos esforços e sangue exigiu de nossos antepassados gloriosos e que temos o dever imprescindível de conservar através dos séculos (1942, p. 402).

René Gertz argumenta que, nas memórias de Cordeiro de Farias, ele se refere à Alemanha e às consequências do nazismo para o Brasil da seguinte maneira:

(...) o perfil do sul do continente seria outro se a Alemanha tivesse vencido a guerra em 1939. Hitler teria realizado seu velho sonho de dominação do mundo, formando aqui sua Alemanha Austral, na região mais rica e povoada de alemães. Essa base cultural e étnica comum favorecia o separatismo do sul do Brasil (FARIAS apud GERTZ, 1991, p. 63).

Com argumentos aparentemente inquestionáveis como este, tem início a Campanha de Nacionalização. O objetivo era aparentemente simples: evitar a disseminação de qualquer elemento cultural que não fosse o brasileiro. Cordeiro de Farias acreditava que a população de origem germânica estava contaminada com o fanatismo étnico beirando a agitação social, que transformaria parte do Rio Grande do Sul em um reduto alemão. Embasados nessa ideia, a Campanha de Nacionalização age em dois níveis: o educativo e o repressivo (Gertz, 1991).

Na revista *Cultura Política*, publicada durante o Estado Novo, diversos autores escrevem

¹⁰ O Estado Novo é um período de crescimento do nacionalismo econômico, mas o termo Campanha de Nacionalização é dirigido a nacionalização dos imigrantes. A nacionalização é o nascimento do Estado moderno brasileiro.

sobre vários assuntos relacionados ao regime.¹¹ Artur Hehl Neiva, que, como consta no artigo, era membro do Conselho de Imigração e Colonização, utiliza discursos proferidos por Getúlio Vargas para defender a necessidade da Campanha de Nacionalização, mesmo que esses discursos não representem um pensamento uniforme. O Conselho de Imigração e Colonização, responsável por fixar cotas de imigrantes admitidos no Brasil e evitar a grande concentração de imigrantes em um determinado lugar. Outra tarefa era estudar a imigração nas diferentes regiões do país (DANTAS, 1942, p. 139).

Em 1938, por ocasião do primeiro aniversário do Estado Novo, Getúlio explica as ações nacionalizadoras afirmando que: “os imigrantes têm de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação” (VARGAS apud NEIVA, 1942, p. 229).

Esse discurso já demonstra a visão que se tinha dos imigrantes e seus descendentes. Mas Vargas possuía um discurso diferente dependendo de quem o ouvia. Em dezembro, de 1938, em entrevista ao jornal *Lokal Anzeiger*, de Berlim, Getúlio Vargas aborda o tema da imigração alemã da seguinte forma:

É uma tradição do Brasil acolher com simpatia e hospitalidade todos os estrangeiros que vêm trabalhar ao nosso lado integrando-se pacificamente no quadro da nossa existência. Todas as colônias de imigração existentes no país são elementos de ordem e de colaboração valiosa, não existindo o perigo em formarem-se quistos de influência estrangeira, graças ao admirável poder de assimilação da nossa gente e da nossa índole, que, em pouco tempo, incorpora ao sentido brasileiro a todos os alienígenas. Pelo que se toda à colônia alemã, localizada no Sul, é composta de homens ordeiros, industriais, trabalhadores e que muito têm contribuído para a prosperidade da pátria adotiva. No Rio Grande do Sul, os descendentes dos colonos alemães que se radicaram há mais de um século são, hoje, em terceira ou quarta gerações, figuras de relevo na vida social, política e econômica do Estado, industriais, banqueiros e comerciantes, integrados de todo na vida nacional, vivendo e sentindo como brasileiros, que o são e do mais ativo patriotismo...” (VARGAS apud NEIVA, 1942, p. 230).

Se, por um lado, Getúlio Vargas entendia que a campanha era necessária, por outro lado, ele demonstrava que não existia problema com os imigrantes que, conforme Vargas, já estavam plenamente adaptados à cultura nacional. Conforme já visto anteriormente, Vargas sempre demonstrou simpatia em relação à Alemanha¹², antes da Segunda Guerra Mundial.

¹¹ A Revista Cultura Política circulou entre março de 1941 até outubro de 1945 e era vendida em São Paulo e no Rio de Janeiro. A revista difundia a ideologia oficial do Estado Novo e relatava todas as ações do governo e de Getúlio Vargas. Todas as publicações exaltam o Estado Novo.

¹² Alemanha e Brasil mantiveram até dois anos após o início da II Guerra Mundial, comércio regular. Entre 1934 e 1936 o Brasil assinou Acordos de Compensação, em que o Brasil exportaria produtos como café, algodão e couro em troca de produtos manufaturados da Alemanha. Conforme Izabela Maria Furtado Kestler (2003), Vargas somente corta relações com a Alemanha após a declaração de Guerra dos Estados Unidos contra a

Esse discurso demonstra que, de fato, apesar do início da Campanha de Nacionalização, Vargas continuava mantendo uma relação amistosa com esse país. Deve-se atentar para os diferentes contextos em que ocorrem estas manifestações, um discurso para o público “interno” e outro para o “externo”.

No livro *A força nacionalizadora do Estado Novo*, de Mercedes Dantas, publicado pelo DIP em 1942, a Campanha de Nacionalização é apresentada como algo absolutamente necessário para o país, pois os imigrantes não teriam assimilado a cultura porque foram esquecidos pelos governantes anteriores. Naquele momento, entretanto, fazia-se necessário que eles assimilassem a cultura nacional. A autora postula que somente com a nacionalização se teria o “verdadeiro sentido da nossa civilização” (p. 100).

A autora defendia a ação nacionalizadora através das palavras de Oliveira Martins, que afirmava: “O futuro do Brasil seria extravagante. Estalagens abertas a todos os povos europeus, afastadas pela raça e pelos costumes, incapazes de formarem, fundidos, o corpo de uma população homogênea...” (MARTINS apud DANTAS, 1942, p. 135). Utilizando-se desse argumento, em uma clara defesa da Campanha de Nacionalização, a autora cita a projeção de Oliveira Martins para argumentar que os imigrantes eram “grupos inassimiláveis” (p. 136) e que a própria história da imigração havia sido feita erroneamente e desordenada, privilegiando o isolamento das comunidades, sem promover sua assimilação à cultura nacional. O erro não deveria continuar, e deveria ser revista a situação desses imigrantes que já habitavam o Brasil há mais de um século. Além disso, era necessário e urgente analisar a situação dos imigrantes já assentados no país, criando oportunidades e situações para ensinar (ou impor) a cultura nacional.

As primeiras atitudes tomadas no sentido de nacionalizar as comunidades alemãs foram realizadas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e atingiram escolas particulares que ensinavam em alemão. Vários decretos estaduais alteraram os currículos para incluir disciplinas como língua portuguesa, educação moral e cívica, história e geografia brasileira. Além disso, as escolas foram obrigadas a adotar livros didáticos de autores brasileiros escritos em português. Essas medidas duraram somente enquanto durou a Guerra e foram esquecidas nos anos 1920 (SEYFERTH, 1999).

Alemanha, por perceber que seria vantajoso se manter ao lado dos norte americanos, enquanto a Alemanha mostrava claros sinais de enfraquecimento após anos de guerra. (p.31-41).

Bayard Mércio utiliza seu romance para explicar o porquê de os imigrantes manterem a língua alemã desde o início da imigração. Ele o faz através da personagem Dr. Schütz, que tem um diálogo com a personagem Mário: “Mas, há pouco tempo, não havia colégios que, na região, ensinassem o português. Querias que os colonos deixassem seus filhos crescerem analfabetos?” (MÉRCIO, 1940, p. 66)

Vianna Moog, por sua vez, posiciona-se na polêmica em torno da não inserção dos descendentes de imigrantes alemães disseminando a ideia de que essas populações estavam propagando ideias nazistas nas colônias. Em *Um rio imita o Reno*, a personagem Alzira, professora contratada pelo governo para lecionar em português, conversa com Geraldo, engenheiro que viera construir a hidráulica, sobre o problema que encontrou com o pastor protestante:

Êste aconselhava a aula municipal, porque lá se ensinava alemão. Movia-lhe forte oposição, porque ela se recusara conceder-lhe as horas da manhã para o ensino da religião. Em verdade, não queria ensinar religião; a religião fôra apenas pretêsto para suas propagandas anti-nacionalistas (MOOG, 1939, p. 156).

Mércio, em resposta, contradiz as afirmações de Moog, afirmando em seu romance que essa não inserção pertencia ao passado. No livro, Dr. Cardoso, explica para Mário:

Nos velhos tempos que administrei o município, a maioria não falava o português (MÉRCIO, 1940, p. 127).

Isso já passou, Mário. Eu te desafio a ires à colônia e de lá trazes um desses indivíduos marciais, como dizes (MÉRCIO, 1940, p. 66).

Podemos compreender, através destes trechos, que havia uma polêmica em torno dessas comunidades. Se, por um lado, o romance de Moog defende claramente o diagnóstico da não inserção dos imigrantes, o que justificaria a Campanha de Nacionalização, Mércio, ao contrário, afirmava ser isso assunto do passado. Para ele, na época em que haviam sido escritas as obras, este isolamento cultural das colônias germânicas não era mais observado.

Para Giralda Seyferth, o objetivo inicial da Campanha de Nacionalização era partir das gerações mais jovens, dos já nascidos no Brasil, sendo primordial extinguir as chamadas escolas estrangeiras, ou seja, aquelas nas quais ainda se ensinava em idioma que não o português brasileiro. Além da condenação do uso de qualquer idioma estrangeiro, fazia-se apologia ao escotismo e à prática do civismo nas escolas (Seyferth, 1997, p. 124). Desse modo, a Campanha de Nacionalização inicia-se pelas instituições educacionais. A

nacionalização do ensino acontece a partir de 1938, quando é determinado que somente a língua portuguesa deveria ser falada naquelas instituições.

Sabemos que, na Alemanha, desde o século XIX, a educação era responsabilidade das famílias e das escolas vinculadas às Igrejas. A igreja, tanto católica quanto luterana, pedia que os pais colocassem seus filhos em escolas vinculadas a elas, pois somente ali aprenderiam sobre a religião, fosse ela católica ou protestante (KREUTZ, 1994). Com essa ideia formada, os primeiros imigrantes chegaram ao Brasil e logo se preocuparam com o estabelecimento de escolas para seus filhos. Aconteceu, assim, nas colônias de imigrantes uma experiência inédita na educação brasileira, já que os colonos assumiram a educação, erradicando o analfabetismo em mais de mil núcleos rurais. Para que isso acontecesse, os imigrantes e seus descendentes tiveram o aval das autoridades governamentais por mais de cem anos (desde o início da imigração em 1824 até 1938, com o início da Campanha de Nacionalização). Segundo Kreutz, com essa referida campanha, “esta organização escolar e comunitária foi abruptamente interrompida, posta sob suspeição e o material escolar destruído” (KREUTZ, 1994, p. 27).

Aparentemente, entretanto, somente após os anos 1920 começou a ser levantada, no Rio Grande do Sul, a necessidade de enfrentamento do problema da não integração das colônias alemãs do sul do Brasil à cultura brasileira. A partir de 1929, o congresso estadual determinou que o ensino fosse realizado em português em todas as escolas da província. Isso incomodou bastante as escolas paroquiais já existentes nas colônias. Nesse sentido, Kreutz explica que:

O principal impacto da Nacionalização do Ensino foi orientado para uma assimilação compulsória dos imigrantes (alemães) e seus descendentes para a integração com os valores político-culturais da nação a partir de abril de 1938. Para isto houve uma série de decretos estaduais e federais disciplinando a licença de professores, o material didático a ser usado, o idioma nacional obrigatório para a instrução. A Nacionalização do Ensino significou um esforço do governo para a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos de núcleos etnicamente homogêneos, prescrevendo o uso obrigatório do português e a intensificação do ensino de história e geografia brasileira (1994, p. 45).

Ou seja, apesar da determinação de 1929, somente após a instalação do Estado Novo iniciou o controle de fato do ensino em língua portuguesa. A partir de então, seria averiguado se as escolas estariam cumprindo as novas regras. Além de o idioma ser o português, o Decreto Federal nº 406 de 1938 dirigia-se especialmente às escolas nas colônias. Conforme o decreto, todo o material utilizado deveria ser escrito em português, e professores e diretores deveriam ser brasileiros natos. Mesmo esses profissionais que falavam português, mas eram

de origem teuta, foram demitidos. Além disso, nenhuma revista ou jornal deveria circular no meio rural em outra língua que não fosse a língua portuguesa. Esse decreto, proibia também o ensino de língua estrangeira para menores de 14 anos, determinando que a bandeira nacional estivesse sempre em lugar de destaque em dias festivos (KREUTZ, 1994).

Assim, em 1938 começa a haver um controle maior sobre as escolas das colônias. Isso refletiu muito, de maneira negativa sobre a aprendizagem dos alunos, pois muitos deles falavam somente o alemão, e abruptamente foram obrigados a ter aulas em português, sem ao menos entender esse idioma.

Algumas escolas não se adaptaram ao plano de mudanças no ensino. Se não mudaram porque não queriam ou se não tinham condições para isto, por não falar o idioma, a questão é que das 2.418 escolas existentes no estado, 241 foram fechadas por não se adaptarem às novas regras. Para Souza, isso foi uma vitória, pois essa situação “quebrou, definitivamente, a oposição teuto-brasileira” (SOUZA, 1942 p. 78).

Os discursos proferidos pelos defensores da Campanha de Nacionalização são bastante enfáticos em defender que a não integração dos imigrantes sempre foi uma opção deles. Na revista *Cultura política*, em março de 1942, Pedro Calheiros Bonfim escreve um artigo no qual argumenta que há muito tempo se sabia do problema das colônias de imigração no Sul do Brasil, mas que nunca foram levadas a sério. Assim, ele afirma:

Soube-se então que existia no Sul do país uma sociedade de estrangeiros cujo objetivo era manter entre certos grupos de imigrantes e seus descendentes a convicção de que os mesmos deveriam conservar-se dentro do ambiente cultural de sua pátria de origem. Para tal fim, a referida associação se servia da Escola, da Imprensa, da Igreja, das associações Cívicas, Culturais e Esportivas e recreativas onde eram realizadas conferências públicas em que se exaltavam as datas nacionais de um país estranho. Observou-se desde aí que principalmente as escolas dos núcleos estrangeiros do Sul do Brasil se estavam convertendo em poderosos agentes de desnacionalização. A questão passava a preocupar, portanto, as instituições incumbidas da segurança da Nação (BOMFIM, 1942, p. 32).

Em 1940, é criada a Juventude Brasileira, imprimindo diretrizes nacionalistas à educação, “conferindo-lhe responsabilidades próprias sob um regime de disciplina e de ordem, de instrução moral e cívica, para-militar” (DANTAS, 1942, p. 140). O objetivo da Juventude Brasileira era bastante claro: transformar e envolver os jovens nos assuntos que diziam respeito ao país, nacionalizar a educação, ensinando civismo, história e geografia do Brasil.

Além de todas essas determinações, foram retomadas medidas utilizadas durante a Primeira Guerra Mundial e que haviam caído em desuso depois dela. Volta-se a modificar os currículos das escolas, instituindo novamente a obrigatoriedade do ensino de geografia e história do Brasil e educação moral e cívica. Uniu-se a esse currículo o ensino de educação física, que deveria ser ministrado por militares. Sobre esse período do Estado Novo, Kreutz argumenta que:

A Nacionalização do Ensino significou um esforço do governo para a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos de núcleos etnicamente homogêneos, prescrevendo o uso obrigatório do português e a intensificação do ensino de história e geografia brasileira (Kreutz, 1994, p. 45).

A proibição do idioma alemão não se referiu somente às escolas, mas atingiu todos os locais públicos, como repartições públicas e cultos religiosos. Sobre essa proibição, Müller postula que:

A médio e longo prazo deve-se anotar, também, entre as inconveniências da Nacionalização, a desestruturação da organização comunitária, cultural e social das comunidades coloniais. Entraram em declínio elementos notáveis da vida dos colonos, como o Kerb e as bonitas festas dos Cantores, dos Atiradores e dos Ginastas. Declinou também a imprensa, os jornais, os Kalender, a leitura de entretenimento. Declinou o canto coral, uma das contribuições culturais mais significativas da imigração alemã. E uma geração inteira perdeu o conhecimento da língua alemã, deixando uma lacuna cultural que, há poucos anos, está sendo recomposta, porque ainda está em pé o ditado tão conhecido: 'vale por dois quem sabe mais de uma língua' (1994, p. 74).

Em defesa da Campanha de Nacionalização, Dantas afirma que o antigo sistema escolar não deu ênfase ao ensino da importância do espírito nacional, e que nenhum outro governante além de Getúlio Vargas se preocupou em nacionalizar as escolas. Conforme a autora, somente com o Estado Novo houve a preocupação em ensinar sobre os heróis nacionais, sobre os valores morais, a formação física das crianças e jovens. O objetivo de nacionalizar as escolas era de integrar as gerações futuras dentro “do espírito de unidade, da comunhão e da segurança nacional” (DANTAS, 1942, p. 104).

A partir de 1939, a Campanha de Nacionalização alcança os meios de comunicação, censurando programas de rádio e proibindo a circulação de jornais escritos em alemão. Conforme sustenta Seyferth, naquele ano, cerca de 60 jornais estavam em circulação nas colônias alemãs e pelo menos um terço deles era escrito em língua alemã (1999, p. 221). Sobre os jornais, primeiramente, eles foram obrigados a aceitar um redator brasileiro, que era responsável por censurar artigos e publicar edições bilíngues e artigos patrióticos de autores brasileiros. Depois desse primeiro momento, eles foram proibidos de circular, ocorrendo,

então, o desaparecimento da maioria desses jornais e revistas.

Sobre a questão religiosa, é importante salientar que, desde o início da colonização, a Igreja Luterana enfrentou problemas. Além da questão do idioma, o catolicismo era a religião oficial do Império, e não havia pastores para realizar os cultos protestantes. Durante a Campanha de Nacionalização, os pastores luteranos foram vistos com bastante desconfiança. Martin Dreher apresenta vários casos de pastores que foram perseguidos. Há relatos de casos de pastores que foram presos por se atrapalharem com a língua portuguesa durante os cultos, terminando-os em alemão. Em outro relato, um pastor teve a casa revistada, tendo sido preso e acusado de nazismo por ter sido encontrado seu documento de casamento escrito em alemão (DREHER, 1994, p. 96-98).

Apesar da proibição do uso do alemão em todo o âmbito social das colônias, a princípio a Campanha de Nacionalização não se preocupou com o uso da língua alemã dentro do espaço doméstico. Isso muda a partir de 1942, com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial quando, além da proibição do uso do idioma em qualquer ambiente, os descendentes de imigrantes precisavam de autorização para viajar dentro do país (SEYFERTH, 1999).

O idioma alemão passou, então, a ser proibido dentro das casas, implicando assim em uma drástica mudança na vida pessoal dos colonos. Para se controlar o que era feito na vida privada das pessoas, o interventor do Estado nomeou intendentess municipais, que eram pessoas que deviam observar e controlar o cumprimento da Campanha de Nacionalização nos municípios. Esses intendentess organizavam, com frequência, horas cívicas, e toda a população era convidada a participar, para demonstrar seu amor à Pátria.

Além disso, Kipper relata que havia investigações policiais nas residências, à procura de armas ou livros, realizadas sem ordem judicial. Armas eram recolhidas, inclusive as de coleção, as ornamentais e também as de mais de um século que pertenciam às famílias. Durante a Segunda Guerra, intensificou-se a procura por aparelhos como rádios, para evitar a obtenção de notícias vindas da Alemanha. Esses aparelhos e materiais eram confiscados e dificilmente reavidos (1979, p. 41).

Guido Lang (1994), por sua vez, afirma que os intendentess chegavam a se esconder embaixo das casas para tentar surpreender algum colono falando em língua alemã. Nesse período, qualquer pessoa com sobrenome luso era respeitado como policial. O que fica

evidente é que havia uma perseguição contra qualquer pessoa que fosse descendente de imigrantes. Para comprovar o perigo que essas comunidades representavam, surgiam histórias como as contadas pelo Secretário de Educação, que enfatizava que as mensalidades pagas para as sociedades de canto dos teuto-brasileiros seriam utilizadas para financiar a campanha nazista no estado do Rio Grande do Sul (SOUZA, 1942 p. 24). Ou, ainda, que o livro *Mein Kampf*¹³, estaria sendo utilizado em cultos luteranos ao invés da Bíblia (p. 25). Apesar das acusações, nenhum desses fatos, que aparentemente justificavam toda a ação nacionalizadora, foi comprovado.

Além dessas denúncias, Kreutz (1994) relata casos absurdos acontecidos nas colônias, em que crianças e padres foram acusados de conspiração nazista, por estarem falando a língua alemã. Esses relatos são do secretário estadual de educação. Entre as denúncias do secretário, estavam: um caderno escrito em alemão de uma professora de escola e um padre rezando com uma família em alemão; as crianças eram paradas nas beiras de estrada para verificar no material escolar (livros e cadernos) se havia alguma coisa escrita em alemão. Conforme o secretário de educação, esses fatos “comprovavam” que o Nazismo se introduziu nas populações teuto brasileira (p.51-52).

Com esse clima de tensão dentro das colônias, e medo de perseguição por parte dos colonos, muitos resolvem extinguir de vez o idioma alemão de suas vidas. Assim, começam a eliminar dizeres de túmulos, fachadas de prédios, quadros, datas importantes escritos em alemão. Nas igrejas, os hinários foram recolhidos e os escritos das paredes também. No início dos anos 40, jornais em língua alemã são proibidos de circular. Com as invasões domiciliares realizadas pela polícia, antigos livros e até panos bordados foram jogados fora pela pressão sobre os colonos de origem alemã (KIPPER, 1979).

Como a imposição de uma nova língua, no caso o português, foi feita muito rapidamente, e sem a opção de usar a língua alemã para se comunicarem, a vida social nas colônias foi enfraquecendo. As festas, as quermesses, os bailes e cultos foram ocorrendo com menor frequência, já que, se as pessoas não falavam o português e não podiam falar o alemão, acabavam não saindo de suas casas.

13 *Mein Kampf (Minha Luta)* é um livro em dois volumes escrito por Adolf Hitler, em que constam ideias antissemitas, racistas e em defesa do Nazismo. Escrito em 1925, enquanto Hitler estava na prisão por uma tentativa de golpe na Baviera, em 1923. No primeiro volume consta sua autobiografia, e no volume dois, a doutrina nacional-socialista. O livro é até hoje utilizado por neonazistas e considerado por muitos como a Bíblia do Nazismo (KERSHAW, 2009).

Para Kreutz (1994), a Campanha de Nacionalização não somente fechou escolas, como as que sobraram foram obrigadas a se adaptar a um nacionalismo exagerado. Essa campanha perseguia os colonos e gerou uma destruição da memória histórica dos imigrantes. Ao mesmo tempo em que os intendentes destruíram livros e documentos, os próprios colonos também eliminavam qualquer material escrito em alemão, para se defenderem e evitarem perseguições.

Entre as consequências da Campanha de Nacionalização, podemos observar que muitas escolas paroquiais foram fechadas por não terem condições de ensinar em língua portuguesa, muitas pessoas perderam seus empregos (professores e diretores de escola), muitos foram presos ou tiveram pertences apreendidos sem nunca os terem de volta. A vida social praticamente inexistia, pois as pessoas não sabiam se comunicar na língua que lhes era permitida.

De acordo com a avaliação de Mercedes Dantas, defensora do regime varguista, após cinco anos do início do Estado Novo haviam sido extinguidos grêmios e sociedades estrangeiras, onde, conforme a autora, desenvolviam-se atividades políticas e propagandas doutrinárias. Para a autora, a disciplina social estava de volta ao Brasil (1942, p. 111).

As determinações da Campanha de Nacionalização não atingiram somente os imigrantes alemães, mas também os descendentes de italianos que viviam nas colônias da região sul do Brasil, como afirma Cláudia Mara Sganzerla (2001). A situação da proibição da língua italiana parece muito semelhante à aplicada aos imigrantes teuto: de uma hora para a outra, todos foram proibidos de falar o italiano, escolas tiveram que ser nacionalizadas. Outra autora, Loraine Slomp Giron, postula que os descendentes de imigrantes italianos eram acusados de fascistas, assim como os descendentes teutos eram considerados nazistas. Para Giron (1994): “A repressão do governo não se dá contra os fascistas, mas contra os estrangeiros. Numa espécie de socialização das culpas, todos os italianos, chegados à Região após a primeira Guerra, passa, a ser suspeitos. Ser italiano tornou-se um crime” (p. 115-116).

Realizada essa retrospectiva histórica do debate em torno do “perigo alemão” no Brasil do Estado Novo, nos próximos capítulos estudaremos com maiores detalhes o uso da literatura de ficção por Vianna Moog e Bayard Mércio, como instrumento para a difusão de suas ideias sobre a assimilação cultural das comunidades de origem germânica.

3. CAPÍTULO II: *UM RIO IMITA O RENO: A DENÚNCIA DO ALEMANISMO*

3.1 Vianna Moog: dados biográficos

Clodomir Vianna Moog, ou simplesmente Vianna Moog, nasceu na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, primeira colônia de imigrantes alemães no Brasil, em 28 de outubro de 1906. Era filho de Marcos Moog, funcionário público federal e descendente de imigrantes alemães, e da professora brasileira de origem açoriana Maria da Glória Fialho Vianna. O casamento não agradou à família de seu pai, pois eles ofereciam resistência a casamentos com pessoas que não fossem de ascendência alemã. Além disso, a família Moog era de religião luterana e os Vianna, de religião católica. Eles acordaram em se casar no catolicismo e educar os filhos nessa religião. A informação sobre o desgosto da família ficou registrada em depoimento do autor para o Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, em 1976 – que posteriormente se transformou na revista *Autores Gaúchos*, publicada pelo Instituto Estadual do Livro em 1989.

Em 1914, com apenas oito anos, Vianna Moog perdeu a mãe, que faleceu em decorrência do parto do sexto filho. Talvez por essa perda prematura da mãe, Vianna Moog sempre se sentiu mais Vianna do que Moog, como ele mesmo chegou a afirmar, sempre defendendo e dando ênfase à criação recebida de sua mãe. Conforme relata na *Revista do Instituto Estadual do Livro*, de 1989, após a perda de sua mãe, ele passou muito tempo na companhia da família paterna.

Entretanto, o estilo de vida de toda colônia alemã contrastava com a minha formação doméstica. De maneira que aquilo me chocou. Eles me perguntavam coisas em alemão e eu respondia em português. Era uma fidelidade à figura da minha mãe e à educação que havia recebido. Nossos natais não incluíam a árvore, uma inovação alemã; colocávamos os sapatos nas janelas para o dia seguinte. Ficou muito marcada essa minha resistência a tudo que era germânico (INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO, 1989, p. 6).

O autor também afirma que a família Moog era de germanófilos, sendo ele considerado um “rebelde nacionalista”, aos olhos da sua família. Conforme relato na revista *Manchete*, Moog afirma que, por um lado, na família paterna ele não podia se integrar, e, por outro, na família da mãe ele era visto como um alemão (NEJAR apud ARENDT, 2001, p. 5).

Após a morte de sua mãe, Vianna Moog foi enviado a Canoas, onde ficou dois anos em um colégio interno, tendo retornado para casa de seu pai, em São Leopoldo, em 1916. Seu pai já havia se casado novamente, mas como ele não se entendeu muito bem com a madrasta, o jovem foi enviado novamente para o colégio interno, desta vez o Colégio São Jacó, localizado em Hamburgo Velho, hoje um bairro da cidade de Novo Hamburgo.

Com onze anos de idade, Vianna Moog foi para Porto Alegre estudar no colégio Júlio de Castilhos. Conforme Luís Augusto Fischer, (2011) foi neste colégio que Moog começou a praticar o futebol. O autor foi um dos estudantes que iniciaram a fama do Sport Club Internacional, entre os anos de 1918 e 1925. Nesses anos o Internacional já se opunha ao Grêmio, “(...) seu rival, clube este marcado por acolher preferencialmente as elites econômicas e sociais de origem alemã” (FISCHER, 2011, p. 7). É importante salientar que Vianna Moog opta por não jogar no time que abrange as elites de origem alemã, da qual ele fazia parte, demonstrando mais uma vez sua preferência pela família materna de origem açoriana.

Em 1924, Moog viajou até o Rio de Janeiro, a fim de prestar os exames para a escola Militar de Realengo, mas viu sua tentativa de entrar na carreira militar frustrada, pois naquele ano não foram realizados os exames. De volta ao Rio Grande do Sul, em 1925, matriculou-se na Faculdade de Direito, que no futuro faria parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que trabalhava no comércio. Conforme Fischer (2011, p. 8), nessa época a Faculdade era vista por ele como a única maneira de praticar a vida intelectual e ter contato com as ciências humanas.

Em 1926, foi aprovado em segundo lugar no concurso para fiscal do Imposto de Consumo, função burocrática bastante importante e das mais antigas do serviço público federal. Em janeiro de 1930, formou-se na Faculdade de Direito, sendo eleito o orador da turma. Nesse mesmo ano, casou-se com Frigga Câmara, sua amiga de infância.

O início dos anos 30 demonstrava inaugurar bons tempos para Vianna Moog. Recém-formado em Direito, recém-casado e com um bom emprego público, tinha tudo para manter-se nessa vida estável, mas não foi esta a sua opção. Conforme Fischer (2011), relacionando suas atividades com os acontecimentos dos anos 1930, ele explica:

Certamente foi no contato com essa gente, com as leituras e debates do momento que ele forjou suas convicções ideológicas, que o levariam a acompanhar a subida

das tropas que saíram de seu estado natal, sob a liderança do então governador gaúcho, Getúlio Vargas, em direção ao Rio de Janeiro, naquele movimento que definiria o futuro do país, nada menos que isso (2011, p. 9).

De fato, Vianna Moog participou da Revolução de 30, apoiando Getúlio Vargas, que se tornou presidente da República. Com o tempo, Vianna Moog passou a discordar dos rumos políticos do Brasil e desligou-se de Vargas, ao mesmo tempo em que passou a escrever alguns artigos pedindo a volta das eleições, defendendo a democracia e, por consequência, atacando o presidente (FISCHER, 2011, p.10-11).

Com essa nova convicção política, participou em 1932 da Revolução Constitucionalista, que tentou depor Vargas e estabelecer novamente as eleições. Em correspondência enviada em 1967, o autor explicou sua participação nesta Revolução (MJVM¹⁴ – Carta de Vianna Moog a Mário Sovereiga, em 02 de março de 1967). O autor afirmou que suas atividades revolucionárias naquele momento conduziram-no a participar do levante que aconteceu na cidade de Vacaria, e que logo foi debelado pelo governo federal. Vianna Moog afirma que o levante por pouco não levou a uma guerra civil, e que não foi demitido de seu emprego federal porque foi negociada anistia aos revolucionários que se renderam naquela situação.

De 1932 a 1934 estive no Amazonas, primeiro em Manaus e depois no interior, Manacapuru. Sendo agente fiscal de imposto de consumo federal, fui para lá transferido pelo governo ditatorial de então, em virtude de minhas atividades revolucionárias no Sul (levante de Vacaria, logo dominado em favor da revolução constitucionalista de São Paulo, que não foi uma pequena revolução, (...) mas uma revolução que por pouco não degenerou numa grande guerra civil). Por que o governo não me demitiu? Devido à circunstância de constar na ata da rendição da Vacaria a cláusula da anistia aos revolucionários (MJVM – Carta de Vianna Moog a Mário Sovereiga, em 02 de março de 1967).

Sendo assim, Vargas não podia demitir Moog, mas o prendeu e o exilou em Manaus, no Amazonas, destino bastante raro para um intelectual brasileiro, especialmente vindo do Sul. Lá, ele ficou de outubro de 1932 até julho de 1934, sendo o último fiscal exilado pela Revolução de 32 a voltar a seu Estado. Apesar das imensas dificuldades impostas pelo exílio, Vianna Moog tira lições valiosas do seu afastamento dos grandes centros do país. Evaristo Moraes Filho, no livro *O cordial Vianna Moog e sua obra polêmica* (1989) relata o que Moog

¹⁴ As correspondências do autor serão referidas como MJVM – Memorial Jesuíta Vianna Moog. O acervo de Vianna Moog encontra-se na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no arquivo histórico Memorial Jesuíta. Nesse arquivo é possível encontrar correspondências pessoais do autor, enviadas (ele escrevia as cartas com papel carbono, e guardou cópias de muitas delas) e recebidas. Além disso, é possível encontrar fotografias, manuscritos de alguns livros, reportagens e a biblioteca pessoal do autor. O acervo foi doado pela filha Ana Maria, mas não está completamente organizado, aguardando processamento pela instituição.

afirmara certa vez à revista *Manchete*:

Devo aos acontecimentos revolucionários de 1932 a excelente oportunidade de conhecer a Amazônia, que até então, não havia entrado no domínio das minhas cogitações. A cumprir pena de exilado político, lá estive de outubro do mesmo ano a julho de 1934. Durante esse tempo fui obrigado a percorrê-la em vários sentidos em épocas diferentes, circunstância esta que me permitiu observá-la de um modo e de outro modo na multiplicidade de seus aspectos (1989, p.6).

Com certeza, não foi por coincidência que, durante esse exílio, Vianna Moog começou sua carreira intelectual, escrevendo *Heróis da Decadência* e *O ciclo do ouro negro*. Este último, conforme afirma Fischer (2011) “é um ainda hoje interessante ensaio sobre o mundo amazônico, um depoimento envolvendo viagens pelos rios internos da fabulosa região” (p. 12). Ambos os livros são publicados somente após sua saída do exílio: *Heróis da Decadência* foi publicado em 1939, enquanto *O ciclo do ouro negro* foi lançado anos antes, em 1936.

Estando afastado da vida intelectual das regiões centrais do Brasil, Moog utiliza seu tempo para criar e escrever suas próprias teorias. Em 1936, é convidado a ser o primeiro diretor do jornal *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, permanecendo no cargo por apenas alguns meses, mas escrevendo artigos de extrema importância, alguns deles sendo republicados em diversos jornais do Brasil (INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO, 1989, p. 11) No ano de 1938, lançou pela Editora Globo o livro *Eça de Queirós e o século XIX*, considerado por muitos como a melhor biografia do escritor português.

Em 1939, o autor publicou seu primeiro romance, que é até hoje seu livro mais conhecido e mais polêmico: *Um rio imita o Reno*. É através desta obra que o autor alcança visibilidade nacional e internacional. No Memorial Jesuíta, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), onde se encontra o acervo do autor doado pela família, há uma correspondência enviada a um amigo no Recife, Mário Torres de Mello, que comprova que, mesmo antes do lançamento, Vianna Moog tinha consciência de que tinha escrito algo de muito valor:

Estou atrasado, atrasadíssimo com o meu novo livro. Pasma: um romance com este título: “Um rio imita o Reno”. Num mês, de um jato, terminei-o. Agora, estou passando a limpo. No fim do próximo mês sairá “à luz da publicidade”: Cá entre nós: é de arromba (MJVM – Carta a Mário Torres de Melo, 13 de junho de 1939).

Três anos após o lançamento de *Um rio imita o Reno*, Vianna Moog realizou no Itamaraty a conferência *Uma interpretação da literatura brasileira*, que é publicada no Brasil e posteriormente traduzida para o inglês, alemão e espanhol. Essa conferência é também um

momento de grande relevância na carreira literária de Moog. Conforme consta na *Revista do Instituto Estadual do Livro*, a conferência propiciou “(...) uma nova teoria para a compreensão do fenômeno literário em nosso país, com a fixação de ilhas culturais por força de fatores de ordem histórica e geográfica” (1989, p.8). Nesse mesmo ano, mudou-se para Nova Iorque, a convite da Fundação Guggenheim. Fischer (2011) argumenta que esse convite já demonstra a importância que era conferida ao autor tanto no Brasil quanto fora dele. Conforme explica Fischer:

É de notar que estávamos em plena Segunda Guerra Mundial, e os Estados Unidos despendiam esforços não pequenos na divulgação de seu modo de vida, de seu ponto de vista e de suas posições militares, junto a artistas e intelectuais. Qualquer lista dessas iniciativas vai mostrar que não foi apenas Carmem Miranda e Ari Barroso que ganharam destaque; além de Moog, Érico Veríssimo é um dos que vai viver nos Estados Unidos, por duas temporadas, por esses anos e depois (2011, p. 28-29).

Havendo publicado uma obra tão impactante, e com a repercussão nacional e internacional que conseguiu por meio dela, Moog merecia um lugar de destaque entre os grandes intelectuais brasileiros. E isso de fato aconteceu no ano de 1945, quando ele se candidatou à vaga deixada pelo escritor gaúcho Alcides Maya na Academia Brasileira de Letras. Em 20 de setembro de 1945, ele é eleito para a cadeira número 4 da ABL¹⁵. Podemos compreender a dimensão desse feito observando que Moog foi somente o segundo autor gaúcho a conseguir um lugar entre os imortais da Academia (FISCHER, 2011, p.14).

Entre os anos de 1946 e 1950, retornou a Nova Iorque, ocupando o cargo de Delegado do Tesouro Brasileiro. Nesse período, começou escrever a biografia de Abraham Lincoln, que somente seria publicada em 1968. Ainda em 1950, ele foi nomeado representante do Brasil junto à Comissão de Assuntos Sociais das Nações Unidas, participando de reuniões em Nova Iorque e Genebra. O resultado das reuniões dessa Comissão é lançado em 1965, com o título de *A ONU e os grandes problemas sociais do nosso tempo*, que aborda a relação entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria. Dois anos depois, o autor foi indicado para representar o Brasil na Comissão de Ação Cultural da Organização dos Estados Americanos, comissão da qual foi presidente por mais de dez anos, em substituição ao antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, amigo de Vianna Moog (MJVM, carta enviada ao Chefe do Departamento Político e Cultural, sem indicação de remetente e sem data)¹⁶. Nessa ocasião,

¹⁵ A cadeira de número 4 da Academia tem como patrono Basílio da Gama. Antes de Alcides Maya, foi ocupada por Aluísio Azevedo.

¹⁶ Trata-se da cópia de uma carta enviada pelo Departamento Político e Cultural para destinatário indeterminado, comunicando a indicação de algumas pessoas, entre elas Vianna Moog. Apesar de estar depositada em seu acervo, esta carta não foi enviada para ele.

muda-se com a família para o México (FISCHER, 2011, p. 29).

O ano de 1954 foi marcado pelo lançamento de *Bandeirantes e pioneiros*, que confronta a formação do Brasil com a dos Estados Unidos, sendo traduzido para o inglês e o espanhol. Em 1959, publicou *Uma jangada para Ulisses* e, três anos depois, o romance *Tóia*, que se passa no México, aproveitando-se de suas experiências no país. *Tóia* é o último romance do autor. Em 1961, é nomeado novamente para a Comissão Social das Nações Unidas, sendo eleito para presidente da 13ª sessão. Em 1963, a obra *Bandeirantes e Pioneiros* foi publicada na França. Nesse ano, Moog foi eleito para integrar o Conselho Superior do Instituto Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Social, sediado em Genebra (INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO, 1989, p. 13).

O ano de 1968 foi marcado pelo lançamento da última obra do autor, *Em busca de Lincoln*, biografia do presidente norte americano que Moog havia começado quando morou nos Estados Unidos. No ano de 1969, renunciou a seu mandato na Comissão de Ação Cultural da Organização dos Estados Americanos, aposentando-se em seguida do cargo de fiscal do imposto de consumo (MJVM, do folheto sobre Vianna Moog na Academia Brasileira de Letras¹⁷).

Uma marca importante na produção de Moog foi o de escrever seus romances com inspiração nas experiências que vivia: escreveu livros inspirados no exílio no Amazonas (o *Ciclo do Ouro Negro* e *Heróis da decadência*); *Um rio imita o Reno* foi escrito utilizando sua vivência no exílio e sua vida na região de colonização alemã; *Tóia* se passa no México; *Bandeirantes e Pioneiros* e *Lincoln* são escritos durante o período em que morou nos Estados Unidos.

No ano de 1985, Vianna Moog foi agraciado com a Comenda da “Ordem do Ponche Verde”, recebida das mãos do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Jair Soares. A homenagem integra as comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

No dia 15 de janeiro de 1988, morre na cidade do Rio de Janeiro, vítima de uma parada cardíaca. Vianna Moog deixa inacabada a biografia de Lindolfo Collor, um de seus grandes amigos. Nesta ocasião, Evaristo de Moraes Filho publica o livro *O cordial Vianna Moog e sua obra polêmica* (1988), em que ele avalia Vianna Moog da seguinte maneira: “Os

¹⁷ O referido documento é o folheto oficial do autor na Academia Brasileiro de Letras. Além da fotografia oficial, constam os dados biográficos e as obras publicadas por Vianna Moog.

escritos de Moog se incorporaram, de vez, a história cultural brasileira; o seu lugar é mais do que vitalício porque persiste além da morte. É só com trabalho, dizia Goethe, que se conquista a imortalidade” (1988, p. 4).

3.2 A repercussão de *Um rio imita o Reno*

Conforme já tratado anteriormente, o ano de 1939 marcou o lançamento da obra mais conhecida e polêmica de Vianna Moog: *Um rio imita o Reno*. O romance narra a história de um amor proibido entre um engenheiro amazonense e uma descendente de imigrantes alemães. Poderia ser uma história simples se não fosse o fato de a obra ter sido escrita pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, quando o Nazismo estava em plena ascensão na Europa.

Vianna Moog explicou, em carta de 16 de maio de 1937, que pretendia escrever um romance utilizando sua experiência do exílio no Amazonas: “Ando agora, além da biografia de Eça, planejando um romance. Resultado da convivência com Érico Veríssimo, que me convenceu que era um crime eu deixar de aproveitar o material humano e a experiência de minhas viagens pelo Amazonas” (MJVM, carta a Mário Torres de Melo, 16 de maio de 1937).

Assim, em 1937, Vianna Moog já estava convencido de que seria importante não desperdiçar sua experiência no norte do Brasil, durante seu exílio. Nas cartas enviadas ao amigo Mário Torres, Moog explica que já tem em mente como escreverá seu romance: a narrativa seria criada em torno do filho de um general amazonense que já fora próspero durante o apogeu da borracha, mas que acabou empobrecendo por não saber a hora de vender o material, sempre esperando que o preço aumentasse. Este seria o enredo do romance que Vianna Moog tinha a pretensão de chamar de “Manacapuru”. Todos os personagens e a narrativa seriam ambientados no Amazonas, ou seja, ele utilizaria sua vivência escrevendo um romance sobre a região norte do Brasil. Ainda nesta correspondência, o autor afirma estar com dificuldades em escrever o romance, pois, conforme afirmou ao amigo “não tinha jeito para a ficção” (MJVM, carta a Mário Torres de Melo, em 5 de janeiro de 1938).

Não foi encontrada explicação para tal, mas a pretensão de escrever o romance “Manacapuru” foi deixada de lado e, ao invés de ter o Amazonas como enredo principal do

livro, ele acaba se tornando secundário no seu romance lançado em 1939. Vianna Moog não deixa de usar sua experiência amazônica para escrever um romance, mas ele abandona a ênfase que seria conferida ao lugar e mistura sua vida no Norte do Brasil com seu conhecimento da região colonial alemã no Rio Grande do Sul. Em nova carta a Torres Melo, em 13 de junho de 1939, Moog comenta sua nova obra:

Imagina que o meu velho plano de romance amazonico entreverou-se com um projeto de contos sobre a região colonial alemã num plano único. Um filho de coronel de barranco, Geraldo Torres, com índia, descendente de *nhengaiabas*, vem construir em Blumental, cidade imaginária, síntese das cidades coloniais alemãs do sul, a hidráulica. Apaixona-se por uma gran-fina arianíssima, etc. A família se opõe, etc. etc (MJVM, carta a Mário Torres de Melo, 13 de junho de 1939).

Então, o romance que nasceu inspirado nos pedidos de Érico Veríssimo para não se perderem as experiências do autor no Amazonas acaba se tornando a história de um amor proibido pelas diferenças raciais entre os protagonistas. Moog, desde que terminou de escrever a obra, e antes de publicá-la, já sabia que tinha um material precioso nas mãos: “Creio que é a melhor coisa que já escrevi em minha vida. O ‘Eça’ é pinto perto de ‘Um rio imita o Reno’” (MJVM, carta a Mário Torres de Melo, 13 de junho de 1939).

O enredo é aparentemente simples. O personagem principal é Geraldo Torres, amazonense, filho de pai cearense que fugiu da seca e se transformou em um seringalista. A mãe era uma índia amazonense, da tribo dos *nhengabaibas*. Formado em engenharia, no Rio de Janeiro, Geraldo é enviado a Blumental, cidade fictícia no interior do Rio Grande do Sul, ligada a Porto Alegre pela estrada de ferro. Geraldo recebe a incumbência de construir uma hidráulica a fim de tornar a água potável e acabar com a epidemia de tifo que assolava a cidade.

A história não teria grandes motivos para chamar a atenção, não fosse o fato de Geraldo se apaixonar por Lore, filha de uma família de descendentes de imigrantes alemães, a qual era contrária ao namoro dos dois jovens pela diferença racial entre eles. Ou seja, defende-se a ideia de que havia no sul do Brasil lugares onde ainda havia discriminação racial e pessoas que priorizavam a cultura alemã ao invés da cultura nacional. A obra chama bastante a atenção pelo momento em que ela foi escrita: quando a II Guerra Mundial é iminente, e Hitler já havia recuperado a economia alemã após a derrota na I Guerra Mundial (1914-1918). Sobre o momento em que a obra foi lançada, Vianna Moog afirmou, no prefácio à 8ª edição, lançada em 1966.

No caso particular deste volume, a primeira circunstância que me ocorre mencionar é a oportunidade do aparecimento. Nisto *Um Rio Imita o Reno* foi perfeito. Apareceu na hora certa, nem antes, nem depois. Nunca os astros se acertaram tanto e tão bem com os deuses no arranjo da melhor oportunidade para o lançamento de um livro. Efetivamente, em fins de 1938 e começos de 1939 os tempos estavam mais do que maduros para o assunto do meu primeiro romance: a história de um amor contrariado por preconceitos de raça: E não só estavam maduros para esse tipo de enredo, como também para a denúncia dos perigos que nos rondavam em consequência dos sentimentos e ressentimentos que a quinta coluna, então muito ativa no Brasil, fomentava em nosso meio (1966, s.p.).

Moog tinha plena consciência de que seu livro havia sido publicado no momento certo. Conforme o próprio autor, um livro que tratava da questão do preconceito racial, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, acabou gerando bastante curiosidade do público. O escritor salienta que, se o livro tivesse sido lançado antes do tempo, não geraria curiosidade, pois a questão racial não estaria em pauta. Se o livro fosse lançado depois, já durante a Guerra, perderia sua “força premunitória [sic]”; o autor não teria feito denúncia nenhuma, e a obra se tornaria menos importante (MOOG, 1966, s.p.).

Em agosto de 1939 foi lançada, pela Livraria do Globo, a primeira edição de *Um rio imita o Reno*, com uma tiragem inicial de cinco mil exemplares, número bastante expressivo para a época. A história do romance proibido pelo preconceito da raça chama muita atenção, sendo que o romance esgota sua primeira edição em apenas três semanas. Em seguida, a editora autorizou a impressão de mais cinco mil livros, para conseguir atender aos pedidos que vinham do Brasil inteiro (MJVM, carta a Mário Torres de Melo, 18 de novembro de 1939).

A primeira notícia que Viana Moog tem da repercussão do livro é a compra de “grande número de exemplares, para distribuição às bibliotecas escolares do Estado” pelo Secretário Estadual de Educação, Coelho de Sousa (MOOG, 1966). Conforme afirma Fischer (2011), o objetivo dessa distribuição era auxiliar na Campanha da Nacionalização do Ensino. O próprio Coelho Sousa afirma, conforme Moog, que “*Um rio imita o Reno* é o maior livro brasileiro, ao denunciar a existência dos ‘dramas de raça’ no Brasil” (1966, s.p.). Além do Rio Grande do Sul, o estado de Santa Catarina, que também possui uma região significativa de colonização alemã, comprou livros para distribuição nas escolas.

Pouco tempo após o lançamento do livro, mais precisamente dois meses após a primeira edição ser publicada, e mais de um mês após essa mesma edição ter sido esgotada, o autor recebe uma carta assinada por J. C. Barriga Filho, que informa o autor sobre uma das

grandes polêmicas do livro:

Corre aqui nos círculos de imprensa e intelectuais, que a Embaixada alemã não gostou que um rio NÃO ARIANO imitasse o RENO. Por isso, teria feito uma reclamação ao Itamaraty. Tanto bastou para que os letrados e gente de todas as camadas corressesem as livrarias procurando o RIO QUE IMITA O RENO. Foi uma propaganda sem igual. Sei disto porque mal ensaiava uma recomendação para o seu livro, o freguez acusava: “Ja tenho” (MJVM, carta de J.C Barriga Filho, 27 de outubro de 1939).

É importante salientar que nesse momento a embaixada alemã já era orientada pelo Nazismo, tendo solicitado a apreensão do livro por não concordar com a denúncia feita pelo autor. A polêmica criada pela embaixada alemã envaidece o autor, que afirma, com humor, no prefácio à 8ª edição de *Um rio imita o Reno*: “É verdade, quando me contaram que um simples contador de histórias das margens do Rio dos Sinos estava constituindo uma ameaça para o III Reich e pondo a Alemanha em perigo, não sei como não sucumbi de importância” (MOOG, 1966, s.p.). Sobre este episódio, Evaristo de Moraes Filho observa:

No ano seguinte, em 1939, Moog estréia na ficção, com *Um rio imita o Reno*, um livro nacionalista, de denúncia contra o alemanismo no Sul, como diria Silvio Romero. Os nazistas e os pró-nazistas não gostaram do livro. O Embaixador do Reich ensaiou um protesto junto ao governo brasileiro, no sentido de ser sustada a circulação do livro. Disse Moog, na ocasião: ‘Esta foi uma das minhas maiores vitórias na vida: a de ter colocado Hitler em perigo.’ Frase típica do seu permanente bom humor, da sua constante ironia e da sua verve inesgotável (1988, p. 17).

Essa atitude da Embaixada alemã não surtiu efeito: o livro não foi apreendido e, ao contrário, tornou-se mais conhecido, pois as pessoas ficaram curiosas com a polêmica e o livro começou a vender muito. Ao amigo Mário, em carta datada em 18 de novembro de 1939, ou seja, poucos meses após o lançamento do livro, Moog explica:

“Um rio imita o Reno” vai constituindo um sucesso fulminante. Em menos de um mês, esgotou-se a 1ª edição de 5.000 exemplares. Os 5.000 exemplares da 2ª já estão encomendados. Assim é que até o fim do ano teremos a 3ª edição e já agora não tenho dúvidas de que outras edições virão. O protesto da embaixada alemã no Rio de Janeiro contra o livro foi a melhor das propagandas (MJVM – carta a Mário Torres de Melo, 18 de novembro de 1939).

No início de 1940, Moog é agraciado com o Prêmio Graça Aranha, da Academia Brasileira de Letras, como o melhor romance publicado em 1939. Conforme foi ressaltado em correspondência da época, o autor teve unanimidade de votos para receber o prêmio, demonstrando o impacto do livro também entre a crítica e a intelectualidade, e não somente entre o público leitor. Na época, o autor recebeu a quantia de dois contos de réis juntamente com o prêmio (MJVM, carta do presidente da Fundação Graça Aranha a Vianna Moog, 12 de

janeiro de 1940). É sempre importante salientar que esse é o primeiro romance do autor, e, como afirmou o próprio Coelho de Sousa, secretário de educação do Rio Grande do Sul, o autor devia ser ainda mais valorizado por tratar-se de “um funcionário público escrevendo em domingo” (1966, s.p.).

Mas, além de toda a repercussão nacional, o livro acabou ainda tornando-se conhecido internacionalmente. No exterior, ele foi publicado em 1943 em Buenos Aires, pela editora Peuzer, e a versão em língua inglesa, publicada em Nova Iorque, foi editada em 1965. Em 1948, Moog recebeu uma solicitação de autorização para traduzir o livro para o alemão, o que acabou não ocorrendo. Conforme o autor, o livro também foi traduzido para o francês (MJVM, carta a Suzanne Eisenberg, 23 de outubro de 1948).

A autorização para a tradução de seu livro para o inglês já havia sido dada por Vianna Moog no ano de 1942, conforme ele mesmo informou em correspondência datada de 23 de junho de 1942 para uma norte-americana que desejava traduzir seu livro.¹⁸

Dou-lhe esta autorização com tanto mais agrado e satisfação quanto é certo que um dos meus mais ardentes desejos é vê-lo um dia editado nos Estados Unidos e aproveitado o seu argumento para a série de filmes que Hollywood vem produzindo contra o racismo (MJVM, carta a Sílvia Merrel, 23 de junho de 1942).

Sabendo disso, parece estranho o declarado espanto do autor ao saber que havia um projeto para levar seu livro para o cinema, quando ele chega pela primeira vez aos Estados Unidos, em 1943. É interessante salientar que o livro foi publicado quando a Segunda Guerra Mundial não havia iniciado, apesar de ela ser naquele momento uma hipótese bastante provável. Quando a Guerra inicia, a trajetória do romance ganha novo impulso, e há uma curiosidade muito grande em torno dele. De fato, pode-se perceber que a grande repercussão do livro ocorre nos anos em que a Segunda Guerra está em andamento. Como sabemos, ele suscitou tanta polêmica que resultou em um fato raro na literatura, um romance-réplica, comprovando a repercussão que o livro teve na época do seu lançamento, com a publicação, em 1940, de *Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog*, escrita pelo advogado gaúcho Bayard de Toledo Mércio.

Moog fica sabendo da existência do livro, mas não dá importância a ele. Somente em 1966 ele irá manifestar-se pela primeira e única vez sobre o livro, ignorando-o

¹⁸ Não foi encontrada explicação para esse fato mas, mesmo tendo dado autorização para a tradução do livro em 1942, ele somente foi publicado nos Estados Unidos em 1965.

completamente. Este livro, que mostra uma visão completamente oposta à de Vianna Moog, será discutido com maior atenção no próximo capítulo.

No ano de 1943, foi feita uma novela de rádio em Porto Alegre a partir do enredo do livro. Isso novamente envaidece o autor, mas ele não concorda com o fato de não ter dado autorização e nem ter recebido os direitos autorais sobre a mesma (MOOG, 1966, s.p.).

Em 1987, a 9ª edição do livro foi publicada pela Editora José Olympio. Evaristo de Moraes, membro da Academia Brasileira de Letras, que escreve o prefácio dessa edição, afirma que:

Com boa fortuna crítica, cuida o romance do problema da integração de certas etnias alienígenas na sociedade brasileira. Foi um grito de alerta e de patriotismo, sem que de longe possa ser classificado como romance de tese. Significou, desde logo, um marco histórico na literatura brasileira. Note-se que a Guerra só iria realmente ser iniciada a 1º de setembro de 1939 e o Brasil somente viria a ser beligerante, tomando o partido dos Aliados, em agosto de 1942 (MJVM, carta de Evaristo de Moraes Filho à Academia Brasileira de Letras, 1º de outubro de 1987).

Essa citação é um bom exemplo da forma como a maior parte dos leitores (e não apenas os intelectuais) percebeu o problema tratado por ele e demonstrou concordância com sua visão da realidade.

O livro teve suas duas últimas edições publicadas em 2005, pela Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG – Imprensa Oficial). No ano de 2012, a Editora José Olympio publica a mais recente edição. Com isso, percebemos que o romance, conforme sustenta Fischer, “permanece perfeitamente legível” apesar de não causar a polêmica que causou quando foi publicado (2011, p. 24). Consequentemente, não atrai tanto interesse por parte dos leitores.

Podemos observar com clareza que, apesar de haver outras republicações após a Segunda Guerra Mundial, elas foram escasseando, sendo relançadas com intervalo de vários anos. As últimas edições foram lançadas em 2005 e a última em 2012.

3.3 A construção ficcional: o universo colonial de origem germânica

No romance *Um rio imita o Reno*, Vianna Moog criou a cidade de Blumental, que, pela descrição apresentada pelo autor, poderia ser tanto São Leopoldo, sua cidade natal, quanto Santa Cruz do Sul, ambas no Rio Grande do Sul. Apesar de o nome se assemelhar ao nome de Blumenau, no estado de Santa Catarina, o autor afirma que não conhecia esta cidade quando escreveu seu romance. Sobre a construção fictícia do núcleo urbano em que ele se dá, Vianna Moog fez o seguinte relato, em resposta a uma correspondência que lhe foi enviada em 15 de fevereiro de 1967:

Quando escrevi “Um rio imita o Reno” ainda não conhecia Blumenau. Isto, entretanto, não me impediu de pensar nessa cidade ao imaginar Blumental, uma mistura realista de minha cidade natal, São Leopoldo, e de Santa Cruz, mas na verdade uma cidade que eu desejava servisse de símbolo a todas as cidades de imigração germânica do Sul do Brasil (MJVM, carta enviada a Mário Sareveiga, 02 de março de 1967).

Conforme Isabel Arendt (2001, p. 6), a inspiração para a criação de Blumental veio de fato da cidade em que Moog viveu, São Leopoldo, pela descrição da igreja luterana e do Seminário de Professores. Além disso, São Leopoldo está à margem do Rio dos Sinos, que claramente remete ao nome do livro. Outro indício que consta no livro é o episódio em que Armando, amigo brasileiro que o personagem Geraldo conhece em Blumental, lhe fala sobre os *Muckers*. Nesse momento, ele explica que a revolta aconteceu “(...) ao sopé do Ferrabraz, ao longo da Serra do Mar, visível à distância de léguas para quem viesse de trem a Blumental (1939, p. 36). Ferrabraz é um morro que se localiza na cidade de Sapiranga, que se emancipou do município de São Leopoldo somente em 1954 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA, s/d).

Um último fator que ajuda a comprovar a ideia de vários autores de que Blumental é de fato criada a partir de São Leopoldo é que a Sociedade onde acontecem concertos e jogos de bolão tem o nome, no romance, de Sociedade 15 de novembro. Apesar de o nome ser uma homenagem à proclamação da República, o que nada faz lembrar a cidade narrada por Moog, essa sociedade existe de fato em São Leopoldo. Ou melhor, existia; desde 1959, ela faz parte da cidade de Campo Bom, que se emancipou de São Leopoldo em 1959 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM, s/d). Seguindo esses exemplos – ou pistas – que o autor

deixou no romance, parece muito possível que a cidade de Blumental imaginada por Vianna Moog na realidade não foi inventada, mas sim, inspirada em sua vivência na sua cidade natal.

Vianna Moog deixou claro, desde o início, que se trata de um romance em que o que irá predominar são as diferenças raciais entre descendentes de alemães, que são as elites da cidade e os brasileiros de fato, que são a minoria e geralmente têm trabalhos subalternos. A Blumental, chega o engenheiro amazonense Geraldo, com a tarefa de construir uma hidráulica. Na chegada à cidade, a primeira saudação que recebe é em alemão (1939, p. 11). As próximas conversas são em português, mas com um carregado sotaque alemão. Até as negras empregadas da casa dos Wolff falam em alemão¹⁹. Em determinado momento, elas reclamam entre si que foram a uma festa onde só havia brasileiros, e não tiveram com quem conversar (p. 62).

É importante notar que, de acordo com o romance, para se integrar à cultura daquela cidade, era fundamental falar o idioma alemão, mesmo quem não fosse descendente de alemães. Desse modo, os colonos viviam no contexto social e econômico brasileiro, mas o autor defende que os descendentes de imigrantes não pretendiam se integrar à cultura nacional, que recusavam. Entretanto, isto não parece verossímil, pois, no romance, um dos personagens que mais defende a cultura alemã, Karl Wolff, afirma que “(...) os Estados que mais nos compram são Pernambuco, o Ceará, Sergipe, Alagoas e Paraíba. Quase toda produção é remetida para a filial de Recife” (1939, p. 88). Podemos argumentar, dessa forma, que, se os Wolff possuem filial no Nordeste e os maiores consumidores dos seus produtos estão nessa região, algum nível de integração à cultura brasileira (e à sua língua) era necessário.

¹⁹ Apesar de controvérsias quanto ao uso da língua alemã pelos negros, no livro *A Saga dos Alemães*, volume II, o autor Erni Guilherme Engelmann narra a história de Alfredo Frazio Pinheiro da Silva, mais conhecido por “Schwarz Alfred” (negro Alfredo), que viveu entre 1898 e 1980 onde hoje é a cidade de Igrejinha – RS. Conta o autor que o negro Alfredo “não gostava de negro e nem admitia sê-lo” (p. 605). Segundo o autor, certa vez, durante a Campanha de Nacionalização, Alfredo foi ao mercado, onde se encontrava um Inspetor Regional, enviado pelo governo para prender quem falasse alemão. Alfredo fala em alemão com o dono do mercado, confundindo a cabeça do Inspetor, que não o prende, por não compreender a situação que está vivenciando, um negro falando em alemão. A última pessoa com que teve contato, Edgar Deunner, para quem Alfredo trabalhou durante anos, afirma que suas últimas palavras foram: “Gelle Etiga, mea Deutsche lait misse same halle!” (Tradução do Hunsrück – dialeto do alemão falado nas colônias do Vale dos Sinos: Não é, Edgar, nós alemães temos que ser unidos!) (ENGELMANN, 2003, p. 603-607). Outra história do envolvimento dos negros com a colônia de alemães consta no livro *Colônia alemã – História e Memória*, de Telmo Lauro Müller. Nesse livro, Müller (1981) relata a história de várias famílias que acabavam adotando os funcionários negros e davam a eles seus sobrenomes. É o caso de João e José Eggers, negros, que trabalhavam na fábrica da família Eggers em São Leopoldo. Um exemplo semelhante é o do negro Manuel Bier, que trabalhava para a família Bier, na mesma cidade (p. 16).

No primeiro passeio de Geraldo pela cidade, ele observa atentamente que nada lembrava a ele o Brasil, pois ele sentiu-se estar em solo estrangeiro, como quando descreve o tipo das construções que havia no local:

Eram quase tôdas de tipo alemão; umas quadradas, lisas, outras com o telhado em bico e a janelinha encaixada abaixo do vértice; outras ainda com sacadas de pedra mal entreabertas para a rua. Havia também algumas construções neutras, sem estilo, afogadas entre as demais. Nada que pudesse lembrar, senão fugidamente, os sobrados do norte ou a arquitetura colonial portuguesa. O conjunto era tipicamente germânico. Se alguma influência tinha sofrido, que lhe suavizasse os contornos, essa influência procedia dos estilos holandês, suíço. Depois a atenção do engenheiro voltou-se para as placas e letreiros, onde procuravam decifrar os dizeres: Apotheke, Schumacher, Bäckerei.²⁰ (1939, p. 19)

Após um breve passeio na cidade, Geraldo choca-se ao saber que a cidade insiste em manter o estilo de vida e os costumes dos seus antepassados alemães. Essa afirmativa é confirmada pelo promotor e pelo secretário municipal, que estão mostrando a cidade ao engenheiro. Ainda durante esse passeio, Geraldo pensa sobre o que vivencia, e novamente estranha aquela cidade do interior do Brasil que se parecia muito com a Europa:

Geraldo então, atentou ainda mais para o quadro, retesando a atenção. Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno extraviada em terra americana. Desde o gótico da igreja, até a dura austeridade das fachadas, tudo nela, à exceção do jardim, era grave, rígido, tedesco (1939, p. 26-27).

Já no primeiro capítulo do livro, portanto, Moog buscou demonstrar que havia lugares no Brasil em que ainda não era possível sentir-se brasileiro plenamente. O capítulo terminou com uma frase de bastante impacto, e que com certeza levou os leitores a refletir: “(...) uma angústia interior agarrava-lhe as entranhas. Geraldo teve vontade de chorar. Sentia saudades do Brasil” (1939, p. 27). Esse pensamento de Geraldo, demonstra o drama vivido pelo personagem: o sentimento de uma nação heterogênea, que não devia existir, já que no imaginário nacionalista não há diferenças dentro das fronteiras nacionais, somente fora delas (SANTANA, 2010, p. 93).

Ou seja, o autor afirma que o personagem Geraldo estava no território brasileiro, mas a cidade o fazia sentir saudades da Pátria, ou seja, havia sido invadida pelo elemento estrangeiro. Esta ideia é uma síntese do tema que o autor desenvolve durante todo o romance, que é demonstrar que a cidade de Blumental era mais próxima à Alemanha do que ao Brasil, ou seja, sua cultura era alemã e não brasileira. Uma frase dessas com certeza estava destinada a chocar as pessoas, em um Brasil que estava dando início à Campanha de Nacionalização.

²⁰ Tradução: farmácia, sapateiro, padaria, respectivamente.

Como vimos, era notório que no Brasil havia descendentes que recusavam a cultura brasileira, optando sempre pela dos seus antepassados, e, no caso dos alemães, era comum a crença na superioridade de sua cultura.

O livro segue sempre enfatizando a situação da colônia alemã no Rio Grande do Sul, que, segundo Moog, teria optado por não se misturar à cultura nacional. Em outro momento, aos olhos do personagem Geraldo, um grupo de meninos de uniforme ensaia ao som de um tambor uma marcha compassada pelos gritos da cadência: “Eins... Zwei... Eins... Zwei...”. (1939, p. 38). Além disso, o engenheiro observa o grupo, que empunha uma bandeira com a cruz suástica, numa clara defesa do exército alemão e de seu líder Hitler. Como se não bastasse, o grupo ainda grita: “Heil Hitler!” repetidas vezes.

Nessa época, essas atitudes não eram tão difíceis de ser encontradas nas colônias alemãs no Rio Grande do Sul. Gertz (1987) defende que “(...) não há dúvida de que a ascensão dos nazistas ao poder e os elementos nacionalistas presentes em sua ideologia e prática política serviram de estímulo ao movimento germanista que possuía uma longa tradição nas zonas coloniais alemãs” (p. 108). Essas manifestações teriam acontecido antes de 1937, ou seja, antes da implantação do Estado Novo, quando “(...) o governo brasileiro vivia uma fase de relacionamento eufórico com o regime alemão, quando o governo do Estado prestigiava com grande publicidade atos e festas nazistas e germanistas” (1991, p. 49).

Outra situação ficcional bastante expressiva no romance é a chegada de um violinista brasileiro, famoso no mundo inteiro, que irá fazer um concerto na cidade. Ao contrário do que Geraldo e seu amigo Armando imaginam, as pessoas da cidade não estão interessadas no ilustre visitante e em sua apresentação. Podemos com isso inferir que a colônia alemã no Brasil não era tão culta e sofisticada como se dizia, pois não se importaram com a presença do ilustre visitante. Também podemos compreender que, na visão do autor, a população teuta estava bastante fechada para representantes da cultura brasileira, ou para qualquer elemento externo. Essa apresentação conta com a presença de Lore Wolff, a outra protagonista do romance, filha da família Wolff, ricos e importantes comerciantes locais que não aceitam o romance de sua filha com Geraldo por ele ser de “raça inferior” (1939, p.115), conforme afirmava Frau Marta, mãe de Lore.

Mesmo com o acompanhamento de Lore, ao piano, o concerto do violinista Raul Machado é um grande fracasso. Menos de um quarto das cadeiras disponíveis são ocupadas.

Na sala ao lado do auditório onde se dá o concerto, na mesma sociedade, um barulho incomoda Geraldo e Armando. O barulho era de um jogo de bolão, praticado pelos descendentes de imigrantes alemães, que não se importavam com a presença do importante violinista na cidade. Ao contrário disso, ameaçam Geraldo por querer atrapalhar o jogo deles. Essa passagem do livro busca demonstrar mais uma vez as preferências dos habitantes de Blumental: quase ninguém se preocupou com o concerto, mas queriam partir para a agressão física ao serem questionados sobre o porquê de tanto barulho com o jogo. Podemos novamente retomar a ideia de que, para o autor, os descendentes teutos não eram tão sofisticados como se imaginava.

Antes do início do concerto, Geraldo observa a biblioteca da Sociedade, e não há os clássicos alemães que ele esperava encontrar. Ao contrário, as prateleiras estão repletas de livros da “Nova Alemanha”, e o já citado anteriormente *Mein Kampf*, de Adolf Hitler. Esta é uma nova defesa da teoria de Moog sobre a não adesão dessas populações à cultura nacional e, pior, de sua adesão à causa nazista (1939, p. 64).

Para dar mais ênfase a esta ideia, na mesma noite em que acontece o concerto na Sociedade 15 de novembro, o cinema da cidade está exibindo “Sinfonia Inacabada” com a cantora Marta Eggerth²¹ (p. 78), totalmente em alemão. Geraldo e Armando se revoltam com a situação de um famoso instrumentista brasileiro ter feito um concerto com poucos presentes, enquanto a cantora alemã atraiu um público considerável ao cinema. Armando se exalta no meio da rua, na saída do cinema: “Mas onde é que estamos: Na Alemanha? Somos estrangeiros aqui? Isto é Brasil, e muito bom Brasil” (1939, p. 78). Nesse momento, a crítica de Moog fica mais severa, com um discurso bastante inflamado sobre a situação da cidade em torno da não nacionalização, sempre optando por situações que enfatizassem sua valorização da cultura alemã e o menosprezo da cultura brasileira.

“Sinfonia Inacabada”, por Marta Eggerth: – Aquela vaquinha melada mugindo cançõeszinhas bestas, toda Blumental corre para ver essa droga. Armando (...) estava indignado. De algum modo precisava desagrar a honra nacional, ofendida na pessoa e na arte de Raul Machado (Moog, 1939, p. 78-79).

A questão religiosa também está muito presente no romance. Os mais antigos moradores da cidade, de famílias mais importantes e prósperas, são de religião protestante,

²¹ Marta Eggerth é uma cantora alemã nascida em 1912, que fez grande sucesso entre os anos 1930 e final dos anos 1950, com filmes musicais produzidos especialmente para o cinema. Seu filme *Sinfonia inacabada* (*Leise flehen meine Lieder*) foi lançado em 1934 (LEISE FLEHEN MEINE LIEDER, MARTA EGGERTH).

como seus antepassados. Havia também católicos na colônia alemã, mas o livro enfatiza a religião protestante²². Em alguns momentos, a história dos *Mucker* é lembrada. Pela ideia de Armando, amigo de Geraldo “(...) não se pode dizer que fôsse bem uma luta religiosa. Foi antes um episódio de fanatismo como o de Canudos” (1939, p. 35); e reitera, definindo-os como fanáticos protestantes. Karl Wolff defende os Muckers, e explicita as diferenças entre as religiões, salientando que o livro sobre os Muckers “(...) fora escrito por um padre²³. Isso bastava para tornar o livro suspeito” (1939, p. 91).

Em outro momento, Geraldo entra em uma Igreja Protestante e parece não acreditar no que está vendo. Imaginava uma Igreja mais receptiva, mas, ao contrário, tudo que vê é frio, sem imagens de santos, sem imagens de Cristo. Ele não acredita que aquela Igreja tão estranha poderia ter sido idealizada por Lutero. Observe-se que Geraldo não conhecia a religião protestante, mas demonstra preconceito por tomar a Igreja Católica como padrão, e age como se conhecesse melhor a religião e seu fundador do que os próprios luteranos. Nesse ponto, o autor parte de uma imagem do que o protestantismo deveria ser, ou do que ele supunha que fosse:

Não, não podia ser. Lutero seria quando muito o patrono do protestantismo da colônia, um protestantismo risonho, cheio de cantos, de festejos de comensais, de cervejadas, sem o perpétuo e atroz temor do pecado. Se Lutero visse aquilo, certo, protestaria (1939, p. 197).

Moog salienta nesse momento a importância da religião para os colonos. Em outra passagem do livro, o personagem Hans Fischer declara que gostaria de se casar na Igreja luterana, mas em língua portuguesa. Ao ouvir a recusa do pastor, critica-o severamente, questionando se até a religião tinha nacionalidade (1939, p. 158). Apesar da intensa defesa que Moog faz da condição de não integração por parte dos teuto-brasileiros, o personagem Hans Fischer demonstra, através disto, que havia pessoas inclinadas à assimilação da cultura brasileira. O episódio demonstra que, ainda que a religião luterana fosse mantida, havia entre os teuto-brasileiros aqueles que buscavam de fato fazer parte da vida nacional.

²² Ao contrário do que Moog afirma, Jean Roche (1962) explica que dentre os primeiros imigrantes já havia católicos. Eles eram minoria, mas como o governo brasileiro tinha a religião Católica como oficial, o catolicismo foi muito incentivado nesse período. Por essa razão, muitos luteranos acabaram se convertendo ao catolicismo para ter a possibilidade de culto (1962, p. 679-686).

²³ Karl se refere ao livro *Os Muckers - Episódio Histórico Ocorrido Nas Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul*, escrito pelo padre alemão Ambrosio Schupp. O livro foi lançado primeiramente na Alemanha, em 1900, e em 1901 no Brasil. O livro condena os *Mucker* e o casal João Jorge e Jacobina Maurer, apresentando-os como fanáticos e desequilibrados. Conforme Gevehr (2011): “Deve-se, principalmente ao conteúdo de sua obra a construção de um imaginário essencialmente negativo em relação ao grupo liderado por Jacobina” (GEVEHR, 2011, p.758). O livro teve nova edição em 2004.

Ao fazer referência somente aos *Mucker* e à Igreja protestante, deixando de abordar a católica, Moog defendeu mais uma vez que a religião católica não era aceita pelos teuto-brasileiros, que preferiam continuar com a religião de seus antepassados, o que pode ser compreendido como sinal de recusa da cultura brasileira. Geraldo, em um momento reflexivo, pensa em Lore e percebe a diferença entre eles: “Era da elite da cidade da igreja protestante de língua alemã” (1939, p. 160). Com esse pensamento, Geraldo aceita a ideia de que o romance é impossível.

As concepções de Moog sobre as comunidades de origem alemã tornam-se ainda mais radicais quando demonstradas por pensamentos semelhantes ao do personagem Karl Wolff, irmão de Lore, segundo o qual “o que é o sul do Brasil deve-o ao trabalho alemão” (1939, p.88) ou do promotor municipal, para quem “a prosperidade do sul vem da raça. Somos um povo mais forte e decidido” (1939, p. 90). Assim, se discute entre alguns personagens a importância do trabalho alemão para a formação do Brasil, bem como a separação do Rio Grande do Sul do restante do país, afirmando a ideia de que os colonos se imaginavam diferentes do restante do Brasil. Para o promotor “o norte é o pêso morto do Brasil: só dá seca, impaludismo e febre amarela” (1939, p. 85). Essa conversa dá-se na presença de Geraldo, que é nortista, mas não se defende, pois entende ser inútil contrapor-se àquelas ideias fixas.

Outra cena narrada e que compõe o universo da colônia alemã, é o *kerb*²⁴, ao qual Geraldo vai com os amigos, a fim de se encontrar com Lore. Geraldo se desloca até o local do *kerb* e vislumbra cenas que até então não tinha notado:

A estrada agora seguia paralela ao rio. (...) o correr de casas com platibandas, fechando o cenário urbano; dominando tudo, imponente e sobranceira, defronte da ponte, como a dos antigos castelos medievais, a torre alta e pontuda da igreja protestante, com os ponteiros do relógio a marcar duas horas. No fundo, para o sul, a planície a perder de vista: para leste, a serra densa e alcantilada. Geraldo procurava definir a paisagem: era bem como as paisagens do Reno dos livros de estampa (1939, p. 122).

Novamente, o rio Reno é citado e comparado ao rio que margeava a cidade de Blumental. Nesse *kerb* tudo lembrava a Alemanha: a polca que se dançava, as cervejas, as conversas em alemão. Para finalizar a noite, o jantar: “Grandes travessas de galinha ao mólho

²⁴ Conforme Müller (1981, p. 89), o termo *kerb* vem da palavra *Kirchweih*, que é a festa dedicada ao templo. Os *kerbs* eram festas realizadas sempre após a construção, reforma ou reinauguração de templos luteranos. Essas comemorações eram realizadas anualmente em comemoração aos aniversários desses templos. Sempre havia bandinhas, comidas típicas alemãs e muito chope. As pessoas vinham de vários lugares, para comemorar e encontrar a família.

pardo, de salada de batatas com salsichas, de repólho azêdo, de arroz, de bife acebolado, tudo muito engraxado, flutuando na banha. Depois os pratos de pepinos em conserva, de ovos em vinagre e de salada de beterraba” (1939, p. 159). Este curioso cardápio exemplifica o que afirma Jean Roche (1962): desde o início da imigração, em 1824, os imigrantes foram obrigados a consumir a comida que havia disponível, na falta da comida que costumeiramente consumiam na Alemanha. “Apesar da repulsa que sentiam, tiveram de adotar a alimentação local: era uma questão de vida ou de morte” (1962, p. 637). Assim, podemos compreender que, desde o início da imigração, os alemães se adaptaram à culinária brasileira. Alguns dos alimentos citados por Moog, como a salada de batatas com salsichas, o repolho azedo e a grande quantidade de banha realmente são típicos da culinária alemã, mas o restante, como a galinha ao molho pardo, os bifes acebolados e o arroz são próprios à culinária brasileira. Podemos compreender com isso que os descendentes de imigrantes participavam da cultura brasileira muito mais do que Moog admite explicitamente.

No mesmo *kerb*, Geraldo conhece a personagem Alzirinha, brasileira e professora, amiga de Lore. Ela lhe explica a situação das escolas nas colônias em Blumental, já que ela é a primeira professora pública enviada para lá. Como abordado no capítulo anterior, as aulas coloniais até então sempre foram ministradas por um professor colono que ensinava às crianças em alemão. Alzirinha afirma que era essa a situação em Blumental até sua chegada: os colonos pagavam o mais instruído entre eles para ensinar às crianças, e essas eram as aulas municipais.

A personagem era professora estadual, nomeada para ensinar gratuitamente, mas no idioma português, o que ela relata ser “a parte mais difícil” (1939, p. 156). Outro problema encontrado pela professora é a aceitação do pastor protestante, que insistia nas aulas municipais porque eram ensinadas em alemão. A personagem defende que isso era apenas um “pretexto para suas propagandas anti-nacionalistas” (1939, p. 156).

Nas conversas na colônia, sempre era demonstrado que na cidade somente era próspero e bem aceito quem defendesse não somente a Alemanha, mas Hitler e o Reich. Em conversas, o personagem Hans Fischer afirma que quem resolvesse se integrar à cultura nacional estaria renegando a antiga pátria e seria considerado traidor. É lembrado exemplo do

jornal *Volksstimme*²⁵ de Porto Alegre, que enfrentara sérias dificuldades financeiras desde que se posicionou contra o nacional-socialismo. Além disso, citam-se comerciantes opositores ao Nazismo que se mataram porque “os nazistas impediam a entrada de gente da colônia alemã em sua casa” (1939, p. 157). Sendo assim, segundo o narrador, esses comerciantes iam à falência por não terem para quem vender.

Durante a visita do deputado Eumolpo Peçanha na cidade, na Sociedade 15 de novembro, o promotor, em um discurso de abertura, parece defender a comunidade, pois exalta os alemães e elogia a imigração alemã, afirmando que o Brasil devia tudo ao trabalho dos imigrantes (p. 171). Nesse momento, ouvem-se aplausos animados do público. A sequência dos fatos é bastante interessante, uma vez que um personagem, o velho Cordeiro, resolve se pronunciar, pedindo ao deputado que fosse iniciada uma “Campanha de Nacionalização da colônia alemã no Rio Grande do Sul” (1939, p. 172). Além disso, o discurso que se segue é propriamente nacionalista:

Saibamos dizer aos descendentes de raça germânica – continua o velho Cordeiro – que fazem das lendas do Reno o motivo exclusivo dos seus devaneios; aos de origem italiana, polonesa ou lusa, que só estremeçam de civismo com as epopéias dos seus antepassados, saibamos dizer aos representantes de tôdas as correntes humanas a quem o Brasil tem dado agasalho, que é preciso de uma vez por tôdas, varrer essa errônea concepção de pátria, para se firmar para sempre no Brasil a unidade nacional, pela identidade de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação, coisas tôdas do mundo moral, asseguradoras da paz dentro da nação (1939, p. 172).

É importante salientar que, nesse momento, o público que assiste aos discursos se separa: os descendentes teuto-brasileiros se afastam do lugar, demonstrando contrariedade em relação à fala do personagem. O outro grupo, formado por “gente do subúrbio, os operários e os mesmos bombachudos” (1939, p. 173) apoiavam a ideia e aplaudiam a manifestação do orador. Há, portanto, uma separação entre as duas populações dentro da cidade. De um lado, a população de descendentes de imigrantes alemães que, conforme Moog, em geral não queria saber de nada que fosse da cultura brasileira. De outro, as pessoas que não eram de origem teuta, os “bombachudos”. O discurso do personagem segue com a seguinte afirmação: “Num só peito não cabem duas pátrias. O Brasil é bastante grande e glorioso para reclamar só para si o amor de todos os seus filhos... legítimos e adotivos” (1939, p. 173). Essa fala demonstra um nacionalismo exclusivista, que defendia que não se poderia viver no Brasil sem se dedicar

²⁵ Não foi confirmada a existência do jornal *Volksstimme* em Porto Alegre, mas sim, de um jornal com esse mesmo nome editado na cidade de Santa Cruz do Sul – RS, entre os anos de 1930 e 1939. O autor pode ter feito uma confusão, ou ser esta referência parte do universo ficcional criado por Moog.

exclusivamente à causa da pátria e defender o país acima de tudo.

Vianna Moog, a cada momento, prega que a colônia estava unida à Alemanha, o que a levava a rejeitar o Brasil e os brasileiros. No romance, escrito pouco antes de se iniciar a II Guerra, a cidade de Blumental tentava se aproximar mais ainda da Alemanha – e, por consequência, do Nazismo. No livro, a Sociedade 15 de novembro tenta se filiar ao Reich. Moog é bastante claro ao afirmar que:

Tudo obedecia aos planos da Verband Deutscher Vereine im Ausland²⁶, de Berlim, com o fim de introduzir nas colônias alemãs o espírito nacional-socialista, por meio de escolas, sociedades e igrejas, sob a direta orientação do Reich... Intercâmbio cultural, remessa de instrutores de ginástica, era só para uso externo... (1939, p.185).

Mas mesmo dentro da colônia havia divergências quanto a essa proximidade com o Reich. Algumas pessoas entendiam que era melhor deixar a sociedade independente, como sempre fora, do que fortalecer o vínculo com a Alemanha. O personagem Dr. Stahl, grande defensor da mistura racial, afirma que, se houvesse essa aproximação com o Reich, as pessoas de origem teuta deveriam se preparar para serem penalizadas. Ele acreditava que poderia haver retaliações como incêndios e a obrigatoriedade de escrever nas portas a frase: “essa casa é brasileira” (1939, p. 184). Esse momento demonstra que, mesmo havendo na colônia quem ainda defendesse a Alemanha, o governo brasileiro já estava tomando as suas providências para mudar essa situação, o que aponta para a Campanha de Nacionalização.

Conforme abordado no capítulo anterior, a Campanha de Nacionalização tem início em 1938, ou seja, um ano antes da publicação do livro. Coincidência ou não, no ano em que o livro é publicado a campanha se intensifica, com censuras a jornais e maior controle sobre a língua alemã nas escolas. Não podemos afirmar se o romance foi responsável por esse maior controle, mas o sucesso do livro nos leva a crer que a obra correspondia à ideia que o público tinha da colônia alemã, exprimindo os conflitos de sua época.

Geraldo tenta se associar à Sociedade 15 de novembro, pois, intimamente, desejava ficar perto de Lore. A negativa de sua pretendida associação deixa claro que os sócios da Sociedade são extremamente fechados contra o elemento não teuto. Geraldo compreendia que a não aceitação dele no clube respondia ao questionamento sobre sua aceitação na comunidade, e dava por encerrada, assim, sua esperança de que a família Wolff permitisse o namoro dele com Lore, pois Frau Marta, a mãe dela, se opunha veementemente à entrada de

²⁶ Do alemão, “Associação de clubes alemães no exterior”, entidade intimamente ligada ao Reich.

Geraldo na sociedade. Em mais um momento que demonstra bastante preconceito, ela questiona seu filho, Karl Wolff: “E vocês vão admití-lo como sócio? Até no tennis os pretos já estão entrando?! Ach! Blumental está ficando inhabitável” (1939, p.119).

Desse modo, temos um romance que reitera que a comunidade de Blumental se preocupa em manter as tradições e a cultura alemã, e procura não interagir com o que não pertence a essa colônia. A preocupação do autor é sempre demonstrar que os descendentes mantinham a língua e os costumes germânicos, como o bolão, os *kerbs*, os livros, a cultura. É sempre enfatizado que não há, entre eles, uma preocupação em conhecer a cultura brasileira, e que, mesmo com o início da nacionalização, os colonos não aceitavam se integrar. É o caso da professora Alzirinha, com suas aulas na escola pública, por exemplo, pois, nesse caso, o pastor não aceita as aulas dela e prioriza aquelas em que se falava o alemão. Nota-se, assim, que o autor se preocupa em demonstrar que a cultura nacional não era valorizada pelos teuto-brasileiros, que se achavam (ao menos a maioria deles), superiores.

3.4 A construção ficcional: a integração entre “alemães” e brasileiros

Para o sucesso da tese de Vianna Moog, era fundamental demonstrar que havia uma interação mínima entre os colonos alemães e a população brasileira. Talvez isso venha da sua experiência de vida, do que vivenciou com a família do seu pai, na qual, como já vimos, ele não se sentia participante, por ter mãe brasileira e se identificar com a cultura nacional. Em *Um rio imita o Reno*, os colonos, em sua maioria, ainda se sentiam alemães, mesmo tendo nascido no Brasil. Brasileira era, para eles, qualquer pessoa que não tivesse ascendência teuta.

Geraldo, o engenheiro designado para a construção da hidráulica, estranha a cidade, mas, ao mesmo tempo, tenta entender aquela nova cultura. No romance, ele é descrito como um “(...) homem de estatura mediana, brasileiro, nascido do Amazonas e vindo do Rio de Janeiro. 28 anos, profissão engenheiro” (1939, p. 15). Geraldo tinha pele bronzeada e cabelo preto, era descendente de índios, e sua única amizade na cidade é Armando, fiscal de consumo que morava no mesmo hotel.

Logo que Geraldo chega a Blumental, o promotor e o secretário municipal, que não são de origem alemã, vão lhe mostrar a cidade e já explicam sobre a população local. Falam

primeiramente dos irmãos Kreutzer, que são “muito germanófilos, só davam emprêgo a alemão, só protegiam os teutos” (1939, p.20). Na sequência desse diálogo, o secretário municipal explica a Geraldo:

Tinha um sobrinho que trabalhava com eles havia dez anos e não conseguia subir. E no entanto, mal chegava um “alemãozinho borbobotas”, logo lhe davam emprego e aumento pelo Natal.

– Ah, filho, aquí é assim. Quem não souber falar alemão come do duro (1939, p.20).

Essa citação está no início do primeiro capítulo, e mais uma vez deixa claro o que o autor deseja denunciar. Nesse universo de personagens defensores da cultura alemã, temos Frau Marta, mãe de Lore, que é possivelmente a personagem mais importante e de maior destaque desse mundo germanófilo criado por Moog. É importante salientar que o autor criou essa personagem inspirada na sua vivência, mais precisamente em uma tia sua. Em correspondência enviada ao escritor e grande amigo, Érico Veríssimo, em julho de 1966, ao falar da genealogia da sua família, em que encontrou ascendência judaica, ele explica que: “Era êste o argumento que eu invocava para uma tia que me serviu de modêlo da Frau Marta de “Um rio imita o Reno”” (MJVM, carta enviada a Érico Veríssimo, 31 de julho de 1966).

Frau Marta é uma personagem única no romance. Além de ser a pessoa que mais se opõe ao namoro da filha com o engenheiro, é aquela que comanda a família dos Wolff. Sua sala é enfeitada com uma fotografia de Hitler, e a personagem possui vários livros alemães. Seu marido, Paulo Wolff, pouco aparece no romance, e sempre consente com Marta, afinal, para ele, “para que lutar com Marta, se saía sempre perdendo?” (1939, p. 115). Frau Marta é uma pessoa bastante fria: por ocasião da doença de Lore, chega a se questionar a respeito do que seria mais importante, a filha ou a Alemanha. Ela pensa que nunca demonstrou seu amor aos filhos, ao mesmo tempo em que reflete que “ela fora educada num ambiente em que tôdas as manifestações derramadas de sentimentos íntimos eram tidas não somente como ridículas, senão também como absolutamente inúteis” (1939, p. 216). Apesar de a personagem ter sido inspirada na sua vida pessoal, essa visão do imigrante frio, “superior” e distante parece ser uma ideia predominante e difusa.

Frau Marta está sempre cheia de frases carregadas de preconceito. Isto não se manifestava somente em relação a Geraldo ou ao casamento de sua filha com quem não fosse de raça ariana, pois ela tinha completa aversão a qualquer pessoa que não fosse dessa origem. Quando descobre o interesse da filha Lore pelo engenheiro amazonense, dá uma ordem que

não deverá ser questionada:

Pois bem, fica entendido. Não admito êsse namôro. É preciso que saibas desde já, se não queres inferno dentro de casa... Vamos cortar isso pela raiz.

– Não suporto a ideia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava – afirmou Frau Marta (1939, p.115).

Para Frau Marta, era inadmissível um “alemão” se unir a uma pessoa que não fosse “alemã”, pois ela considerava negra qualquer pessoa que não fosse de ascendência teuta. Conforme analisamos no capítulo anterior, essas ideias de superioridade racial não pertencem somente a Frau Marta e aos descendentes teutos. No Brasil, no final do século XIX, com o aumento da imigração europeia, festejava-se a possibilidade de em breve o Brasil ser uma nação étnica e culturalmente branca. Ao mesmo tempo, alguns autores, como Silvio Romero, defendiam a “raça” alemã, acreditando que eles eram mais prósperos e trabalhadores. O antigo escravo e seus descendentes, por sua vez, não eram vistos como aptos ao trabalho livre, e, por isso, a imigração de europeus é muito bem vinda no Brasil. Moog utiliza de clichês raciológicos ao associar os brasileiros em geral aos “negros”, que sofriam bastante preconceito não só por parte das populações descendentes de imigrantes, mas de toda a sociedade brasileira.

Nesse momento, ela se lembra de uma amiga, a Wilma, que se casou com um “homem de raça inferior”, brasileiro e católico (1939, p. 117). Frau Marta ainda afirma, demonstrando que o componente racial era mais forte que o religioso: “protestante casar com católico ainda tolerava. Mas uma alemã com um negro?... era demais” (1939, p.117) Frau Marta refere-se a Geraldo como “bronzado, diabo do mestiço, aventureiro” (1939, p.117-118).

Em conversa com o Dr. Stahl, médico da cidade, faz o seguinte questionamento: “Mas, na Alemanha não há negros – contraponteu Frau Marta. – O doutor vai querer nos convencer que um negro é igual a um branco?” (1939, p.134). Na sequência dessa conversa, Frau Marta lembra-se, horrorizada de que seu marido Paul havia visto em Hamburgo “marinheiros pretos do Brasil, de braço dado com alemãs” afirmando que aquilo era uma depravação (1939, p.135).

Apesar da fala exagerada de Frau Marta, aparentemente ela desconhece o que acontece em Blumental. Há elementos do romance que, ao contrário do que ela afirma, demonstram que há uma progressiva integração entre descendentes germânicos e brasileiros: O

personagem Fogareiro explica a Armando e Geraldo: “As coloninhas gostam de casar com brasileiro. Consideram uma honra. E depois... casando com brasileiros, não precisam trabalhar na roça (1939, p. 157). Se isto de fato acontecia, Frau Marta realmente estava equivocada quanto a sua análise. O exagero chega ao ponto de a personagem questionar ao Dr. Stahl se ele não achava que filhos de casais de raças diferentes não deveriam ser eliminados, defendendo uma política eugênica²⁷ (1939, p. 135). Seguindo essa linha de pensamento, a personagem ainda afirma que gostaria de enforcar todos os judeus, defendendo Hitler com veemência (1939, p. 138). Apesar de questionar a aliança com a Itália, entende que “o Führer” sempre faz o melhor (1939, p.118).

Com esse tipo de pensamento, não parece difícil compreender o que acontece nos capítulos que se seguem no romance: Frau Marta e a família Wolff resolvem fazer uma aliança com o prefeito, que seria candidato à reeleição, para, em troca de seu apoio, mandar Geraldo embora da cidade. Primeiramente, é cancelado o pagamento dos operários da obra da hidráulica e iniciada a construção de uma ponte para afastar os trabalhadores da obra ao encargo do engenheiro. Geraldo insiste, até que finalmente, quando seu trabalho estava prestes a ser concluído, é dispensado. O interessante é que a questão racial é tão forte na cidade imaginada por Moog que ninguém questiona sua saída, ainda que a cidade tivesse sido prejudicada pela interrupção das obras da hidráulica.

É importante lembrar que Blumental sofre uma epidemia de tifo, proveniente da água contaminada, e que a hidráulica viria sanar esse problema. O livro relata um cortejo fúnebre presenciado por Geraldo, de mais uma vítima da doença. Mesmo assim, o prefeito não se preocupa com a doença ao mandá-lo embora da cidade para destruir o relacionamento que Frau Marta não queria que acontecesse. A ideia de que a população preferia padecer por epidemias a se misturar com quem não fosse de ascendência alemã não parece verossímil, por mais fechada que essa comunidade fosse.

Quando Lore, a filha de Frau Marta, adoece com tifo, após a partida de Geraldo, Karl reflete sobre a participação de cada pessoa no afastamento do engenheiro da cidade:

Sim, todos tinham sua culpa no caso: o pai, porque concordara em subordinar seu apoio ao major a tal condição; o major porque capitulara; êle, Karl, porque achara

²⁷ O termo “eugenia” foi criada em 1883 pelo antropólogo inglês Francis Galton. A expressão se populariza rapidamente pelas escolas de medicina do Brasil no início do século XX. A eugenia era uma ciência que estudava os determinantes do melhoramento de uma raça. Essas ideias contribuíram para as políticas nacionalistas (OLIVEIRA, 2003, p. 27).

excelente a solução. Ah! Mas a grande responsável era sua mãe. O velho, coitado, só fizera como das outras vezes, submeter-se a vontade forte da mulher (1939, p. 220).

No final do livro, é narrada a visita do primo Otto Wolff, a quem a família Wolff esperava com muito entusiasmo, por acreditar que a visita tinha um fim político: possivelmente, o primo Otto estaria vindo para servir a Hitler e ao nacional-socialismo, organizando a colônia alemã. No capítulo anterior, apresentamos o tema do alemanismo e do perigo alemão, utilizando fontes como os relatórios de Aurélio da Silva Py, chefe de polícia do Rio Grande do Sul na época da publicação do romance. Ele tentava comprovar a existência de conspirações nazistas no Rio Grande do Sul, o que corroboraria as ideias da família Wolff. Apesar de apresentar elementos que comprovam a defesa do Nazismo no Rio Grande do Sul, ele não conseguiu provar que toda a população teuta, ou sua maioria, era favorável a Hitler.

Ao contrário do que Paulo Wolff, marido de Frau Marta, seu filho Karl e a própria Frau Marta poderiam imaginar, o primo Otto afirma não fazer mais parte do partido nazista, tendo saído da Alemanha para fugir do racionamento de comida e das perseguições. Nesse momento, o primo Otto revela, para espanto geral da família, que eles possuem ascendência judaica, (o que remete à origem familiar do próprio Moog): seu bisavô era judeu, destruindo, assim, a teoria de raça pura, que os Wolff tanto defendiam.

O livro termina com Frau Marta em uma tristeza profunda, quase não interagindo mais com as pessoas; passava o dia toda sentada, triste com a notícia trazida pelo primo: “(...) quanto à Alemanha, ao arianismo e à pureza racial, ninguém lhe ouvira mais nenhuma palavra” (1939, p. 235). Nesse momento, ela não se importa mais que o neto, Paulinho, brinque com as crianças na rua, deixando que se “crie de acôrdo com os seus instintos... com a sua natureza” (1939, p. 268). Podemos aqui questionar se a personagem poderia ter reconhecido seu engano, sentindo-se humilhada por não ser uma pessoa de sangue puro, como ela sempre afirmara. Além disso, é possível pensar que, depois de saber da real origem da sua família, ela não se importou mais com a pureza étnica de sua família. Apesar de tudo isso, em nenhum momento ela parece se arrepende de ter separado Lore de Geraldo, mandado para fora da cidade.

Outro personagem que demonstra essa resistência dos colonos em aceitar qualquer pessoa que não fosse de origem teuta é Karl Wolff, irmão mais velho de Lore e filho de Frau Marta. Ele é bastante semelhante a sua mãe: olhar duro, arrogante, e um visionário fanático no que diz respeito à cultura alemã. Karl apoia a mãe na sua proibição do namoro de Lore

com Geraldo e tem ideias bastante extremas, como quando reflete sobre a abolição da escravidão. Para ele: “o 13 de Maio que proclamou a libertação da negrada, uma gente que podia afinal de contas, continuar escrava e não precisava andar por aí a faltar com o respeito aos arianos” (1939, p. 86). Karl também defendia a ideia de que o Brasil somente venceu a Guerra do Paraguai com a ajuda dos colonos, e é tão enfático nessa defesa, que entende que tudo o que há de bom e próspero no Brasil deve-se ao trabalho dos imigrantes:

Karl estava neste momento pensando em que essa riqueza do sul era produto exclusivo do trabalho alemão. Com os colonos alemães é que tinham aparecido as indústrias no Brasil. E considerava com orgulho a ascensão de Blumental, de mera feitoria há cem anos até o parque industrial que lhe valia o nome de Manchester do Brasil. Tudo trabalho dos alemães, como dizia o pastor: “o que é o sul do Brasil deve-o ao trabalho alemão. Se fizermos a abstração dos alemães, restará apenas uma mísera carcassa (1939, p. 88).

O jovem defendia que a população de Blumental era brasileira, pois era quem mais pagava impostos para sustentar o restante do Brasil, e que Rio Grande do Sul seria ainda mais próspero com a separação do Estado do restante do país.²⁸

Karl tinha aversão a qualquer pessoa que não fosse alemã: agride o filho Paulinho, por estar brincando e mostrando seu ninho de páscoa para crianças na rua e não aceita perder um mero jogo de tênis para Geraldo, alguém que desprezava por não pertencer à sua raça. Sua maior indignação é, entretanto, ver que sua esposa e sua irmã Lore torciam para Geraldo (1939, p. 119-120). O personagem Paulinho demonstra que nem todos os teutos eram antibrasileiros, mas, para o Dr. Stahl, este era um problema da criação germânica: “Não, não gosto de negros. Mesmo que o quisesse, por um ato de vontade, não podia. Fui educado já com preconceitos raciais” (1939, p. 136).

Assim, ao se referir a Geraldo e ao interesse que Lore tinha por ele, afirma: “Que gôsto! – intervém Karl. – Já se viu para o que deu minha irmã?... Querer casar com um índio selvagem. Vais ficar viúva ligeiro. Na primeira gripe que bater, êle morre. Deixa chegar o inverno. Raça fraca” (1939, p. 119). Quando Lore adocece pelo tifo, em decorrência da água não tratada, Karl luta para não pensar que, se a irmã morresse, ele herdaria tudo sozinho. Esse pensamento demonstra, mais do que o racismo do personagem, sua cobiça. Além de herdar tudo que os Wolff possuíam, Karl perpetuaria raça alemã, o que provavelmente sua irmã não

²⁸ Essa teoria de separação do Rio Grande do Sul em razão de suas colônias de imigrantes não pertence somente à ficção. Recentemente, nos anos 1990, o descendente de imigrantes alemães Irton Marx, da cidade de Santa Cruz do Sul, propôs a criação da República do Pampa, que separaria os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná do restante do país, e teria como línguas oficiais, além do português, o alemão e o italiano (OLIVEN, 2006, p. 87-88).

faria, já que esteve interessada em um “índio selvagem” (1939, p. 119) Além disso, ele se preocupa com o que as pessoas irão pensar caso a irmã morresse:

Não, Lore não podia, não devia morrer. Seria uma vingança demasiado terrível para um simples amor contrariado. Tôda a cidade ia dizer que ela adoecera como muitos outros, por causa das águas, precisamente quando a hidráulica já podia estar pronta, não fosse o empenho da mãe em afastar o engenheiro (1939, p. 220).

Na sequência desse pensamento, Karl reflete sobre seu amor pela irmã, mas se questiona sobre o que seria maior, o amor pela irmã ou pela Alemanha. “Acima da dôr dos indivíduos, do perigo das guerras, estava o Império alemão, a raça alemã! As pessôas, as famílias passavam, mas a raça e a nação eram eternas” (1939, p. 221).

Em meio a estes personagens germanófilos, após se apaixonar por Lore, Geraldo tenta se aproximar da família dela, mas percebe aos poucos que não será aceito em função da diferença racial entre eles. Primeiramente, ele trava uma severa discussão com os frequentadores da sociedade durante um jogo de bolão; depois, humilha Karl Wolff durante um jogo de tênis, pois ele vence o oponente e ainda conta com a torcida de Lore Wolff. Por esses motivos, somando-se à questão racial, ele não é aceito no clube 15 de novembro. Na tentativa de ser mais bem aceito na cidade, Geraldo ouve manifestações do racismo dos próprios brasileiros. Em conversa com o promotor, este afirma:

A prosperidade do sul vem da raça. Somos um povo mais forte e decidido. (...) Então lá se pode comparar a nossa gente, (...) uma mistura de açorianos, de charruas, de bandeirantes, alemães e italianos, com a mestiçagem do norte? Note-se: falei em açoriano. Não confundir açoriano com português... é outra coisa. Açoriano é celta... Não, não me venha defender êsse pessoal de perna fina e cabeça chata (1939, p.90).

Geraldo se ofende com essas falas, mas, para não ter problemas com aquela população que defendia com tanta força sua “raça”, se cala. “Para não comprometer a sua situação, o seu emprêgo, umas relações que para êle não tinham significação, deixara insultar a sua terra, a sua gente”, o que o amargura muito (1939, p. 94). Geraldo é bastante conformista, pois não defende o Brasil, e, de fato, nunca luta por Lore. Ele não enfrenta a situação e também não deixa seu interesse completamente explícito. A família Wolff nada sabe sobre ele, a não ser que não é de raça ariana. Quando Geraldo vai embora da cidade, ele analisa seus esforços para tentar entender a comunidade de Blumental:

De resto, tinha uma pequena coleção a mais: *Os Muckers*, de Ambrósio Schupp; o *Fausto*, de Goethe; o *Ecce-Homo*, de Nietzsche; a *Decadência do Ocidente*, de Oswald Spengler; a *Minha Luta*, de Adolf Hitler; algumas monografias sobre a

colonização alemã... Cheio de fel murmurou: – Ai está o que ganhei por ter procurado compreender esta terra e esta gente... ! (1939, p. 194)

Sim, iria embora daquela terra que não o aceitara, apesar de tôdas as suas intenções cordiais,²⁹ daquela cidade onde êle se sentira como um estrangeiro (1939, p. 193).

Armando, amigo que Geraldo conhece em Blumental, divide com ele o não entendimento daquela cidade. Ao contrário do engenheiro, no entanto, que tenta usar de bom senso para não criar atritos com a população local, em nome do seu interesse em Lore, Armando sempre defende o Brasil. Após a saída de Geraldo de Blumental, Armando também é transferido, por não aceitar multar somente os inimigos do major.³⁰ Em um diálogo com Geraldo, após o fiscal ter saído da cidade, ele explica: “Queriam mandar-me para a colônia italiana. Era só o que faltava... Estou farto de colônias. Isso de me sentir estrangeiro na minha própria pátria... chegou! Vim ver se arranjo para ficar aqui, adido...” (1939, p. 241). Em conversa com Karl Wolff e o promotor, defende com veemência que o Rio Grande do Sul não deveria se separar do Brasil, pois o Sul não conseguiria sobreviver sem o dinheiro que vinha das exportações.

Lore, filha dos Wolff, é a moça pela a qual o engenheiro se apaixona. Tinha o cabelo de um ruivo alourado e os olhos castanhos. Na cidade, achavam que ela era morena, por não ser como a maioria, loira de olhos azuis. Lore tinha carinho especial pelas suas antigas colegas de escola que não eram de Blumental, e sentia inveja da relação dessas colegas, que não eram da colônia, com seus pais:

Como era bonito o abraço brasileiro, um pai acariciando a cabeça da filha. Sua mãe era diferente. Nunca lhe dera um beijo. Não que não a amasse. Mas era o jeito dela. Horror ao sentimentalismo. O pai, para evitar os olhares de censura da mãe, até se desacostumara de acarinhá-la. Quanto ao Karl, nesse nem era bom falar. Um bruto com seus ares de superioridade, a querer mandá-la a querer fazer tudo melhor do que os outros (1939, p. 107).

Moog exagera ao afirmar que todos os alemães tinham olhos azuis, o que fazia de Lore uma “morena”. Ela era somente um exemplo dos descendentes teutos de olhos castanhos. Além disto, ao contrário do restante a família, era uma pessoa que não tinha preconceito contra quem não fosse de ascendência alemã, defendendo que os brasileiros eram mais alegres

²⁹ O uso do termo “cordial” é muito significativo: a cordialidade é o cerne da identidade brasileira de acordo com a obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicada em 1936, referindo-se ao temperamento do povo brasileiro (HOLANDA, 1973).

³⁰ Apesar de Armando também não ser descendente de imigrantes alemães, a sua saída da cidade não é motivada pela questão racial, pois, aparentemente Armando não estaria perturbando ninguém da forma como Geraldo incomodava a família Wolff. Sua saída da cidade deve-se à politicagem no interior brasileiro. Moog não entra nessa questão, aparentemente por não estar disposto a discutir os problemas da sociedade brasileira não relacionados ao problema da colonização alemã.

e carinhosos. Após Geraldo sair da cidade, Alzirinha incentiva Lore a escrever para o engenheiro, e a jovem reflete sobre a situação dos dois:

Êle era digno de um destino melhor. Se casasse com ela, por mas que quisesse evitá-lo, na sua pêssoa havia de ver sempre, em cada gesto, em cada traço, a presença de seus perseguidores. Êle precisava casar com uma mulher do seu povo, de uma raça cordial, suave, sem a carga pesada de ódios seculares, estuando no sangue; de uma raça sem preconceitos de superioridade, sem desejos de vindicta, mas crente no sonho cristão da fraternidade universal...(1939, p. 239).

Lore ironiza a mãe, pelo fato de ter seu namoro proibido. Para Lore, não há diferença entre as raças, e ela explica para Frau Marta: “– Quem vê a mãe falar, há de pensar que temos sangue nobre: devíamos assinar von Wolff...” (1939, p. 116). Podemos depreender com isso que Lore era tão conformista quanto Geraldo, pois também não chega a defendê-lo. Mesmo após sua mãe saber que possui o sangue judeu, e não mais o sangue “ariano puro”, ela não procura ir atrás de Geraldo, e tentar desfazer o mal que sua mãe lhes causou.

O promotor da cidade, no início do romance, explica a Geraldo a desvalorização pelos habitantes de Blumental de qualquer pessoa que não tivesse origem alemã. Assim, ele afirma: “se eu não fosse promotor, como advogado passava fome. Não peguei até agora nenhuma causa por fora” (p. 20). Desta forma, por não possuir origem teuta, não consegue arrumar nenhum trabalho “por fora”. Mais adiante no romance, o mesmo promotor inicia uma defesa bastante exagerada da cultura alemã, inclusive afirmando que a “prosperidade vem da raça e somos um povo forte e decidido” (p. 90). Além desses dizeres, ele utiliza de discursos bastante preconceituosos, como: “– Aqui só dá isso: essa alemoada forte que você está vendo. – E batia amigavelmente no ombro de Karl, que procurava fugir à intimidade. Desta gente não sai Antônio Conselheiro, nem Padre Cícero³¹” (1939, p. 91). Na visão dos personagens que defendiam a cultura alemã, Jacobina Maurer não era uma líder messiânica. Para eles, a história dela foi distorcida ao ser contada por um católico.

Este personagem aparece como uma pessoa não teuta, mas é demonstrada sua defesa veemente da raça alemã. Pode-se compreender que o promotor era como grande parte dos brasileiros que entendiam a raça alemã como superior, mesmo sem pertencer a ela, ainda que

³¹ Padre Cícero foi um líder messiânico que viveu entre meados de século XIX e a década de 30 do século XX. Antonio Conselheiro foi o líder da Guerra de Canudos, que aconteceu na Bahia entre os anos de 1896 e 1897. Conforme Negrão (2001) movimento messiânico “diz respeito à crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissário, e à expectativa de sua chegada, que porá fim à ordem presente, tida como iníqua ou opressiva, e instaurará uma nova era de virtude e justiça” (p. 119) Ambos foram líderes de grande massa de camponeses, opondo-se ao governo. A Guerra de Canudos terminou com a morte de Antonio Conselheiro. Padre Cícero foi excomungado pela Igreja Católica.

os colonos não tivessem interesse em conquistar a admiração da população brasileira.

Mas há aqueles poucos no romance que pertencem ao núcleo de imigrantes alemães, que tendem a defender a nacionalização e a cultura nacional, não condenando a mistura de raças. Um desses personagens é Dr. Stahl, médico da cidade, descendente de alemães, mas que defende que negros e alemães possam ser felizes juntos, desde que haja amor entre eles. Tenta em vão convencer Frau Marta de que os negros e os brancos são iguais, e, em um diálogo com Otto Wolff, ele explica: “O colega vai gostar de Blumental – Assegurou Stahl, despedindo-se. – Aqui tudo imita a Alemanha. Até a natureza, para ser agradável, pôs a nossa disposição um rio que imita o Reno” (1939, p. 225).

Assim, podemos perceber claramente que Vianna Moog buscou demonstrar por meio de situações até mesmo extremas que havia total desinteresse dos habitantes de origem teuta – ou, pelo menos, da maioria deles – por qualquer pessoa que não tivesse essa origem. No romance, como vimos, as pessoas que vem de fora da cidade e não fazem parte daquele universo não são bem recebidas, apesar de se esforçarem para entender aquela cultura diferente. Com isso, o autor difunde a ideia de que os brasileiros que chegavam às colônias alemãs tentavam ser incorporados a ela, mas encontravam uma comunidade extremamente fechada em que não eram aceitos.

Assim, Vianna Moog publica no final dos anos 1930 uma obra bastante polêmica, e que por isto mesmo faz bastante sucesso e adquire notável repercussão. Podemos observar que muito do que ele escreveu foi baseado na sua vivência, com sua a família materna de ascendência açoriana e da família paterna de ascendência alemã; ele vivenciou plenamente as diferenças entre as duas culturas. No livro *Um rio imita o Reno*, Moog apresenta uma obra em que a colônia alemã no Brasil é representada como bastante fechada à cultura brasileira, predominando uma defesa exagerada de tudo o que fosse de origem teuta. A maioria dos personagens destacados pelo romance tem uma visão preconceituosa contra os não alemães, considerando-os como “raça inferior”, em uma cidade em tudo lembra a Alemanha. Acreditamos que o sucesso da obra esteja relacionado com a imagem da colônia alemã difundida Moog, que convergia com que as inquietações da população brasileira acerca das colônias alemãs.

Podemos com isso questionar se a visão de Frau Marta e Karl Wolf representa a sociedade de Blumental, descrita por Moog. Na prática, isso de fato acontece, pois deve ser

levado em conta que, no romance, dentro da comunidade de origem germânica, somente estes personagens têm voz. Há muitos momentos do romance, já citados anteriormente, em que é dada bastante ênfase à cultura alemã, como na briga, durante o jogo de bolão, em que brasileiros e alemães entram em conflito: os alemães preferem continuar com o jogo típico alemão e os brasileiros querem silêncio para assistir ao concerto do famoso violinista. Em outros momentos, o uso da língua alemã se mostra mais frequente que o do português.

Apesar desses exemplos, Moog também apresenta algumas situações em que há uma integração entre os habitantes de Blumental com a cultura brasileira, como, por exemplo, o caso das coloninhas que querem casar com brasileiros, almejando assim, uma ascensão social, para não ter que trabalhar na roça. Ou, de Hans Fischer, que pretendia se casar na Igreja Luterana, mas em língua portuguesa. Outro exemplo é o da personagem Alzirinha, brasileira, que irá se casar com um descendente de alemães. E, por último, a culinária, que Moog apresenta em um contexto tipicamente alemão, mas em que há uma clara mistura com elementos da culinária brasileira. Nesses casos, Moog apenas cita, mas não enfatiza essas situações. Podemos admitir a hipótese de que ele pretendia escrever um romance que fosse uma boa descrição das sociedades de imigrantes alemães, e por isto registrou aqueles elementos de mistura cultural, mas, por outro lado, ao defender o alemanismo naquela sociedade, ele não valorizou os aspectos que demonstravam a integração que já havia entre os descendentes de alemães com a população e com cultura brasileiras.

Entretanto, a visão de Moog não era a única, e mesmo que bem recebida pelo público em geral, não expressava a visão de todos os brasileiros. No próximo capítulo, trataremos do questionamento dessas ideias, demonstrando que havia quem percebesse a colônia alemã de uma maneira diferente da apresentada por Moog.

4. CAPÍTULO III: *LONGE DO RENO*: A CONTESTAÇÃO

4.1 Bayard Mércio: dados Biográficos

Conforme dissemos anteriormente, Bayard Mércio publicou somente um romance, que é a obra analisada no presente estudo, *Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog*. Talvez pelo fato de que sua obra não teve grande repercussão, o autor, até o presente momento, não havia sido estudado adequadamente. Sua obra ficou sempre à sombra da obra de Moog, a quem ele objetivou dar uma resposta.

No que diz respeito à biografia do autor, encontramos somente poucas linhas em dois dicionários sobre autores gaúchos. Um deles é o livro *Escritores do Rio Grande do Sul*, de Ari Martins (1978) e o outro é o *Dicionário bibliográfico gaúcho*, de Pedro Leite Villas-Boas, (1991).

Pela escassez de pesquisas e dados sobre o autor nas obras já conhecidas, foi fundamental localizar familiares para fazer o levantamento correto de dados a seu respeito, para compreender exatamente quem foi o autor, qual foi sua relação com a comunidade alemã e quais suas motivações em escrever o livro, dados que realmente nunca haviam sido pesquisados. Primeiramente, localizamos os acervos documentais das cidades em que o autor residiu, que poderiam conter os periódicos com os quais Mércio colaborou e documentos da sua atuação na administração pública. Entretanto, esses acervos são bastante precários, não tendo sido possível localizar esses materiais.

Neste contexto, a obtenção de informações a partir de relatos orais tornou-se a única forma de acesso a determinados pontos da trajetória do autor, constituindo uma documentação essencial para o trabalho. Para Sônia Maria de Freitas os depoimentos pessoais são de extrema importância, pois passam a constituir documentos como quaisquer outros, ou seja, “definem-se em função das informações, indicações, esclarecimentos escritos ou registrados, que levam a elucidar questões de determinadas questões e funcionam também como provas” (2006, p. 46). Desse modo, tendo como único recurso a fonte oral, conversamos com a filha mais velha de

Bayard, a senhora Naiar Mércio Feltes³², a quem, inclusive, o autor dedicou seu livro. Foi ela quem nos apresentou grande parte dos dados obtidos.

Bayard de Toledo Mércio nasceu em 21 de fevereiro de 1916, na cidade de Venâncio Aires. Filho do casal Tomás Pereira Mércio, escrivão, e da dona de casa Maria do Carmo Toledo Mércio, tinha somente um irmão, Cláudio de Toledo Mércio³³, que foi intendente da cidade de Estrela entre os anos de 1941 e 1943, tendo sido nomeado pelo interventor estadual, Cordeiro de Farias (VIANNA, 2010).

No ano de 1935, aos dezenove anos, ele se mudou juntamente com o irmão Cláudio para Porto Alegre, com o objetivo de estudar. A escolha foi pela Faculdade de Direito da URGS, (atualmente, Universidade Federal do Rio Grande do Sul), e residiram na Casa do Estudante, na mesma cidade. Coincidentemente ou não – já que aquele era um local privilegiado para o debate de ideias – ambos os autores, Moog e Mércio, estudaram nessa faculdade, com uma diferença de cerca de 10 anos. Durante esse tempo, para conseguir se sustentar em Porto Alegre, longe da família, Mércio trabalhou como cobrador do Grêmio Foot-ball Porto Alegrense. Ainda como estudante de direito, Mércio fez parte da diretoria do Esporte Clube Americano-Universitário, clube de futebol de Porto Alegre, o que demonstra o interesse pelo esporte que seria demonstrado em *Longe do Reno* (NO AMERICANO UNIVERSITÁRIO, 1937).

No ano de 1936, casou-se com sua amiga de adolescência, Núbia Martins, que conheceu na cidade de São Jerônimo, onde havia morado em função da transferência de seu pai. O jovem casal foi morar em uma pensão na cidade de Porto Alegre, e Bayard continuou trabalhando como cobrador do Grêmio enquanto prosseguia em seus estudos no Direito.

Em 1938, formou-se na faculdade e foi trabalhar na Prefeitura de Porto Alegre. Nesse mesmo ano, foi cedido ao governo do estado do Rio Grande do Sul para trabalhar como funcionário estadual. No mesmo ano de 1938, recebeu o convite do Interventor Estadual, Cordeiro de Farias, para acompanhar o recém-nomeado Intendente Egídio Costa para a cidade de Taquara, cidade de colonização alemã no Vale dos Sinos.

A filha de Bayard não possui informação exata sobre a ligação de seu pai e seu tio

³² Entrevista realizada em 11 de abril de 2013, na cidade de Novo Hamburgo.

³³ Claudio de Toledo Mércio, irmão do autor, foi um poeta gaúcho que viveu entre os anos de 1913 e 1988 (VILLAS-BÔAS, 1991).

com Cordeiro de Farias, e não foi encontrada nenhuma explicação para isso, mas o fato é que os irmãos Mércio, Bayard e Cláudio, tiveram relação muito próxima com o interventor. Enquanto Bayard, aos 22 anos, foi enviado para Taquara³⁴ com a importante tarefa de ser secretário municipal, em 1941 seu irmão Cláudio foi nomeado Intendente, cargo equivalente ao de prefeito municipal, da cidade de Estrela (SCHIERHOLT, 2002 p. 888-889).

Entre os anos de 1938 e 1942, Bayard Mércio foi secretário municipal da cidade de Taquara. Ainda em 1938 fundou o jornal *Folha de Notícias*, que circulou na cidade até 1942, ano em que Bayard, juntamente com o prefeito Egídio Costa, pediu exoneração do cargo a Cordeiro de Farias. A partir de 1942, juntamente com a *Folha de Notícias*, Bayard editou o jornal *A Semana*, que pertencia à sua esposa Núbia e do qual era diretor. Este segundo jornal circulava na cidade de Estrela, município em que seu irmão era prefeito, e começou a ser editado em comemoração ao primeiro aniversário da administração de Cláudio Mércio.

Conforme Schierholt (2002), o jornal era cheio de elogios à administração do prefeito Cláudio, chamando-o de “pai da pobreza de Estrela que até hoje chora sua saída” (p. 65). O mesmo autor argumenta que os elogios eram bastante suspeitos, uma vez que vinham de um jornal escrito pelo seu irmão. Em 1940, ainda em Taquara, publicou seu livro *Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog*. Em 1941, ele publicou *Os principais fatos do município de Taquara*, que relatava brevemente a história do município, desde a fundação, no ano de 1846, até o início da gestão do prefeito Egídio Costa, em 1938.

O livro começa narrando a formação da cidade de Taquara, descrevendo seus limites geográficos, seguindo pela doação de terras até a venda destas para Tristão Monteiro, fundador da colônia, que começa a receber imigrantes alemães a partir de 1846. O livro apresenta dados sobre a emancipação do município e seus prefeitos até o ano de 1938. Ao final, Bayard afirma que a intenção dele era servir de base a outros estudos, já que ele pesquisou em arquivos sobre a história da cidade, e até então, isso não havia sido feito (MÉRCIO, 1938, p. 17). Esse livro foi originalmente publicado como separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, do qual Mércio era membro correspondente.

³⁴ Nos anos em que Taquara foi administrada por Egídio Costa, o município era o 12º mais populoso do Estado, figurando assim, entre os mais importantes. Isso demonstra que Egídio e Bayard dispunham de algum prestígio e credibilidade junto ao governo estadual, e por essa razão foram designados para administrar a cidade (COSTA, 1942, p. 67).

Conforme a filha Naiar, entre os anos de 1942 e 1943 eles residiram na cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul, onde já morava o irmão de Bayard, Cláudio. Nesse município, Bayard foi secretário geral da administração municipal, assumindo por diversas vezes a prefeitura interinamente, na ausência de seu irmão. Também seguiu publicando o jornal, que já editava desde 1942, em Taquara. No ano de 1945 foi aprovado para o concurso de juiz de direito de entrância especial, sendo nomeado como o primeiro juiz de direito de Novo Hamburgo, retornando assim para uma cidade de origem teuta (SCHIERHOLT, 2002, p. 888-889).

Ainda conforme depoimento da filha, no ano de 1951, contrariando a esposa Núbia, que o incentivou a fazer o concurso e seguir na magistratura, exonerou-se do cargo de juiz para concorrer a prefeito da cidade de Novo Hamburgo. Para a filha, a vitória de seu pai parecia certa, pela quantidade de pessoas que o apoiavam nos comícios. Mas, ao contrário do que se esperava, ele perdeu as eleições para o candidato Plínio Arlindo de Moura. Em 1957, realizou novamente o concurso para Juiz de Direito, e assumiu a Comarca da cidade de Bom Jesus. Entre os anos de 1957 e 1963, foi juiz nas cidades de Três Passos, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Santo Ângelo.

Em 1960, foi transferido para Santo Ângelo, onde fundou o curso de Direito, sendo esse o primeiro curso superior do município. Mércio também foi professor e paraninfo da primeira turma de formandos do curso. Em 1963, foi agraciado com o título de cidadão santo-angelense, pelas suas contribuições para a cidade. Antes disso, no ano de 1957, já havia recebido a mesma honraria da cidade de Júlio de Castilhos, sendo considerado cidadão castilhense. No ano de 1966, finaliza o curso de filosofia na Universidade do Vale do Rio Dos Sinos (Unisinos).

Conforme a filha, essa faculdade o habilitava a trabalhar com filosofia e psicologia, área pela qual Bayard mais se interessou. Ainda nos anos 1960, foi juiz eleitoral na cidade de Montenegro, e em 1964 foi promovido para Porto Alegre, aonde chegou a ser presidente do Tribunal do Júri. Permaneceu em Porto Alegre até sua aposentadoria, em 1970. Fixou residência na cidade de São Leopoldo por cerca de 25 anos, quando, a pedido das filhas, transferiu-se para Novo Hamburgo, por motivos de saúde. No ano de 2001 recebeu a Comenda da Cruz Missioneira, na cidade de Santo Ângelo, grande honraria da cidade. Nos últimos anos de vida, trabalhou com parapsicologia.

Nos anos em que estive na cidade de Novo Hamburgo, foi diretor da Escola Estadual Alberto Pasqualini, fundou a Loja Maçônica Ruy Barbosa, o Aeroclube de Novo Hamburgo, onde inclusive era piloto, e uma vila, que, conforme a filha do autor, durante anos as pessoas chamaram de Vila Bayard. Hoje esse local é o bairro Liberdade.

Bayard de Toledo Mércio faleceu em 24 de setembro de 2001, sendo suas cinzas jogadas na cidade de Novo Hamburgo – parte no bairro Liberdade, parte no Aeroclube que ajudou a fundar, e o restante enterrado na cidade de São Leopoldo.

4.2 Bayard Mércio e as comunidades alemãs

Escrita para polemizar, a obra de Mércio foi sempre estudada em função do livro de Vianna Moog, mas sem maiores detalhes ou aprofundamentos. Isto pode ser explicado pelo fato de que a obra de Moog teve grande repercussão, sendo o livro de Mércio citado apenas como uma “curiosidade” na trajetória de *Um rio imita o Reno*. Nunca houve uma tentativa de compreender as motivações de Mércio em escrever uma obra que se posicionasse tão decisivamente em defesa das comunidades alemãs, em face do programa de nacionalização.

Na época em que Mércio escreveu o romance, parecia haver um pensamento único, no sentido de atacar as comunidades de origem teuta, afirmando que elas recusavam a integração com a cultura nacional, o que explica o romance de Moog, e ao mesmo tempo, o sucesso e o reconhecimento que o escritor ganhou em função dele. Mércio procurou ir no sentido contrário, o que era o mais difícil, pois aparentemente eram poucos os que pensavam como ele. É importante salientar que Bayard não era de família teuta, mas, como já apresentado anteriormente, passou anos de sua vida nessas regiões.

Primeiramente, é importante nos reportarmos a Taquara, primeira cidade de descendentes alemães onde o autor viveu e, mais importante que isso, onde ele escreveu *Longe do Reno*. Na cidade, pouco se sabe sobre o autor – com o tempo, sua passagem por lá foi se apagando. O Arquivo Público Municipal não contém nenhum material que possibilite obter informações sobre ele e seu trabalho em Taquara, e a biblioteca pública sequer possui algum exemplar de seus livros ou do jornal que ele publicava. Toda a documentação de nossa

pesquisa, como exemplares do jornal *Folha da Tarde* e o *Relatório da Prefeitura Municipal de Taquara*, de 1942, foi obtida através de antigos moradores da cidade e com a família de Mércio.

Este relatório foi editado em 1942 pelas Oficinas Gráficas Rotermond, tendo sido enviado ao interventor Cordeiro de Farias em abril daquele ano, relatando todas as realizações do governo entre 1938 e 1942, tempo em que o Prefeito Egídio e seu secretário Bayard estiveram à frente da prefeitura. O documento faz um comparativo da situação do município em vários âmbitos, desde quando Costa e Mércio assumiram a prefeitura até o final das suas gestões. O documento foi finalizado com o pedido, pelo intendente e pelo secretário Bayard, de exoneração dos seus cargos.³⁵

Novamente, a entrevista com a filha do autor foi o que nos trouxe maiores informações acerca de sua passagem pela cidade. No ano de 1938, como já citado, ele chegou com a esposa à cidade de Taquara, para assumir o posto de secretário municipal, ao lado do intendente municipal nomeado, Egídio Costa. A filha Naiar nasceu nessa cidade, no ano de 1938. Apesar de ser criança na época em que morou em Taquara, ela recorda de alguns fatos, e de outros tem a memória do que sempre contavam sua mãe e seu pai. Segue o relato da senhora Naiar sobre a vida da família Mércio em Taquara, e o início do contato com a população de origem alemã:

Meu pai e minha mãe foram pra Taquara, e foram de tal forma bem recebidos na cidade que adoraram morar lá. Em Porto Alegre, eles moraram só numa pensão com um quarto praticamente sem móveis, não tinham praticamente nada. Aí, em Taquara, meu pai mobiliou uma casa, e comprou até um piano que ninguém tocava.

Meu pai contava das festas que tinha em Taquara, que eles adoravam. Saíam em carroças, iam uns nas casas dos outros, iam para minha casa ouvir minha mãe tocar piano, era tudo sem maldade. Tinha uma festa de São João, em que iam nas carroças, brincando o tempo todo. Eles falavam muito isso. Quando saíram de Taquara, eles sentiram falta disso, pois não tiveram essa receptividade em outros lugares. Nesses outros lugares, as pessoas pareciam não ter o olhar tão puro como as pessoas de Taquara (ENTREVISTA REALIZADA EM 11/04/2013).

Essa lembrança da senhora Naiar Mércio Feltes sobre a receptividade na cidade de Taquara pode ser de fato verídica, embora tenhamos que levar em conta que, em Taquara, Bayard havia se tornado uma autoridade do governo. Do relatório de 1942 constava uma carta enviada ao presidente Getúlio Vargas, em 1939:

³⁵ Havia apenas um rápido comentário de que o pedido de exoneração já havia sido feito verbalmente, mas o motivo não é citado.

Tendo há três meses, deixado a Prefeitura de Porto Alegre, onde como engenheiro, exercia as minhas funções para, (...) assumir o cargo de Prefeito de Taquara, fui recebido, como obscuro representante do regime novo, com as maiores demonstrações de simpatia e confiança. É que o povo desta terra acredita firmemente na era que se inicia. E só aceitei a missão que me foi incumbida, pelo desejo de trabalhar, na grandeza de nossa Pátria. (1942, p. 46)

Essa carta do prefeito reafirma o que a Senhora Naiar comentou: a comunidade taquarense recebeu-os muito bem, de modo que eles gostaram muito da nova cidade e assimilaram os novos costumes. Mas, conforme o relato de Egídio Costa, eles foram enviados por um motivo bastante específico: iniciava-se o Estado Novo e os tempos eram de Campanha de Nacionalização (COSTA, 1942, p. 2). Mesmo com a adaptação tão boa de Egídio e Bayard ao município, algumas situações aconteceram no período em que eles estiveram no município em que eles tiveram que seguir as orientações do Estado Novo.

Há alguns relatos na cidade de como se deu lá a Campanha de Nacionalização. Aparentemente, foi no ensino que aconteceram as maiores interferências da administração do prefeito Egídio Costa, assessorado por Bayard Mércio. No relatório enviado a Cordeiro de Farias, em 1942, o Prefeito Egídio discorreu sobre a situação da educação no município. No que diz respeito ao ensino, eles procuraram nacionalizar as escolas e trocar os professores que não conheciam a língua portuguesa. Conforme o relatório:

Eram esses professores ou quasi analfabetos ou não conheciam o português, lecionando os alunos na língua alemã, conforme ficou apurado, no primeiro concurso que mandámos realizar. (...)

Compreendendo a grande importância da instrução pública no Brasil, maximé em Taquara, onde, por se tratar de um município cuja população é na sua maioria de origem alemã, e a sua função não é apenas de alfabetizar, mas, também de *nacionalizar*, seja ensinando a língua vernácula, seja despertando o amor e o respeito à Pátria, procuramos, desde o início da nossa administração, reformar o ensino municipal, com o fim de melhorá-lo (1942, p. 13).

Por estes dados apresentados, podemos perceber que a cidade já começava a sofrer mudanças em função da nacionalização desde a chegada dos novos nomeados para a administração municipal. Para corroborar esses dados, o prefeito Egídio continua seu relatório explicando que: “Em 1939, realizámos o primeiro concurso, dirigido e executado pela Diretora do Grupo Escolar desta cidade, no qual foram eliminados 28 professores por incompetência ou por não saberem o idioma pátrio, sendo sido substituídos por moças competentes” (1942, p. 13). Falar português era a condição desta “competência”.

Discurso muito semelhante a esse consta no jornal *Folha de Notícias*, de 21 de abril de

1939, em edição especial comemorativa do primeiro ano da administração de Egídio Costa, contendo 16 páginas e um suplemento ilustrado com 8 páginas. Na edição de 15 de maio de 1939, o jornal *O Momento*, de Caxias do Sul, apresenta um artigo sobre esta edição especial. O autor deste artigo explica que o objetivo da publicação da nominada edição foi de assinalar “a primeira etapa vencida com galhardia pela operosidade governamental do ilustre engenheiro Dr. Egídio da Costa” (A “FOLHA DE NOTÍCIAS” E O GOVERNO DE TAQUARA, 1939).

De fato, a edição especial do jornal *Folha de Notícias*, de 21 de abril de 1939, foi utilizada para ovacionar o primeiro ano do governo do prefeito Egídio da Costa e constam minúcias das realizações do governo do novo prefeito na cidade, tais como o concurso para o magistério. Nessa edição, Mércio, que era diretor e editor do jornal, argumentava sobre os motivos do concurso para professores realizado no município em 1939. Além dos dados já mencionados, ele concluiu sua reportagem da seguinte maneira:

Finalmente neutralizou-se o efeito prejudicial de varias escolas particulares suspeitas de ministrar ocultamente outros idiomas, mandando fechá-las e criando aulas nas proximidades das mesmas, regidas por elementos de absoluta confiança e reconhecida capacidade.

Procurando incentivar o civismo dos alunos nas colônias chamadas teuto-brasileiras, a inspetoria escolar deste município autorizada pelo Dr. Prefeito, convidou varias aulas a tomarem parte na semana da raça³⁶ Tal iniciativa foi coroada de brilhante exito tendo comparecido das zonas rurais perto de seiscentas crianças entusiasmadas com as festividades.

Todas as medidas foram adotadas com a única preocupação de servir bem a instrução publica desta comuna, contribuindo o município de Taquara com a sua parcela para o engrandecimento do nosso país, recebendo não somente os aplausos gerais da população rural como tambem do próprio professorado (1939, p. 8).

É importante observar que, no texto do *Relatório do Município de Taquara* (1942) constam alguns dados não apresentados na reportagem do jornal. No relatório, o texto segue com a apresentação, pelo prefeito, de informações sobre a colocação em prática da ação nacionalizadora: “Taquara recebeu, de modo completo, os benefícios da ação patriótica do benemérito Governo de V. Excia, relativa à instrução pública no Rio Grande do Sul” (1942, p. 15). O Relatório afirma também que, quando o prefeito e seu secretário assumiram o município, havia na cidade quatro escolas estaduais, ou seja, que já não ensinavam o idioma

³⁶ A semana da raça era uma festividade cívica em que a “grandeza da raça brasileira” era demonstrada por escolares pela prática de exercícios físicos. O aprimoramento racial para a formação de uma etnia perfeita eram os objetivos do evento (LYRA, MAZO, 2011, p.7).

alemão, e que, em 1942, ano do relatório e no qual estavam deixando a cidade, esse número havia subido para nove.

A situação das escolas em Taquara foi apresentada como se tudo tivesse funcionado da maneira como havia sido proposto pela Campanha de Nacionalização: além do crescimento do número de escolas estaduais, foi também aberto na cidade, no ano de 1938, o Ginásio Adventista³⁷, escola de ensino secundário (1942, p. 15). Também havia as escolas de freiras, como o colégio Santa Teresinha, criado na década de 1920 pelo padre Alberto Colling e por quatro freiras “que há pouco haviam chegado da Alemanha” (MONEGO, 2008, p. 745). No relatório enviado ao interventor somente consta que: “Conta, entretanto, o município, além de algumas aulas isoladas, com dois ótimos estabelecimentos de ensino primário: o colégio Santa Terezinha, desta cidade, e o Colégio da vila de Gramado, ambos dirigidos por freiras” (1942, p. 16).

Aparentemente estava tudo bem com a escola dirigida por freiras vindas da Alemanha ou, ao menos, assim foi comunicado oficialmente ao interventor. Conforme Sybilla Maria Monego, que fez um estudo sobre a história da escola, a situação era bastante diferente:

Em 1939, (ano que começou a 2ª Guerra mundial), o Colégio passou por uma fiscalização, visto que, no Brasil, estava em vigor a nacionalização das escolas, movimento que ocorreu no governo de Getúlio Vargas. Assim, o ensino no SANTA³⁸ devia ser supervisionado por professoras brasileiras. Entre outras determinações, a Fiscal havia dado, certa vez, a seguinte ordem para a Semana da Pátria: a cada manhã, hasteamento da bandeira e hino nacional; a tarde, arreamento da bandeira, executado por duas meninas, devendo ser cantado o Hino a bandeira. No dia 3 de setembro, passeata pela cidade; no dia 5, exercícios de ginástica, bailados e jogos; no dia 7, concentração de todas as escolas na Praça. No fim do ano, as provas de Civismo, História da Pátria, Geografia e Português foram corrigidas pelas Professoras fiscais. Em 1940, por ordem do Ministério de Educação, devia ser tratado nas escolas o tema sobre o Centenário de Portugal, sendo que no dia 27 de junho, foi realizado, como homenagem, um ato cívico. Transcorreram, assim, muitos eventos patrióticos durante todos os anos da era Getuliana. Irmãs e alunos se esmeravam nos ensaios e apresentação (2008, p. 746 - 747).

Aparentemente, as ações da Campanha de Nacionalização sobre a escola das freiras foram ocultadas pelo prefeito e pelo secretário, que demonstravam haver realizado com eficiência o trabalho para o qual foram designados, mas sem entrar em detalhes. No entanto, como Costa e Bayard foram nomeados para Taquara justamente para implantar a Campanha

³⁷ O Ginásio Adventista foi fundado em 1938, pelos missionários estadunidenses Abraham Harder e sua esposa Mary. A escola funciona ainda hoje, com o nome de IACS (Instituto Adventista Cruzeiro do Sul). Mesmo sendo uma escola particular, é hoje a escola com maior número de alunos na cidade (MACEDO, 2008, p. 778-791).

³⁸ Escrito em letras maiúsculas pela autora. No município, o colégio Santa Teresinha é popularmente conhecido por “Santa”.

de Nacionalização, esta omissão aparentemente desvaloriza o trabalho deles como representantes do Estado Novo, porque de fato a Campanha foi colocada em prática por eles, que não deram maior destaque a isto no Relatório.

Apresentando os fatos de que havia sido mais que dobrado o número de escolas estaduais, criada uma escola adventista, e de que a escola das freiras funcionava muito bem, foram finalizados os relatos sobre o ensino na cidade de Taquara enviados a Cordeiro de Farias. Vimos que a verdadeira situação da escola das freiras foi ignorada, e que a escola passou por severa fiscalização para continuar em funcionamento. Mas, além de todas essas situações, o fato de maior gravidade no que diz respeito ao ensino na cidade não foi mencionado, ao menos na comunicação oficial: o fechamento da Escola Luterana Dorothea Schäfke. Esse dado em momento algum aparece no relatório, e a escola luterana tampouco é citada nele.

A escola Dorothea Schäfke foi fundada em 1931, recebendo o nome da esposa do pastor luterano recém chegado à cidade, Hermann Schäfke. De fato, entre os anos 1920 e 1930 era comum o envio de pastores luteranos da Alemanha para as colônias de imigrantes alemães no Sul do Brasil, para realizar os cultos em alemão, e atender às populações que ainda não falavam português (KERBER, 2008, p.26). O casal Schäfke chegou à cidade de Taquara juntamente com as filhas e abriu uma escola infantil, chamada de *Kindergarten*³⁹, para atender aos filhos dos luteranos, descendentes de imigrantes que havia na cidade e que somente falavam a língua alemã. Na época da Campanha de Nacionalização, mais especificamente no ano de 1939, a escola sofreu pesada repressão por parte do governo, pois seus responsáveis, o pastor Schäfke e sua esposa, não sabiam falar português.

No artigo *Dorothea Schäfke: história e memória* (2008), Kate Fabiani Rigo explica que a Campanha de Nacionalização afetou muito a vida do casal Schäfke, pois ambos somente falavam o alemão. A filha do casal, Rose, era a única da família que falava português, e isto fez com que ela “e o pastor, ficassem durante a madrugada traduzindo para o português o culto que seria proferido na manhã seguinte para a comunidade” (2008, p. 771-772).

Pela falta do conhecimento do idioma português, o pastor e sua esposa foram acusados de não quererem se nacionalizar e foram dispensados da escola que criaram, sob a acusação

³⁹ Do alemão, jardim da infância.

de serem “desnacionalizados” (2008, p. 771). A escola Dorothea Schäfke foi fechada em 1939, por imposição do Estado Novo e transformada em escola estadual, passando a ser comandada pela filha do casal Schäfke, Rose Marie (HAAG, 2008, p. 1.086). A escola somente foi reaberta novamente com o nome da fundadora, Dorothea Schäfke⁴⁰, nos anos 1960.

Ironicamente, esse fato tão importante também não consta no relatório enviado ao interventor estadual. Podemos imaginar o porquê de este fato ter sido ignorado pelo prefeito e secretário municipal. Se analisarmos o livro *Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog*, podemos observar que Mércio dedica o livro a familiares (pai, mãe, irmão, esposa e a filha), ao prefeito municipal, Egídio Costa, a Clóvis Pestana e ao nome que nos interessa no momento, ao secretário estadual de educação, José Pereira Coelho de Souza, autor do livro já abordado anteriormente, *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Pode-se imaginar que, dedicando o livro ao secretário, e também incluindo uma citação de discurso de Getúlio Vargas, Mércio reforçava sua lealdade ao regime, porque seu livro poderia ser visto como um questionamento das ações da Campanha de Nacionalização. No romance, a Campanha já havia sido plenamente realizada e, portanto, o problema do perigo alemão já havia sido resolvido, questão citada rápida e superficialmente.

Chama muita atenção a omissão do fechamento da escola. Podemos questionar se o objetivo de Egídio e Mércio seria ficar de fora do conflito e não alimentá-lo, ao contrário da maioria das pessoas. O romance pode nos dar um indício dessa aparente apatia em face do problema, pois ele não nos apresenta absolutamente nada sobre as tensões provocadas pela nacionalização.

Podemos afirmar mais firmemente essa teoria analisando o relatório enviado ao interventor em sua explanação sobre as escolas juntamente com o romance de Bayard, no qual a cidade fictícia de Cruzeiro estava perfeitamente nacionalizada, de modo que a missão deles havia sido cumprida plenamente e a Campanha de Nacionalização parecia ser desnecessária. Para o prefeito Egídio Costa e o secretário Bayard, a situação das escolas estava sob controle, ou seja, foram criadas escolas estaduais, não havia escolas alemãs e as únicas escolas particulares, o ginásio adventista e o colégio de freiras, não apresentavam qualquer tipo de ameaça à cultura nacional. Podemos, com isso, perceber que tanto no relatório, como no

⁴⁰ A escola hoje se chama Centro Sinodal de ensino Médio Dorothea Schäfke.

romance, não constava conflito nenhum, o que é uma visão muito distante do que estava de fato acontecendo.

Não foi somente a escola luterana que sofreu com a Campanha de Nacionalização nos anos de governo do prefeito Egídio Costa. Toda a comunidade luterana estava sob observação, especialmente após a proibição do uso do idioma alemão. Sobre essa perseguição aos luteranos na cidade de Taquara, Haag (2008) explica:

No cenário mundial estava ocorrendo a II Guerra Mundial. A censura começou a agir sobre esta comunidade de origem germânica, e os relatos históricos começam a rarear. Com este silêncio imposto, a comunidade começou a se abster da atividade social taquarense, limitando-se a sua atividade litúrgica. O P. Schäfke, que era alemão, foi obrigado a conduzir uma Bandeira Brasileira igreja adentro e esta permaneceu durante muitos anos no interior da mesma⁴¹. Foi um gesto considerado humilhante. Os cultos, e todas as atividades comunitárias tiveram que ser em português e chegavam a ser vigiadas. Muito material escrito em alemão foi destruído. Perderam-se enormes fontes históricas. Um fato curioso: no “hall” de entrada da atual igreja, há uma placa em mármore, com uma homenagem em alemão ao P. Roos. Pertencia à antiga igreja e data de 18 de janeiro de 1874. Esta teve que ser coberta com massa e só foi recuperada (descoberta) em 1972, quando a comunidade festejou o centenário do início da construção do primeiro templo (2008, p. 1.086).

Por isto, o Pastor Hermann Schäfke era visto com desconfiança pela polícia e acusado de espionagem, sendo obrigado a fazer seus sermões em um português que quase não era compreensível ao público, em função de seu forte sotaque. Segundo Dillenburg (1995) e Regiani Müller Martins (1987), o Pastor Hermann teria sido o único pastor luterano vindo da Alemanha que não foi preso sob a acusação de ser “súdito do Eixo” (DILLENBURG, 1995, p. 98). Martin Dreher fala em “a maioria dos pastores”, citando vários casos de pastores presos e de um que escapou porque conseguiu um atestado de insanidade mental (DREHER, 1994, p. 88).

Sobre o período da administração do prefeito Egídio e do secretário Bayard, Dillenburg (1995) afirma:

Outras medidas praticadas em Taquara foram a proibição de livros em idioma alemão, falar em público no mesmo idioma, destruição de publicações estrangeiras, (...) invasão a domicílio. Em 1942 haviam sido registrados nos livros da Delegacia de Polícia local 111 ocorrências, a maior parte por suspeitas de falarem o alemão, assim como queixas contra pastores evangélicos, apreensão de uma bandeira nazista e destruição de vários aparelhos de rádio transmissores e receptores (1995, p.98).

⁴¹ Conforme Regiani Müller Martins, até os anos 1980 a bandeira do Brasil continuava dentro da Igreja Luterana de Taquara. Nos dias atuais a bandeira não está mais lá.

Martins (1987) narra outros episódios acontecidos em Taquara durante a Campanha de Nacionalização: foi retirado da frente da Sociedade de Canto 5 de maio um pesado bloco de pedra, com dizeres escritos em alemão, alusivo ao cinquentenário da sociedade, em 1936. Essa pedra foi retirada por descendentes lusos, auxiliados por bois, com o objetivo de demonstrarem-se contrários às manifestações da cultura alemã que lá aconteciam. Em registros da família Herrmann⁴², consta a fotografia oficial do cinquentenário da sociedade, em que aparecem vários homens e a bandeira nazista aberta em primeiro plano, o que pode explicar as razões da ira da população da cidade. A mesma autora afirma que outra sociedade, a Sociedade Atiradores, foi fechada, teve suas armas recolhidas e nunca mais devolvidas. A Sociedade somente voltou a funcionar em 1946, com a especificação de utilizar armas de menor calibre (1987, p. 425).

Mas há outros fatos que beiram a anedota quando se refere à situação do ensino na cidade de Taquara. Martins (1987) narra outros eventos envolvendo o período em que Bayard e o prefeito Egídio Costa estiveram à frente da prefeitura, como o estranho fato ocorrido em 1941, em que a então diretora do Grupo escolar Rodolfo von Ihering⁴³, juntamente com um grupo de professores, solicitou junto ao Secretário de Educação e Cultura, Coelho de Souza, a “troca do nome do grupo escolar Rodolfo von Ihering, em protesto contra o afundamento dos navios brasileiros pelos alemães” (1987, p. 419).

O Grupo Escolar havia sido inaugurado em 1919 e, como forma de homenagem a um taquarense ilustre, tinha ganhado o nome de Rodolpho von Ihering em 1939, ano de sua morte. Ele era filho de Hermann von Ihering, primeiro médico a residir em Taquara, e fez estudos pioneiros sobre a flora e a fauna brasileira. Ainda assim, essas pessoas repudiaram o nome de um descendente de imigrantes alemães dado à escola e defenderam que seria mais importante ter um nome legitimamente brasileiro.

Achando absurda a proposta, o Secretário não aceitou a troca do nome da escola e ainda publicou um artigo no jornal *Correio do Povo*, em 29 de março de 1942, constando um repúdio à atitude das professoras taquarenses. O secretário afirmou no artigo, que “a

⁴² Entrevista com a senhora Eliana Herrmann, neta de Albino Herrman, membro da diretoria da Sociedade na época do cinquentenário, realizada em Taquara no dia 13/04/2013.

⁴³ Rodolpho von Ihering nasceu em Taquara em 1883 e faleceu em São Paulo, em 1939. É referência no mundo inteiro até os dias de hoje, como zoólogo e pai da piscicultura. Era neto do famoso jurista alemão Rudolf von Ihering, que escreveu a obra *O objetivo do direito* (1877), exercendo influência internacional, inclusive sobre a Escola de Direito do Recife, um dos mais importantes centros de modernização da intelectualidade brasileira no final do século XIX (KAUTZMANN, 2008).

degradação cívica que se pretende impor a memória do patrono da unidade escolar daquela cidade, mercê de sua condição de teuto-brasileiro, é iniciativa antipatriótica e merecedora de repulsa administrativa” (SOUZA, 1942). A resposta do secretário certamente não era o que a comunidade esperava. Além de não concordar com a troca do nome da escola, Coelho de Souza ainda condena esta atitude.

O secretário defendia que o problema não estava em ser de origem alemã, mas na possibilidade de que as comunidades alemãs não quiserem se integrar, ou seja, o problema seria o exclusivismo, o desejo de não se misturar e de manter somente a cultura dos seus antepassados. Coelho de Souza defende, no seu artigo, que os descendentes teutos seriam aceitos como participantes da identidade nacional, desde que aceitassem a inclusão nesta cultura miscigenada que representava o país.

Coelho de Souza, no mesmo artigo, criou uma versão mais elaborada acerca das comunidades de imigrantes alemães, muito diferente das generalizações criadas por Moog e Mércio. O secretário de educação divide os descendentes teutos em três grupos: o primeiro grupo é bastante semelhante ao que Mércio defendia, sendo formado por pessoas que estavam plenamente adaptadas à cultura nacional e, conforme o secretário “exercitaram uma integração nacional absoluta, ao ponto de muitos deles ignorarem a língua de seus antepassados” (SOUZA, 1942).

O segundo grupo defendido por Coelho de Souza era o chamado pelo secretário de “tradicionalistas”, por optar em conservar a cultura dos seus antepassados, mas sem causar nenhum transtorno ao Brasil. Para o autor, essa opção em manter a cultura de seus antepassados era mais de caráter espiritual, pois não fomentavam aspirações políticas. Esse grupo não representava perigo, mas devia ser nacionalizado com rigoroso sistema escolar e proibição imediata do uso da língua estrangeira.

O último grupo, que reflete o pensamento de Vianna Moog, era o dos nazistas, como chamava Coelho de Souza. Era o grupo que representava de fato perigo ao Brasil. Nas palavras do secretário de educação “o terceiro grupo, cuja miséria moral não encontra qualificativos na opulência da língua, faz jus a mais severa repressão policial” (SOUZA, 1942).

Com a não generalização de Coelho de Souza a respeito dos descendentes de

imigrantes alemães, fica possível compreender por que uma pessoa que trabalhava pela Campanha de Nacionalização se opõe em mudar o nome da escola e defende o teuto-brasileiro Rodolfo von Ihering. O fato é que o secretário de educação entendia que havia grupos específicos, e cada um deveria ser tratado de acordo com a sua assimilação da cultura nacional.

Não aceitando a postura de Coelho de Souza, e em uma tentativa de explicitar sua total adequação à Campanha de Nacionalização, “alguns elementos exaltados retiraram da fachada do citado grupo escolar um letreiro em latim, por acharem tratar-se de um escrito em alemão” (MARTINS, 1987, p. 419).

É impressionante como o nome de uma escola afetou a vida da cidade de Taquara. Aparentemente, a negativa de Coelho de Souza em trocar o nome do grupo escolar Rodolpho von Ihering para um nome brasileiro não agradou à comunidade. Em 1942, mesmo ano em que Bayard e o prefeito Egídio pediram a exoneração dos cargos assumidos no município e saíram de lá, a troca do nome da escola foi solicitada novamente. Esse fato é relatado por René Gertz no livro *Perigo Alemão* (1991) e também por Sérgio Roberto Dillenburg no livro *Tempos de Incerteza* (1995). Como a diretora e os professores do Grupo Escolar não conseguiram a troca do nome da escola solicitada ao secretário de educação em 1941, no ano seguinte o recém-empossado prefeito municipal, Francisco Holmer, assinou um novo pedido, juntamente com demais autoridades taquarenses – como o delegado, o juiz de direito, o promotor e outras personalidades importantes da comunidade – e enviou diretamente ao interventor Cordeiro de Farias, solicitando a mudança do nome do Grupo Escolar Rodolfo von Ihering para um nome genuinamente brasileiro “para que nada lembre ou evoque a Alemanha” (DILLENBURG, 1995, p. 57).

Com essa insistência na troca do nome da escola, podemos acreditar que essa situação representava um momento atípico no município, em que a população queria se livrar do fardo de ser acusada de germanófila e tendia a adotar atitudes extremas, como essa citada. A resposta do interventor foi rápida e surpreendeu a comunidade taquarense. Ao invés de apoiar essa suposta demonstração de patriotismo, Cordeiro de Farias enviou uma resposta definitiva “pressentindo o clima inamistoso que se fazia nas zonas de influência alemã e italiana, não desejava aprofundar as divergências e muito menos criar novos problemas” (DILLENBURG, 1995, p. 57). O interventor, como anteriormente havia feito o secretário de Educação, não aceitou alterar o nome do Grupo Escolar, evitando assim criar uma nova polêmica envolvendo

os descendentes teutos. Dillenburg (1995) argumenta que a intenção de alterar o nome da escola, eliminando a homenagem dada a um ilustre filho da cidade, gerou grande polêmica entre os meios científicos e populares, que se dividiam entre contra e a favor da medida.

Essa era então a situação da cidade de Taquara no período que Bayard atuou no governo municipal. Como já argumentado, Egídio e Bayard foram enviados para Taquara na condição de pessoas da confiança do interventor Cordeiro de Farias. Do contrário, não seria atribuída a eles essa significativa tarefa. Obviamente, eles tinham uma função a desenvolver naquela comunidade de imigrantes alemães, que era atuar fortemente na Campanha de Nacionalização, mesmo que eles não façam referência no relatório de governo aos feitos específicos da Campanha em Taquara. Com os relatos apresentados, podemos entender que esses objetivos parecem ter sido cumpridos plenamente e, como veremos a seguir, deixaram marcas nos anos que se seguiram.

Outro fato em que podemos perceber a influência das ações de Bayard em Taquara foi a fundação, em 7 de agosto 1948, do CTG “O Fogão Gaúcho”, segundo Centro de Tradições Gaúchas do Estado. Conforme Ruben George Oliven (2006), essa situação deixou os fundadores do primeiro CTG, sediado em Porto Alegre, bastante intrigados. Eles não esperavam de fato que a continuidade do projeto da criação de CTGs pelo estado, e até fora dele, tivesse um primeiro retorno em uma comunidade de imigrantes alemães. Os tradicionalistas acreditavam que o movimento continuaria primeiramente nas regiões da Campanha. Oliven (2006, p. 112-113) acredita que a criação deste CTG foi uma resposta dos fundadores para afirmar sua brasilidade.

O CTG “O Fogão Gaúcho” foi fundado por um grupo de amigos que confraternizavam em torno de um fogãozinho de ferro, no escritório do senhor Antônio Aguiar, a partir do final dos anos 1930. Em um relatório histórico que se encontra na sede do CTG em Taquara, suas filhas afirmam que, entre os assíduos frequentadores da roda de chimarrão de Antônio Aguiar estava o então secretário municipal, Bayard Mércio (RELATÓRIO HISTÓRICO, 2005). Segundo Pedro Orsi Vargas, que entrevistou representantes das famílias dos fundadores, o grupo de frequentadores realizava, além da roda de chimarrão, diversos encontros e confraternizações, em que eram servidos churrascos, carreteiros e chope (VARGAS, 2011, p. 196).

Nessas reuniões, que anos mais tarde deram origem ao CTG, e das quais Bayard

participava, percebe-se claramente a mistura de elementos teutos e gaúchos, com a comida típica gaúcha e a bebida típica alemã – há muito já incorporada aos hábitos brasileiros. Importante mencionar que o CTG “O Fogão Gaúcho” foi o responsável por inserir o *kerb* entre as festas tradicionalistas gaúchas. “Nesse ponto, claramente os elementos da cultura germânica predominante na região afloram, mesmo que envoltos por uma carapaça tradicionalista” (VARGAS, 2011, p. 198).

Sobre a fundação do CTG em Taquara, Oliven (2006) usa como referência o trabalho de um historiador taquarense, André Luiz Jacobus, que em 1985 entrevistou alguns dos fundadores do CTG “O Fogão Gaúcho”⁴⁴. Jacobus defende que a fundação deste CTG atendeu à:

(...) necessidade que tinham alguns dos participantes da roda de chimarrão, de se afirmarem, perante a sociedade taquarense, como gaúchos e não como ‘estrangeiros.’ Porque muitos deles, sendo de origem alemã, ainda sentiam as influências negativas da perseguição sofrida durante a II Guerra Mundial, como suspeitos de pertencerem à Quinta Coluna. (...) possivelmente não era esta a intenção da maioria daqueles que se associaram ao CTG, após a sua fundação, mas certamente alguns dos novos sócios tinham estas intenções (JACOBUS, apud OLIVEN, 2006, p. 113).

Para Pedro Orsi Vargas (2011), as políticas nacionalistas durante o Estado Novo e os reflexos do Nazismo que emergia na Europa foram desfavoráveis aos descendentes germânicos durante e após a II Guerra Mundial. Por essa razão, eles tentaram se integrar a qualquer tipo de cultura que remetesse à cultura nacional, e uma das formas bastante recorrentes foi o tradicionalismo (2011, p. 193). Com isso, podemos entender que os descendentes teutos queriam ser vistos como integrantes da cultura brasileira e gaúcha, possivelmente para fugir da perseguição nacionalizadora e utilizando o exemplo de nacionalização da comunidade teuta taquarense deixado pela administração do prefeito Egídio Costa.

Os relatos acima dizem respeito ao período em que Bayard esteve na cidade, ou então, como no caso do CTG, apesar de não estar mais lá o autor de *Longe do Reno* deixou seu legado para a criação desse Centro. Mas a relação de Bayard Mércio com as comunidades teutas não se restringiu à cidade de Taquara. Como visto anteriormente, em 1945 Bayard foi enviado à cidade de Novo Hamburgo como juiz de direito, indo residir novamente em uma cidade colonizada por alemães. Sobre esse período, a filha Naiar lembra que quem melhor

⁴⁴ Nenhum dos fundadores deste CTG é ainda vivo.

recepcionou a família foram os luteranos, especialmente o Pastor Pommer⁴⁵, de quem a família Mércio se tornou grande amiga. A senhora Naiar conta que, com o tempo, foi havendo uma aproximação da família com a comunidade luterana e um afastamento da Igreja Católica, que sempre fora a religião da família. Para reafirmar esse fato, ela explicou que, quando ela e seu esposo compraram a clínica que possuem no bairro Hamburgo Velho, eles, apoiados pelo pai de Naiar, Bayard, priorizaram comprar ao lado da Igreja Luterana. O pastor desta Igreja celebrou um culto e deu uma bênção ao prédio recém-adquirido. A filha também recorda que, a pedido do pai, foi um pastor luterano que presidiu a cerimônia do seu enterro.

Pela identidade que tinha com as pessoas de língua alemã, Bayard parece ir contra aos preceitos da Campanha de Nacionalização. Conforme a filha, na época que ele morou em Novo Hamburgo pela primeira vez, começou a estudar sozinho a língua alemã. Ela não sabe dizer se ele tinha este objetivo de conversar com os membros das comunidades onde havia vivido, mas a questão é que ele passou a conversar fluentemente em alemão, naquela cidade.

A senhora Naiar afirma com bastante veemência que seu pai sempre admirou a cultura alemã, pois seu pai acreditava que os alemães sempre priorizaram o estudo, a cultura e o conhecimento. Além disso, ela explica que, em qualquer comunidade de origem alemã em que ele viveu, sempre foi muito bem recebido e fez grandes amigos. Interessante analisar que Moog, que era descendente de alemães, e nasceu nesse meio alemão, fazia questão de renegar essa situação e defender a cultura lusa. Ao contrário dele, Mércio, que nasce em família lusa, possuía forte identificação com o germanismo, ao menos no que diz respeito ao plano cultural.

Podemos com isso compreender que, desde que Bayard entrou em contato com a cultura alemã e com os descendentes de imigrantes, ele se identificou com eles. Sua identidade com a cultura alemã pode ter sido um dos motivos que o levaram a criar uma polêmica e escrever um romance sobre a imigração alemã, tentando alertar para o fato de que Vianna Moog estava equivocado quanto à sua análise.

⁴⁵ O pastor Wilhelm Pommer, que nasceu na Alemanha em 1905 e faleceu em Novo Hamburgo em 1986, foi designado para a Igreja Três Reis Magos, no Bairro Hamburgo Velho, em Novo Hamburgo, onde trabalhou de 1937 até 1979, ano de sua aposentadoria. Em 1941 foi acusado de Nazismo, por ter realizado o enterro de uma pessoa que era investigada por ser Nazista e por não ter aprendido o idioma português. Pommer foi preso e enviado para a prisão em Charqueadas, para trabalhos forçados. Ele permaneceu lá por 21 meses entre os anos de 1941 e 1943. Quando saiu da prisão, retornou a Novo Hamburgo onde ficou até o final da vida. O episódio da sua prisão foi contado na minissérie da RBS TV Guerra e Paz – episódio *Prisioneiros* (KERBER, 2008).

4.3 A construção ficcional: o universo colonial de origem germânica

No romance *Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog*, logo no título Bayard Mércio já mostra a que se propõe: desconstruir a imagem das colônias alemãs difundida por Vianna Moog. Se Moog percebia as comunidades de imigrantes alemães como grupos completamente fechados ao elemento nacional, e que defendiam a cultura alemã acima de tudo, Mércio se propõe a construir uma representação alternativa da realidade, com a qual a história contada por Moog não condizia.

Nessa obra, ele cria a cidade de Cruzeiro e, ao contrário de Moog, não deixa nenhum indício acerca de que cidade se trata. Dessa vez o nome da cidade é brasileiro, ao contrário daquela criada por Moog. É certo que é uma cidade de colonização alemã do Vale dos Sinos, assim como Blumental. No romance, o trem sai de Porto Alegre, passa pelas cidades de Canoas, Esteio, Sapucaia, e finalmente chega a Cruzeiro. Faltam detalhes no texto para sabermos se essa cidade de fato remete a São Leopoldo, a Taquara, ou outra cidade de colonização alemã. O texto diz apenas que “era uma zona onde predominava o alemão (...)” (1940, p. 20). Em outro momento, ele se resume a comentar que o protagonista “não teve interesse pela cidade nova que via pela primeira vez; não reparou em nada” (1940, p.21).

O romance é bastante simples – faltam detalhes e a história é muito rápida. Percebe-se claramente que o autor pretendia apresentar uma região de colonização alemã completamente diferente da que havia sido representada por Moog. Durante toda a sua narrativa, Bayard faz questão de argumentar que, se havia algum tipo de preconceito, era por parte de quem vinha de fora para a cidade, pois esta estava nacionalizada, e as pessoas, mesmo sendo de ascendência alemã, amavam o Brasil.

O enredo do romance é semelhante ao romance de Moog, mas a moral da história é completamente oposta. À cidade de Cruzeiro chega o recém-formado médico sergipano Mário Vasconcelos, para trabalhar no posto de higiene do município. A respeito desta cidade Mário havia escutado coisas horríveis: as pessoas defendiam a cultura alemã, falavam essa língua e odiavam tudo o que diria respeito ao Brasil. Ou seja, pareciam ter uma visão idêntica à de Moog, ou terem sido influenciados por ele. Depois de um tempo ele se apaixona por uma descendente de alemães e, ao contrário do que imagina a princípio, a família é a favor do

namoro e apoia o casamento, justamente ao contrário do drama narrado em *Um rio imita o Reno*. Mário vai percebendo que a cidade e as pessoas não são como ele pensava, que todos estão completamente adaptados à cultura nacional, lembram da Alemanha com nostalgia, mas amam o Brasil. O romance foi escrito em 1940, ou seja, logo após o início da II Guerra Mundial, e apresenta uma visão completamente contrária ao que geralmente se imaginava sobre as colônias de imigrantes alemães.

No romance, Bayard narra situações que apontam para a integração entre brasileiros e alemães. Em determinado momento, há uma discussão entre esses grupos sobre as sociedades culturais que eles pretendiam construir, sendo a ideia inicial criar suas sociedades separadamente para não terem que se misturar. O prefeito da época, Dr. Alfredo resolveu a questão:

Os senhores, os chamados brasileiros, precisam saber que o nosso povo é tido como o mais hospitaleiro do mundo. E qualquer de nós que agir de maneira a desagradar o elemento estranho não é brasileiro. Não esqueçam o dístico sagrado de nossa bandeira: “Ordem e progresso”! O que os senhores pretendem fazer é desordem e retrocesso.

E os senhores, chamados “alemães”, escutem:

Para mim não há diferenças entre uns e outros. Todos são brasileiros. Amem a terra dos antepassados, mas saibam que aqui é o Brasil (1940, p. 48).

Deste modo são resolvidos no romance os conflitos entre brasileiros e teutos na cidade de Cruzeiro: de uma maneira bastante simples e baseada no diálogo. A Alemanha já não parecia tão significativa para os descendentes como a apresentada por Moog. Em *Longe do Reno*, o personagem Hugo sai da Alemanha logo após da I Guerra Mundial, pois “Veio a paz, mas com ela a humilhação do povo, a ruína e a fome” (1940, p. 29). O objetivo é claramente enaltecer o Brasil, afirmando ser aqui a terra ideal: “Rumo ao Brasil, rumo ao paraíso” (1940, p.31).

No romance, podemos constatar que, em vários momentos Mércio realmente estava dando uma resposta. Ao invés de se preocupar em escrever uma história, ou seja, uma narrativa com enredo consistente, ele se prendeu a diálogos longos entre os personagens para expor suas ideias. Exemplo disto é a cena em que o personagem Dr. Cardoso, grande defensor da colônia teuta, explica para Mário:

Não é o elemento estrangeiro ou descendente deles que devemos nacionalizar, porque todas as providências já tomou o govêrno para isso e encaro o problema

como resolvido. O que temos a fazer é trabalho igualmente importante. É trazer para o Brasil, o nosso próprio elemento, é reerguer do lodo esse povo miserável, é tornar homens esses infelizes, dando-lhes saúde primeiro e depois instrução (1940, p. 131).

Com esse tipo de discurso podemos compreender que, além de defender os descendentes teutos, o autor argumenta que havia questões bem mais graves com as quais o governo deveria se preocupar. Para o autor, o problema da nacionalização não existia, estava resolvido, e havia sido realizado sem violência ou imposição. Podemos perceber que Mércio chama a atenção para um problema – a miséria do trabalhador brasileiro – desviando a atenção de outro que, para ele, é menos relevante – o “perigo alemão” –, o que serve para sustentar sua tese.

Em outro momento, Bayard narra uma cena em que o personagem Mário não quer atender a uma pessoa no posto de higiene porque ela não falava português. Em seguida, a personagem responde em português: “Não é meu culpa, não tinha escola, não pode aprender...” (1940, p. 63). Essa narrativa nos remete ao início do livro, em que consta um prefácio retirado de um discurso de Getúlio Vargas, realizado na cidade de Blumenau, cidade de colonização alemã em Santa Catarina. Getúlio afirma que os descendentes de imigrantes foram abandonados no Brasil, e que não foram lhes dado subsídios para aprender a língua e fazer parte da sociedade nacional. Podemos compreender que Bayard utiliza esse discurso para comprovar sua teoria. Com isto, evitava também enfrentar a repressão do regime, demonstrando sua lealdade a Vargas e utilizando as palavras dele a favor de sua tese:

Decerto, no meio de imensas florestas, foram deixados ao abandono. Abateram a mata, lavraram a terra, lançaram a semente, construíram suas casas, formaram as lavouras e ergueram o edifício de sua prosperidade.

Dir-se-á que custaram muito a assimilar-se à sociedade nacional, a falar a nossa língua.

Mas a culpa não foi dêles, a culpa foi dos govêrnos que os deixaram isolados na mata, em grandes núcleos sem comunicações (VARGAS, apud MÉRCIO, 1940, s.p.).

Utilizando-se dessa citação, Bayard Mércio pretende argumentar que os imigrantes não se isolaram porque quiseram, mas porque não foi dada a eles a alternativa da integração.

O momento de maior destaque à brasilidade no romance de Mércio são as comemorações pelo Sete de Setembro, momento que toda cidade espera com ansiedade. O grupo escolar está ensaiando a marcha e as músicas, e todos aguardam pelo momento do desfile. O narrador exalta-se quando fala sobre a bandeira nacional, enfatizando realmente

ênfatizar o amor que havia naquela comunidade por qualquer elemento que remetesse à Pátria, pois, como já abordado anteriormente, o nacionalismo é um dos principais fundamentos do Estado Novo. Isto se verifica em afirmações como:

E todo mundo se perfilou enquanto o prefeito, vagorosamente, fazia subir o pavilhão sagrado.

Quando majestosa, a bandeira alcançou o tópo, flutuando no espaço, uma forte salva de palmas se fez ouvir dos presentes. Era a consagração da Pátria, simbolizada no auri-verde pendão, que se erguia mais lindo que o sol (1940, p. 84-85).

Neste sentido, no início do romance, quando os pais do personagem Hugo chegam ao Brasil, coincidentemente é Sete de Setembro, forma de dar ainda mais destaque ao patriotismo dos colonos. Novamente, são utilizadas frases como “Chegaram ao Rio na data mais bonita da História da nossa Pátria: 7 de setembro! O centenário da Independência! A glória de Pedro II!” (1940, p. 31). Nesse caso, o narrador apresenta a chegada dos alemães ao Brasil, dando a entender que era possível amar o Brasil e tornar-se patriota de imediato.

A narrativa segue com o discurso de uma professora, que recordava os feitos heroicos do passado nacional. Após, o desfile das escolas e das sociedades desportistas, vinha o povo. Todos marchavam e cantavam músicas patrióticas. À tarde, haveria mais manifestações nacionalistas em frente à prefeitura, com mais discursos e música. Esse momento nos remete a uma situação curiosa, em que Mário observa um grupo de cavaleiros chegando para as comemorações do dia 7 de setembro.

Lá, na ponta da rua vinha um grupo de homens a cavalo, vestidos à moda gaúcha, conduzindo um dêles na frente uma grande Bandeira Nacional. Será que não existe o gaúcho brasileiro? – pensava Mário, lembrando um artigo que lêra num dos jornais do Rio. Mas aqueles ali eram alemães! Será mesmo? Tinham nascido no Brasil, no Rio Grande. Quem nasce no Rio Grande e usa bombacha é gaúcho brasileiro? (1940, p. 97).

Essa situação remete à roda de chimarrão de que Bayard participava em Taquara, com os fundadores do 2º CTG do Estado, o Fogão Gaúcho. Nota-se que essa narrativa surgiu oito anos antes da fundação dos primeiros CTGs, mas Bayard já apresentava esse tipo de situação, talvez por vivenciar isso na cidade de Taquara. Ao que parece, a cidade do romance esquece rapidamente sua herança alemã, pois a pátria dos seus antepassados merece respeito, mas o Brasil deve ser amado. Assim, não há nenhum sinal de Nazismo. O personagem Mário acredita que os habitantes de Cruzeiro eram partidários de Hitler, mas os personagens Dr. Schutz e Dr. Cardoso o convencem de que isso é passado, o que encerra o assunto.

No mesmo dia são realizados desfiles pela manhã, à tarde mais desfiles e comemorações em frente à prefeitura, e há um baile à noite, em homenagem à Independência do Brasil. Todo esse exagero de festividades é bastante semelhante aos rituais patrióticos narradas por Monego (2008) em seu relato histórico sobre a perseguição que a escola de freiras Santa Teresinha sofreu em Taquara, no ano de 1939. Entretanto, ao passo que a escola realizou essas atividades de forma obrigatória e sob a vigilância dos representantes do Estado Novo, como parte da Campanha de Nacionalização, no romance de Bayard tais cerimônias se dão por vontade própria do povo e amor à Pátria.

O que mais chama a atenção na resposta dada por Mércio ao romance de Moog é a ênfase em defender sempre a comunidade alemã de qualquer acusação de germanismo. No que diz respeito às escolas e ao ensino da língua portuguesa, Mércio afirma, através do personagem Dr. Cardoso:

Vê o nosso Grupo. Tem setecentos alunos, na maioria descendentes de alemães e todos aprendem com satisfação a língua pátria, para serem úteis ao Brasil de amanhã. Mas, há pouco tempo, não havia colégios que, na região, ensinassem português. Querias que os colonos deixassem seus filhos crescerem analfabetos? (1940, p. 66).

Essa afirmativa remete ao que Willems (1980) explica sobre a situação das escolas nas colônias alemãs no Rio Grande do Sul: os alemães, desde sua chegada ao Brasil, não receberam escolas, como tinham na Alemanha, e não intencionavam deixar seus filhos sem estudar. Também Jean Roche (1969) lembra que, de fato, somente após o início da Campanha de Nacionalização foi dada a devida importância ao problema da falta de professores que soubessem falar português (p. 667).

Na sequência do romance, é abordada a formação das raças. Em seus pensamentos, o personagem Mário conclui que não existe uma raça única no Brasil, e que ela é formada a partir da mistura de várias raças, em perfeita consonância com o discurso da identidade racial brasileira defendido pelo próprio regime varguista, mas com a incorporação de outras referências étnicas – ideia que havia sido defendida pelo secretário de educação Coelho de Souza em sua defesa do nome de von Ihering:

No Brasil, pensava Mário de Vasconcelos, ainda não existe uma raça. Brasileiro, pelo que estou vendo e felizmente compreendendo, não é a resultante da cruzada do negro, do índio e do português. É mais: é a fusão dessas raças ao alemão, ao italiano, ao árabe e até ao japonês, com a mistura de seus costumes, de suas tradições e de suas línguas (p. 112).

Seguindo a narrativa da formação do universo colonial de *Longe do Reno*, Mércio mais uma vez tenta apresentar a comunidade de Cruzeiro como completamente adaptada à cultura brasileira. Outro exemplo é o que ocorre quando o personagem Mário, após decidir ficar em Cruzeiro, é transferido de cidade. Isto poderia ter acontecido em qualquer lugar, mas o autor opta por utilizar um baile de carnaval para explicar os acontecimentos. Assim, um momento importante do livro é narrado durante uma festa tipicamente brasileira: “Mário estava maravilhado. Já assistira muitos carnavais e cidades grandes, mas nenhum melhor do que o de Cruzeiro” (1940, p. 159). Mais uma vez, com essa festa, é demonstrada a integração cultural dos descendentes de imigrantes com a cultura brasileira.

Outra questão tratada é a culinária: Mércio representa aquela comunidade como fruto de uma mistura cultural. No início, é oferecida a Mário uma *schmier*, que ele não aceita por não concordar com o que seria a falta de interesse dos colonos no que diz respeito ao Brasil. Essa situação aparentemente acontece somente com quem não é morador da cidade. Nos momentos em que se aborda a alimentação dos imigrantes alemães, explicita-se que eles já estão plenamente “abrasileirados” e misturam as comidas típicas alemãs com a alimentação brasileira e gaúcha. Em outro momento, as netas do Dr. Cardoso, filhas de um alemão com uma descendente de açorianos, pedem para a avó arroz e feijão para comer, demonstrando como a culinária brasileira faz parte da cozinha dos imigrantes (1940, p.36). Por último, no momento que melhor exemplifica a integração entre as culturas, o personagem Hugo faz um churrasco com chope. Novamente, podemos perceber que o autor acreditava que a cultura daquela cidade de origem alemã estava tão imersa na cultura nacional que elas já se confundiam uma com a outra.

O livro termina com a frase: “LONGE DO RENO também se é feliz” (1940, p. 173). Assim, o romance apresenta a colônia de descendentes alemães como uma sociedade completamente nacionalizada, não sendo necessário nenhum tipo de intervenção para transformá-la em um lugar mais brasileiro. O grande problema dessas colônias era a visão de quem estava de fora, que ainda as via como Moog defendeu, o que é representado pela postura inicial do personagem Mário Vasconcellos. Para Mércio, os descendentes não tinham a menor preocupação em defender a raça alemã e nem em propagar as ideias nazistas. Essa narrativa de Mércio contraria completamente o alarmismo criado em torno do “perigo alemão”, e que se expressava, por exemplo, no romance de Moog e em livros como os

escritos por membros do regime como Cordeiro de Farias (*Nacionalização*) e Coelho de Souza (*Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*), ambas publicadas em 1941.

4.4 A construção ficcional: a integração entre “alemães” e brasileiros.

No romance *Longe do Reno*, Bayard Mércio dá a entender que, se havia algum tipo de preconceito, este não vinha dos teuto-brasileiros, mas sim das pessoas que estavam fora destas comunidades e não as conheciam. Na visão do autor, as pessoas que chegavam a essas cidades vinham com uma impressão errada, mas poderiam vir a mudar de ideia quando as conhecessem de verdade.

Pode ser coincidência, mas Bayard Mércio, quando escreveu o romance, tinha a mesma idade do personagem Mário, e também não conhecia a cultura alemã com profundidade, nunca havendo morado antes em uma cidade de descendentes teutos. Esses dados podem sugerir que Mércio podia também ter tido ideias preconceituosas antes de se envolver tanto com a cultura alemã nas cidades em que viveu. O primeiro pensamento de Mário, antes de chegar à cidade foi:

Da cidade, onde vinha estabelecer-se, já tinha a pior das informações. Era uma zona onde predominava o alemão e ele odiava essa gente loura de olhos claros, que fala uma língua ininteligível, que tem aversão ao brasileiro e que é inadaptável ao meio nacional (1940, p. 20).

Logo, se percebe que, na visão do autor, a ideia das pessoas que não conheciam as colônias era de que os moradores seriam pessoas extremamente fechadas, que não tinham interesse por nada que fosse brasileiro. O Mário do romance representa, acreditamos, muitos brasileiros daquela época, que acreditavam que a falta de integração por parte dos imigrantes alemães foi uma opção deles e de seus descendentes. O protagonista de *Longe do Reno* trabalha no posto de higiene e mantém sua postura de total aversão à cidade e aos seus habitantes. Não responde aos cumprimentos, feitos geralmente numa mistura de português com alemão. É importante observar que Mércio salienta sempre que os habitantes de Cruzeiro eram amáveis com ele, mas em contrapartida eram odiados por alguém que não queria nenhuma proximidade com essas pessoas: “Não entretinha relações com ninguém. Não queria amizades com eles. Não entendia sua língua, seus costumes, seus prazeres, era um estranho”

(1940, p. 60).

No exagero de não gostar da cidade e da população, Mário afirma que deseja sair da cidade, pois não aguenta mais aquele excesso de alemães, que somente escutavam a rádio para ouvir Berlim e notícias de Hitler. A cidade era, para ele, uma parte da Alemanha fora da Europa. Em um diálogo, ele apresenta o que era possivelmente a visão de muitos brasileiros sobre os colonos alemães e seus descendentes:

Desprezo-os, porque eles são contra nós; porque são teimosamente refratários à assimilação. É um povo cheio de si, cento por cento orgulhoso do poder da Alemanha. Não venha me dizer, Dr. Schütz, que eles são patriotas! Há exceções, é claro; mas a regra geral é esta: alemães no idioma, nos costumes, na maneira de agir, no ideal, achincalhando tudo que é nosso, ridicularizando nossas instituições, com Hitler na cabeça, marciais. Seus filhos só aprendem a sua língua. Os jardins de infância, estão cheios e as aulas públicas, onde o ensino é em português se acham sempre vazias (1940, p. 65 - 66).

Percebe-se que em dois momentos Mário refere-se a Hitler, afirmando que a população idolatrava o líder alemão. O romance, entretanto, defende que essa ideia era um grande equívoco, refletindo o pensamento de quem não conhecia os teuto-brasileiros. Mesmo assim, no momento em que ele escreveu o livro, fatos acontecidos em Taquara em repúdio às manifestações alemãs desmentem esta versão.

No romance, Dr. Schutz, médico da cidade e chefe do posto de higiene é o primeiro personagem que busca convencer Mário de que ele está errado, e “que eram tolice esses excessos patrióticos” (1940, p. 63). Com isso, podemos observar que Mércio começa a dar o seu recado diretamente, a medida que o médico tenta convencer Mário de que ele está criando um ambiente negativo que não existe na realidade. Como já exposto anteriormente, Mércio utiliza de falas longas para expor seus pensamentos em defesa dos imigrantes e de seus descendentes:

É ilusão, Mário. Só vêes neles, anti-brasileirismos, atitudes desrespeitosas ao Brasil, ofensivas à nacionalidade. Estás obsecado. Se um homem da cidade toma de uma Bandeira Nacional e com outros amigos se põe a desfilar pelas ruas em comemoração a determinada data, tu logo já tomas as suas atitudes como um escárneo, como um deboche, quando eles estão possuídos do mais são patriotismo, orgulhosos em conduzir o Pavilhão Sagrado! Para ti, basta que sejam loiros e que falem o alemão estropiado das colônias para que os consideres inimigos teus e do país (1940, p. 64 – 65).

O longo diálogo do Dr. Schutz com Mário segue com a evocação, por este último, da morte de seu pai, teuto-brasileiro, na guerra do Paraguai, como sinônimo da lealdade dos descendentes de imigrantes a sua nova Pátria. Além do médico, há outro personagem que

representa a posição de Mércio e defende os teuto-brasileiros com muita vontade. Esse personagem é o Dr. Alfredo Cardoso, ou Dr. Cardoso. Sobre ele, o que nos chama a atenção é um erro bastante grave no romance: na primeira vez em que é apresentado o personagem, ele se chama João Cardoso: “lá estavam os Krey com o filho, que era amigo de Hugo, o Dr. João Cardoso, a esposa e a filha” (1940, p. 33). Esse personagem desaparece, e depois é dito que Hugo se casa com a filha do Dr. Cardoso, que, posteriormente, aparece como Alfredo Cardoso. “Vovô Alfredo era muito camarada. Quando sua saúde permitia – o Dr. Cardoso era muito achacado” (1940, p. 37).

Para aumentar a confusão de nomes, depois disto o romance segue explicando que o Dr. Cardoso foi prefeito e que resolveu diversas situações na cidade, como as brigas entre os chamados brasileiros e os descendentes de alemães. “No último baile, ainda o Fritz quis dar uma bofetada no “seu” Alfredo!” E porque? – perguntou o Dr. Cardoso, que conhecia o acontecido” (1940, p. 47). Fica estranha essa narrativa, pois temos dois personagens com o mesmo nome e um personagem com dois nomes.

Como não estamos, no presente estudo, discutindo a qualidade estética do romance, reafirmamos sua importância histórica, pois ele aponta para a complexidade do problema das comunidades de origem alemãs no contexto do Estado Novo e da Campanha de Nacionalização. Se analisarmos pela qualidade literária, o romance de Vianna Moog é bastante superior, o que em parte explica a sua trajetória bem sucedida. Essa visível desatenção de Mércio para com aspectos primários da narrativa é possivelmente um sintoma de seu desinteresse pela ficção em si, pois o que importa para ele é apenas a mensagem, ou seja, o uso da literatura como meio de divulgação de uma ideia. Mesmo porque a obra de Mércio pretende ser um romance de resposta a outro romance.

Apesar de toda essa estranha confusão, podemos compreender que o personagem é de fato o Dr. Cardoso, avô de Flavia, por quem Mário posteriormente se apaixona. Dr. Cardoso, de origem lusa, é responsável por obras importantes no município, como escolas, pontes, calçamento de ruas e estradas, e permite o casamento de sua filha com Hugo, imigrante alemão, o que demonstra que já havia uma forte integração étnica entre imigrantes alemães e brasileiros.

Mais uma vez, o romance mostra seu objetivo, a defesa de uma visão de mundo, em oposição à outra. Após a longa conversa entre Mário e Dr. Schutz, o Dr. Cardoso vai visitar

Mário, e seguem as conversas com o objetivo de provar a Mário que ele deve “verificar o patriotismo de nossa população que, felizmente, no íntimo tem perfeito espírito de brasilidade” (1940, p.75). Dr. Cardoso é quem convida Mário para assistir às comemorações do dia da Independência para que ele se convença do patriotismo da população de Cruzeiro.

Após os festejos, Mário parece mudar de ideia, e compreende que o preconceito era seu, estando a população de Cruzeiro perfeitamente nacionalizada. Na realidade, essa visão muda durante o desfile, quando ele conhece a neta do Dr. Cardoso, Flávia, e se apaixona. O autor explica que o fato de conhecer Flávia somente acelerou essa mudança de pensamento, mas, na realidade, todos os exemplos de brasilidade que ele percebeu nas comemorações do Sete de Setembro fazem Mário chegar a conclusões que contradizem sua visão inicial:

Vira da terra crescer as plantas que o braço forte do colono plantava, enchendo de riqueza o Brasil, via as indústrias prosperando, se desenvolvendo em toda parte, e sentia que se estava formando para êle um novo conceito de patriotismo (p.112).

Sim; ser brasileiro, não é falar a língua pátria somente; é trabalhar, é procurar enriquecer o país, cultivando a lavoura, que dá o pão (p. 112).

Isto demonstra, mais uma vez, que a língua era de fato o problema mais visível da Campanha de Nacionalização. Na sequência, depois que Mário chega a estas conclusões, há novamente um longo diálogo entre ele e o Dr. Cardoso, em que, mais uma vez, Bayard pretende expor suas ideias em defesa das comunidades alemãs. Dr. Cardoso expõe suas ideias explicando como foi o início da imigração para os alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul:

O isolamento em que se encontrava o teuto-brasileiro, o abandono em que o governo o país que o acolheu o havia deixado, criou de fato, uma situação anormal, mais para êles no entanto, do que para nós próprios. E, acontece que, êles formaram uma sociedade à parte, com costumes diferentes dos nossos, adotando até a língua do seu país de origem e transferindo-a a seus descendentes. Isso, entretanto, não aconteceu somente com o alemão; com o italiano deu-se a mesma coisa. Os tempos foram mudando e o governo viu a necessidade de implantar o nosso espírito entre êsses elementos, conduzindo-os, por assim dizer, ao Brasil. É natural que tenha havido uma reação e justifico-a com qualquer fato elementar da vida quotidiana. (...) Prêso aos costumes de sua terra de procedência, quando viu-se obrigado a abolí-los inesperadamente, reagiu (1940, p. 126 – 127).

Dr. Cardoso segue explicando que os imigrantes perceberam que o correto seria se adaptar à nova cultura e aceitar a ação do governo para ajudá-los a conhecê-la. Nota-se que o autor explica que essa ação do governo já teria acontecido, e não estaria acontecendo ainda, o que não é consistente com o registro historiográfico. O personagem segue explicando que, antigamente, a maioria dos teuto-brasileiros não falava português, mas, após a ação do

governo, todos já falavam fluentemente a língua nacional. Além disso, ele afirma que o governo criou muitas escolas em toda a colônia, para que, desde crianças, todos a conhecessem.

É muito importante acrescentar que Mércio utiliza a voz de dois personagens distintos para apresentar suas ideias. O discurso do Dr. Schutz e de Dr. Cardoso são muito semelhantes no que diz respeito à integração dos descendentes de imigrantes, apontando que o governo não lhes deu subsídios para que se incorporassem à cultura brasileira e que, posteriormente, todos eles participavam plenamente da cultura nacional, amando o Brasil do mesmo modo que seus antepassados amaram a Alemanha. O mais relevante nessa semelhança de ideias entre os dois personagens é que Dr. Schutz representa as populações de descendentes de imigrantes e Dr. Cardoso representa os brasileiros, descendentes de açorianos e outras etnias, o que significa, com isso, que o autor procura afirmar que a brasilidade das comunidades germânicas era uma unanimidade, não sendo objeto de discussão ou de ruptura entre os dois grupos, ao contrário do que ocorre na obra de Moog.

O romance é bem mais simples do que aquele que pretendia criticar: há muito menos personagens e a maioria deles fica em segundo plano. Mesmo a personagem Flávia, que depois se casa com Mário, é citada poucas vezes. O autor cria diálogos longos entre os três personagens citados para explicar sua defesa dos teuto-brasileiros. Aliás, o personagem Mário explica muito pouco suas ideias. Ele mais ouve as explicações de Dr. Schutz e Dr. Cardoso em defesa dos imigrantes.

Quando, aparentemente, Mércio havia apresentado todas as suas ideias em defesa dos teuto-brasileiros, o romance parece acelerar: depois que é aceito o namoro entre o brasileiro Mário e a descendente de alemães, Flávia, é realizado o noivado, depois o casamento e o romance chega ao fim. Podemos com isso também compreender que Mércio já havia explicado o que pretendia, e finalizou o romance com um final ao estilo “felizes para sempre”, contrariamente à obra de Moog.

4.5 Uma contraposição: Vianna Moog e Bayard Mércio

Com o intuito de escrever um romance em que o tema predominante era a integração ou a falta de integração por parte dos imigrantes com a cultura alemã, Vianna Moog e Bayard Mércio escrevem obras carregadas em exageros para defender suas teorias. Se, de um lado, Moog exagera ao defender que qualquer elemento nas colônias alemãs lembrava a Alemanha, chegando a dizer que dava a “impressão de uma cidade do Reno extraviada em terra americana” (1939, p. 27), em contrapartida Mércio utiliza frases opostas às de Moog, como “amo essa terra como a minha Alemanha. (...) LONGE DO RENO, também se vive...” (1940, p. 31). Mércio também exagera ao defender que os habitantes das cidades de imigrantes alemães já estavam plenamente incorporados à cultura nacional, e, além de um amor nostálgico e distante, não tinham mais nenhuma ligação com a Alemanha.

De início, podemos visualizar as semelhanças e principalmente as diferenças entre os romances de Moog e Mércio. Em Blumental, cidade criada por Moog, chega Geraldo, engenheiro formado na faculdade do Rio de Janeiro, mas natural do estado do Amazonas, enquanto a Cruzeiro, cidade imaginada por Mércio, chega Mário de Vasconcelos, também formado na faculdade do Rio de Janeiro, e também nortista, mais precisamente do estado de Sergipe. Para expressar toda brasilidade dos habitantes de Cruzeiro, até o nome da cidade criada por Mércio é brasileiro, enquanto a cidade criada por Moog tem um nome alemão.

O universo criado por Mércio é de uma cidade habitada por descendentes de imigrantes, mas que se harmonizavam completamente com a cultura nacional. O momento mais aguardado pelos habitantes da cidade não é o *kerb*, como para os habitantes de Blumental, mas sim as comemorações de Sete de Setembro, data da Independência brasileira. Não é somente o desfile, mas bailes, fogos e um dia inteiro para comemorar, com uma exibição de orgulho brasileiro por parte de toda a população.

Podemos também observar claramente um contraponto entre as duas obras quando se apresenta o problema da incorporação dos dois protagonistas nas sociedades teuto-brasileiras. Geraldo, em Blumental, pretende se associar para jogar tênis e se aproximar da família de Lore. Mário pretende se associar para poder ir ao baile dos festejos de Sete de Setembro para poder ficar mais próximo de Flávia. Geraldo não é aceito, por ser negro, conforme dizia Frau Berta (MOOG, 1939, p.119). Ao contrário, Bayard defende a total interação entre brasileiros e

alemães, e Mário é rapidamente aceito na sociedade “(...) com imenso prazer!” (MÉRCIO, 1940, p.100).

Outro momento em que se observa que há uma resposta direta para Vianna Moog é quando o personagem Mário, de *Longe do Reno*, vai para a “colônia”, na cidade de Cruzeiro, para vacinar as pessoas para prevenir do tifo. No romance de Vianna Moog, o personagem Geraldo é designado para a cidade de Blumental a fim de construir uma hidráulica para sanar uma epidemia de tifo, que estava matando pessoas pela água sem tratamento. Em Cruzeiro, Mércio não descreve uma situação tão grave, e afirma que com o uso de vacinas o problema é simplesmente sanado.

Em se tratando das escolas, Moog afirma que as crianças faziam referências a Hitler e usavam a bandeira nazista:

Na outra esquina o pelotão entra a cantar uma canção guerreira. Pela mente de Geraldo perpassam multidões de soldados com capacete de aço marchando naquele mesmo passo. Já o pelotão fez alto em frente ao Seminário Evangélico. Geraldo devora a cena com os olhos. O chefe destaca-se novamente do grupo, e tendo agora a seu lado o porta estandarte, empunha a bandeira com a cruz swástica, infla o peito e berra: - HEIL HITLER! (1939, p. 38)

Essa narrativa busca deixar claro que já estavam incutidas nas crianças as manifestações da cultura alemã, sendo que também que na Escola Luterana era feita uma vigorosa apologia aos costumes nazistas. Sendo assim, não é difícil compreender por que escolas luteranas foram fechadas e pastores foram presos, como já foi abordado anteriormente. Com uma ideia completamente oposta, no livro de Mércio as crianças também desfilam, mas desfilam para comemorar o dia da Independência do Brasil:

Eram dez horas. O calor rebrasava. O suor escorria de todas as fazer. Mas o dever é maior do que tudo. A banda de tambores, à frente; as bandeiras a seguir; depois, o tiro, os colégios, as sociedades, os cantores, os desportistas e o povo. Todos pelo meio da rua em marcha. Todos entoando canções patrióticas (1940, p. 85).

As exibições de patriotismo são exemplificadas à exaustão na obra de Mércio. Outro ponto digno de nota é que Moog argumenta, em vários momentos, que os descendentes de alemães são na maioria luteranos, enquanto Mércio em nenhum momento do livro aborda a situação religiosa dos habitantes de Cruzeiro.

Como já dissemos, Mércio teve uma relação muito direta com as pessoas ligadas à criação do CTG em Taquara, o que sugere que o autor percebia o tradicionalismo gaúcho

como uma forma de patriotismo. No romance, Mércio narra, como demonstramos, a entrada de um grupo de cavaleiros gaúchos para os festejos do dia da Independência na cidade, apresentando uma situação que aponta para a criação posterior do já citado CTG “O Fogão Gaúcho”. Sobre as tradições gaúchas nas colônias alemãs, Moog as apresenta somente em uma ocasião, e, ainda assim, com desdém, como se os teuto-brasileiros realmente não gostassem de nada que não fosse de origem alemã. É perguntado a Geraldo se ele gostava de chimarrão, mas antes que ele respondesse, o promotor da cidade já o desmotiva de experimentar a bebida: “Sempre impliquei com esse hábito de engolir o cuspe dos outros” (1939, p. 15).

Outro ponto de total discordância entre os autores é a Campanha de Nacionalização. Moog afirma com bastante ironia que “aquilo [Blumental] nacionalizado vai perder a atração,” (1930, p. 245) dizendo ainda que, para conhecer a Alemanha, era só conhecer Blumental. Moog defende, assim, a importância de nacionalizar as colônias de imigrantes alemães. Novamente se opondo à visão de Moog, Mércio afirma que a nacionalização não era necessária, porque ele defende que o governo já havia tomado todas as providências para sanar esse problema, que seria devido à indiferença do governo em relação às colônias. Segundo ele, o Governo estava perdendo tempo com a Campanha de Nacionalização, pois o Brasil precisava de educação para todo seu povo, e não estava recebendo: enquanto as escolas estavam sendo nacionalizadas, e até mesmo fechadas por ensinarem em alemão, no restante do Brasil o ensino ainda era muito deficiente. Ou seja, era como se a Campanha de nacionalização estivesse desviando a atenção dos verdadeiros problemas do país.

Moog procurou apresentar a cultura alemã em todos os momentos de sua narrativa, e Mércio tentou dar uma resposta a todas as críticas que haviam sido feitas. Exemplo disto é que, além do jogo de bolão, o único outro esporte citado no romance de Moog é o jogo de tênis disputado entre Geraldo e Karl. Ao abordar um jogo típico dos imigrantes alemães, Moog mais uma vez ilustrou suas teorias de que a cultura alemã se defendia dos elementos estranhos a ela (1939, p. 66-67). Mércio, como resposta, coloca seus personagens a discutir futebol, certamente o mais brasileiro de todos os esportes. Inclusive, há uma breve discussão em torno do Grêmio e do Internacional, uma vez que os teuto-brasileiros já haviam escolhido seus times no Brasil (1940, p. 68-69).

Mais um ponto de grande divergência entre os dois autores é a questão a língua. Moog faz questão, desde o início do romance, de afirmar que, mesmo após várias gerações no

Brasil, os descendentes de imigrantes mantinham a língua alemã. Ele não explica o porquê disto, somente argumenta que “quem não souber falar alemão come do duro” (1939, p. 20). Ao contrário de Moog, Mércio afirma de maneira direta que os descendentes de imigrantes, se em algum momento não falaram a língua portuguesa, foi porque o governo não deu subsídios para que eles aprendessem o idioma nacional. Mas o autor também explica que eles já haviam aprendido perfeitamente o idioma português:

Não faz uma vintena de anos e hoje o senhor pode percorrer a colônia e falar a língua pátria que todos o entenderão. Não há mais êsse problema para resolver. Solucionou-o definitivamente, o nosso govêrno nos últimos dois anos, com a criação de quarteis e escolas nessas zonas. (1940, 126-128)

Assim, Mércio encerra a questão do idioma, deixando bastante claro que esse não era mais um problema com que o governo deveria se preocupar. Mais uma vez, ele parece querer apresentar o que seria a realidade das colônias de imigrantes, ou, de fato, como ele gostaria que elas fossem vistas.

Enquanto Moog se preocupa em escrever um romance com muitos personagens, várias situações bem narradas, e realmente uma peça de literatura, Mércio, ao contrário, deixa claro rapidamente a que se propõe: o objetivo era desmanchar o enredo do Moog, afirmando que todas as situações que o autor criou não seriam fidedignas. Enquanto Vianna Moog narra situações para apresentar a defesa que os descendentes de imigrantes faziam da cultura alemã (como, por exemplo, os *kerbs*, a defesa do Nazismo, a proibição do casamento entre a descendente de alemães e o brasileiro), Mércio cria um romance com poucos personagens, mas com diálogos muitos longos, para aparentemente, de uma só vez, apresentar todas as suas ideias em defesa das populações de origem alemã. Assim, enquanto o primeiro narra situações com minúcias, o segundo faz uma narrativa rápida, sem entrar em detalhes dos acontecimentos. Em todos os elementos importantes em que parece haver uma manifestação de preconceito no livro de Moog, Mércio procura dar uma resposta, apresentando uma situação ou fala contraditória.

Se, de um lado, Moog postula a total falta de integração dos alemães na cultura nacional, Mércio entra nessa polêmica e sai em defesa de uma etnia que não era a dele. Essa foi, de fato, uma questão bastante intrigante para o presente estudo. Por que razão Mércio se envolve nessa discussão e defende com tanta intensidade uma população que ele conhecia tão pouco? Percebemos que a única maneira de nos aproximar de uma possível resposta a essa questão seria perguntarmos à filha do autor, para tentarmos compreender os motivos de

Mércio em escrever esse romance.

A filha de Mércio, Naiar, afirma que seu pai não conhecia e nunca conheceu pessoalmente Vianna Moog, apesar de os dois morarem em cidades próximas. Quando perguntamos mais diretamente de “por que entrar nessa polêmica e dar uma resposta ao autor”, Naiar explica da seguinte maneira:

Foi uma questão de justiça. Meu pai era um homem muito justo. Se ele escreveu o livro, certamente foi na vontade de fazer justiça, com aquelas pessoas que receberam tão bem a minha família. Ele viu no livro do Vianna Moog uma injustiça que deveria ser consertada (ENTREVISTA REALIZADA EM 11/04/2013).

Vimos que as atitudes de Mércio enquanto secretário municipal de uma cidade de teuto-brasileiros, durante o período da Campanha de Nacionalização, apontavam para uma situação diferente daquela que ele narrou no livro: escolas foram fechadas, sociedades, igrejas e pessoas foram perseguidas e acusadas de não quererem se nacionalizar. Com isso, verificamos que as ideias apresentadas por Vianna Moog pareciam agradar ao senso comum naquele contexto histórico específico, mas, na realidade, havia também defensores das populações teutas. Podemos imaginar que a proposta de Mércio em publicar um livro com ideias contrárias às de Vianna Moog seria a de aliviar a perseguição nessas comunidades, que conforme, a filha de Mércio, tão bem o receberam. Por outro lado, o autor desvia o foco do problema do Nazismo e chama a atenção para outros problemas, como, por exemplo, o abandono das colônias estrangeiras pelos governos anteriores e a miséria do povo brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de finalizar as ideias que conduziram o presente estudo, faz-se necessário retomar algumas questões para análise. Uma delas é a da “luta de representações”, pois, em um mesmo momento histórico, uma mesma realidade e uma mesma problemática são apresentadas de duas formas bastante distintas, cada autor defendendo uma ideia. As “lutas de representações” são, como demonstrou Chartier, de extrema importância, pois refletem as concepções sobre o mundo social construídas por cada autor (2002). Cada um tenta impor suas ideias, utilizando os valores e conceitos que dominam. Assim, apresentamos dois autores com ideias bastante distintas, mas que as defendem com muita ênfase e lutam para apresentar ao mundo sua visão da realidade.

Tanto Vianna Moog quanto Bayard Mércio utilizaram seus romances para defender suas teses sobre o problema nacional nas comunidades alemãs. Nesse sentido, a ficção está a serviço de ideias, e não da expressão estética.

Em um contexto de início de 2ª Guerra Mundial, os dois autores criam uma discussão acerca da situação cultural das comunidades dos descendentes de imigrantes alemães no Brasil. Ironicamente, um descendente teuto acusa os imigrantes de não quererem se integrar à cultura nacional, enquanto um descendente luso defende que já havia essa integração. Podemos compreender que um dos objetivos dos autores era interferir na realidade. Nesse sentido, podemos afirmar que Moog surge como vencedor, pois seu livro teve grande repercussão, e apesar de o autor ser relativamente pouco conhecido nos dias atuais, seu livro *Um rio imita o Reno* teve várias edições, sendo a última delas no ano de 2012. Ao contrário, o romance de Mércio, *Longe do Reno*, não teve grande repercussão. Podemos apenas supor que, a tese de Mércio não correspondia ao que as pessoas queriam ler e, por essa razão, o romance não despertou o interesse do público.

Em parte, o fracasso de um e o sucesso de outro são coerentes com a qualidade literária das obras. Como já exposto, quando Moog escreveu seu primeiro romance, afirmou que não possuía talento para romancista e, de fato, ele jamais analisou seu livro do ponto de vista literário, pois afirmou que o sucesso dele se deveu ao momento em que ele foi escrito. É,

entretanto, um romance muito superior ao de Mércio, mesmo que seu sucesso não se deva principalmente a isto.

Este momento era o da ascensão da Alemanha na Europa, da iminência de uma nova guerra mundial liderada pelos alemães e do medo que se tinha deles no Brasil. Mércio, no entanto, entrou na polêmica após o sucesso do livro de Moog e por causa dele. Apresentou um romance cheio de falhas, como algumas já expostas, e que não teve repercussão, ficando somente na primeira edição. Se, por um lado, a baixa qualidade literária ajuda a explicar o fracasso, possivelmente ele se deve também pelo fato de que o livro não apresentava ideias que agradassem aos leitores.

Enquanto Moog focou o tema do alemanismo, disseminando a ideia da não integração cultural dos descendentes teutos e demonstrando que esse era um sério problema brasileiro, Mércio abordou também a questão social, afirmando que o Brasil tinha outros problemas a serem discutidos além do alemanismo, e que Moog ignorou. Para este último, o grande desafio brasileiro daquele momento era externo, era o “estrangeiro” que não se adaptava à cultura nacional. Mércio avançou nesse sentido em relação a *Um rio imita o Reno*, pois observou que não eram os “alemães” que deveriam preocupar os governantes no Brasil, e sim os problemas sociais, a miséria da população esquecida.

O único problema que Moog abordou em seu romance foi o racismo, não analisando as demais questões nacionais. Mércio, por sua vez, tratou de problemas mais amplos, mas, além de não possuir habilidade como romancista, foi incoerente com a realidade. Como já apresentado, ele ignorou os problemas em torno da Campanha de Nacionalização, da qual ele era representante, tendo colocado em prática os preceitos da Campanha na cidade de Taquara, onde atuou durante o período em que escreveu o livro. Criando a representação de uma sociedade ideal de alemães e brasileiros, ignorou totalmente os conflitos que Moog afirmava existir e que eram observados na realidade.

Nem Moog nem Mércio podem ser vistos como historiadores do seu tempo, pois limitaram bastante sua compreensão da realidade, mas seus romances são bons documentos históricos, mesmo cometendo excessos: ambos são incoerentes, exagerados e até superficiais, pois defendem somente uma ideia como verdadeira. Podemos analisar que, se houve dois romances tão opostos, dificilmente um deles refletiria uma verdade absoluta. Alguns problemas apontados neste trabalho ficaram a ser resolvidos, pois não parecem ter uma

resposta plausível a partir da documentação disponível.

Sobre Bayard Mércio, por falta de bibliografia e documentação, faltam respostas sobre sua inserção política na cidade de Taquara, e sobre seu real envolvimento com o interventor Estadual, Cordeiro de Farias, pois, como exposto, ele e seu irmão foram designados a cargos importantes em cidades do estado. Também não conseguimos identificar qual foi sua efetiva participação na Campanha de Nacionalização, assim como as razões da sua saída da cidade e do seu pedido de desligamento da administração municipal. Isto porque não há na cidade de Taquara arquivo com documentos que poderiam responder a estas perguntas, e a família não possui essas informações.

Sobre Vianna Moog, faltam elementos que expliquem a motivação do autor em escrever o romance e que não se limitem à história familiar, visto que a mãe, de origem lusa, não era bem aceita pela família do pai, de origem germânica. Isso poderia ser um motivo extremamente importante para a escrita do livro, mas não acreditamos que seja o único. Podemos observar também que o romance de Moog ajudou a fundamentar a Campanha de Nacionalização, que foi imposta por Getúlio Vargas. É importante lembrar que, em 1932, Vargas e Moog rompem relações, quando o autor participa da Revolução Constitucionalista, que pretendia depor o presidente. Por consequência, este exila Moog, retirando-o do convívio intelectual do país. No período da Nacionalização, entretanto, ele atua como um porta-voz de uma política do regime ao publicar *Um rio imita do Reno*.

Sendo assim, apresentamos dois romances, escritos no mesmo momento histórico, mas que narram histórias completamente opostas. Se, por um lado, Moog exagerou ao acusar os colonos de origem teuta de representarem um perigo à sociedade brasileira, Mércio também exagerou, ao defender que os descendentes de alemães estavam plenamente adaptados à cultura brasileira, e que pouco ou nada recordavam da terra dos seus antepassados. Apesar de estas serem teorias bastante exageradas, esses exageros também são significativos, pois demonstram o nível de comprometimento e o engajamento desses intelectuais ao defenderem seus pontos de vista, pois o radicalismo deles reflete o radicalismo dos tempos em que viviam.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1 Instituições consultadas

ARQUIVO HISTÓRICO MEMORIAL JESUÍTA. Acervo Vianna Moog, UNISINOS. São Leopoldo, RS.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. Arquivo público municipal da cidade de Novo Hamburgo, RS.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL MARIA EUNICE MÜLLER KAUTZMANN. Arquivo público da cidade de Taquara, RS.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PROFESSOR RODOLFO DIETSCHI. Biblioteca pública da cidade de Taquara, RS.

COLEÇÃO JÚLIO PETERSEN. Biblioteca central da PUCRS. Porto Alegre, RS.

MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, Porto Alegre, RS.

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL ADELMO TROTT. Museu histórico da cidade de Taquara, RS.

6.2 Livros, artigos e outros

A “FOLHA DE NOTÍCIAS” E O GOVERNO DE TAQUARA. *O Momento*, Caxias do Sul, 15/05/1939, ano VII, n. 323, p. 4.

ABREU, Wagner Coriolano. Por meio de um livro. *Revista Arquipélago*. Porto Alegre: v.3, p. 58-60, 2005.

AQUINO, Ivânia Campigotto. *A representação do imigrante alemão no romance sul-riograndense: A divina Pastora, Frida Meyer, Um rio imita o Reno, O tempo e o Vento e a Ferro e Fogo*. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2007.

ARANHA, Graça. *Canaã*. 11. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia, 1959.

ARENDRT, Isabel Cristina. Representações das relações interétnicas na literatura produzida no Estado Novo: sobre a inserção dos imigrantes alemães na comunidade nacional. *In. XXI*

Encontro Nacional de História – História no Novo Milênio - Livro de resumos - ANPUH. Rio de Janeiro, RJ: 2001. v.1 p.297.

BAYARD DE TOLEDO MÉRCIO DARÁ NOME AO ACESSO DO NOVO CENTRO JUDICIÁRIO. Câmara Municipal de Novo Hamburgo. Notícias. 01/06/2005. Disponível em: <http://www.camaranh.rs.gov.br/Noticias.asp?IdNoticia=437>. Acesso em: 06/06/2011.

BONFIM, Pedro Calheiros. As escolas estrangeiras no Brasil. *Revista Cultura Política* (13), mar. 1942.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CHARTIER, Roger, *A História cultural entre práticas e representações*. 2 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

COSTA, Egídio Soares da. *Relatório da Prefeitura Municipal de Taquara*. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund, 1942.

DANTAS, Mercedes. *A força nacionalizadora do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza: a discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1995.

DIRETRIZES DO ESTADO NOVO (1937-1945) Cultura Política. CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>. Acesso em 12/11/2012.

DREHER, Martin. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. p. 27-66.

ENGELMANN, Erni Guilherme. *A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. Igrejinha: Jornal RS 115, 2003. 3 v.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Nacionalização*. Pôrto Alegre: Livraria do Globo, 1941.

FISCHER, Luís Augusto. *Vianna Moog. Cadeira 4. Ocupante 3*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

FOLHA DE NOTÍCIAS. Taquara (RS), 21/04/1939, ano I, n. 32 a 34.

FREITAS, Sonia Maria de. *História oral: procedimentos e possibilidades*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. 50 ed. São Paulo: Global, 2005.

GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

GEVEHR, Daniel Luciano. Os lugares de memória dos Mucker e a construção da imagem de sua líder Jacobina Mentz Maurer. In: III Encontro Nacional de Estudos da Imagem - III ENEIMAGEM, 2011, Londrina. *Anais do III Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. v. 3. p. 758-772.

GIRON, Loraine Slomp. O fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. p. 111 - 120.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: O trabalhador brasileiro. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. p.151 – 166.

HAAG, Elaine Miriam. A comunidade Evangélica de Taquara – IECLB: Uma caminhada de mais de 150 anos. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 1084 – 1087.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1973.

INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO (RS). *Vianna Moog*. Porto Alegre: IEL, 1989.

KAUTZMANN, Maria Eunice. Rodolfo von Ihering: Patrono do Grupo Escolar de Taquara. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 727-740.

KERBER, Alessandro Mario. *Wilhelm Pommer: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil*. São Leopoldo: Oikos. 2008.

KERSHAW, Ian. *Hitler, uma biografia*. Tradução Lídia Geer. 4a. ed. Alfragide (Portugal): Dom Quixote, 2009.

KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do Nazismo*. São Paulo: Ed. USP, 2003.

KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. p. 27-66.

LANG, Guido. Nacionalização na Colônia Teutônia. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. p. 135-140.

LEENHARDT, Jacques, PESAVENTO, Sandra Jatahy. Apresentação. In: LEENHARDT, PESAVENTO, Sandra Jatahy Jacques, LEENHARDT, Jacques. (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. p. 9-15.

LEENHARDT, Jacques. A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura. In: LEENHARDT, Jacques, PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. p. 41-50.

LEISE FLEHEN MEINE LIEDER. Internet Movie Database. Disponível em: http://www.imdb.com/title/tt0024249/?ref=fn_al_tt_2. Acesso em: 23/04/2013.

LIMA, Luiz Costa. Documento e Ficção. In: *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 187-242.

LÍNGUA ALEMÃ: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://www2.brasilalemanha.com.br/tese2.htm>. Acesso em: 05/03/2013.

LYRA, Vanessa Bellani, MAZO, Janice Zarpellon Mazo. “Os modernos métodos de ensino”: a criação dos cursos intensivos de Educação Physica na capital sul-rio-grandense. Do Corpo: Ciências e Artes. v. 1, n. 1, 7 p., 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/docorpo/article/view/1299> . Acesso em: 30/05/2013.

MACEDO, Aparecida Hildes Torres. História do IACS. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 778-793.

MAROBIN, Luiz. *Painéis da literatura gaúcha*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1995.

MARSON, Ana Maria Rodrigues. *Vianna Moog, ensaísta e ficcionista – Cotejo entre suas concepções e práticas narrativas*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2009.

MARTHA EGGERTH. Internet Movie Database. Disponível em: <http://www.imdb.com/name/nm0250964/bio>. Acesso em: 23/04/2013.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1978.

MARTINS, Regiani Müller. O Nacionalismo em Taquara, 1942 – 1945. In *IV Simpósio de História da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Gráfica Unisinos, 1987. p. 407 – 428.

MERCIO, Bayard de Toledo. *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional do Rio Grande do Sul, 1940.

MÉRCIO, Bayard de Toledo. *Os principais fatos do município de Taquara*. Porto Alegre: Globo, 1941.

MONEGO, Sybila Maria. Colégio Santa Teresinha: uma história para contar. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 745 – 750.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MOOG, Clodomir Vianna. “Prefácio”. In: *Um rio imita o Reno*. 8 ed. Porto Alegre: Delta, 1966. s.p.

MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1939.

MORAES FILHO, Evaristo. *O Cordial Vianna Moog e sua obra polêmica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MOREIRA, Marli Merker. O conceito de nacionalização: a linguagem de Aurélio da Silva Py. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. p. 141 – 156.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã: histórias e memórias* 2 ed. Caxias do Sul: UCS, 1981.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, jun. 2001, p. 119-129. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102. Acesso em 28/04/2013.

NEIVA, Artur Hehl. A imigração e a colonização no governo Vargas. *Revista Cultura Política* (21), nov. 1942.

NO AMERICANO UNIVERSITÁRIO. As resoluções de sua diretoria. *A Federação*, Porto Alegre, ano 54, n. 170, 28/07/1937, p. 4.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. “FORA DA HIGIENE NÃO HÁ SALVAÇÃO”: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *Mneme*. Caicó (RN), v. 4, n. 7. fev.-mar. 2003, p. 14-29.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAES, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista*. São Paulo: Edusp, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Brasil Contemporâneo*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabráz*. 2 ed. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund S.A., 1966.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM. Campo Bom. O eterno gigante do vale. Disponível em: <http://novo.campobom.rs.gov.br/informacoes/turismo>. Acesso em: 03/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA. Sapiiranga município. Disponível em:

<http://www.sapiranga.rs.gov.br/index.php/historia/mostrar/6>. Acesso em: 02/04/2013.

PY, Aurélio da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1942.

RELATÓRIO HISTÓRICO – CTG “O Fogão Gaúcho” Taquara - RS. Secretaria do CTG “O Fogão Gaúcho”, digitado: S.E., 2005.

REMPEL, Viandara Cristina. *Racismo e Ideologia em Um rio imita o Reno*. Dissertação de Mestrado, UFSM. 2004.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo 3: O tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RIGO, Kate Fabiani. Dorothea Schäfer: Histórias e memórias. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 767-777.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 101-103.

ROMERO, Sílvio. *O allemanismo no sul do Brazil*. in: ROMÉRO, Sílvio. *Provocações e debates*. Porto: Chardron, 1910. p. 115-163.

SANTANA, Gisiane Souza. *De margens e bordas: a contra-narrativa da nação em Iararana*. *Letras e letras*. nº 24, jul./dez. 2008.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Estrela, ontem e hoje*. Lajeado, RS: Evangraf, 2002.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero, Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

SCHUPP, Ambrósio, *Os Mucker - Episódio Histórico Ocorrido Nas Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul*. Vol. 32; Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. In: *Revista Mana*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 95-131.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p. 41-58.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

SOARES, Ana Loryn, SILVA, Elton Batista da. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). *Ameríndia*, ano 1, v. 1, 2006, p. 1-8. Disponível em: www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol01/vol01_08.pdf. Acesso em 28/04/2013.

SOUZA, J. P. Coelho de. Apregoar a supremacia de um grupo étnico na América é decalcar o racismo engendrado pelos cerebros primários do nazismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/03/1942, ano XLVIII, n. 75, p. 5.

SOUZA, José Pereira Coelho de. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Thurmann, 1941.

VARGAS, Pedro Orsi. O CTG “O Fogão Gaúcho” e as diversas feições da identidade cultural sul-riograndense (1948 – 1998). In: REINHEIMER, Dalva. *Caminhando pela cidade: Apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

VELLINHO, Moysés de Moraes. *Letras da província*. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

VELLOSO, Cultura e Poder Político: Uma configuração do campo intelectual. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 71 – 108.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 61 – 65.

VIANNA MOOG. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=112&sid=108>. Acesso em: 19/04/2013

VIANNA, Marcelo. Participação político-partidária e independência funcional - o caso dos membros do Ministério Público do RS (1945-1964). In: *X Encontro Estadual de História - O Brasil no Sul, 2010, Santa Maria*. Caderno de resumos - X Encontro Estadual de História - ANPUH/RS. Santa Maria: ANPUH/RS, 2010. v. 1. p. 67-68.

VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. Mércio, Bayard (verbete). In: *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1991, p. 154.

VOGT, Olgario Paulo. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. *Revista Signo*, p. 225-258, 2007.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1980.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1982.

7. ANEXOS



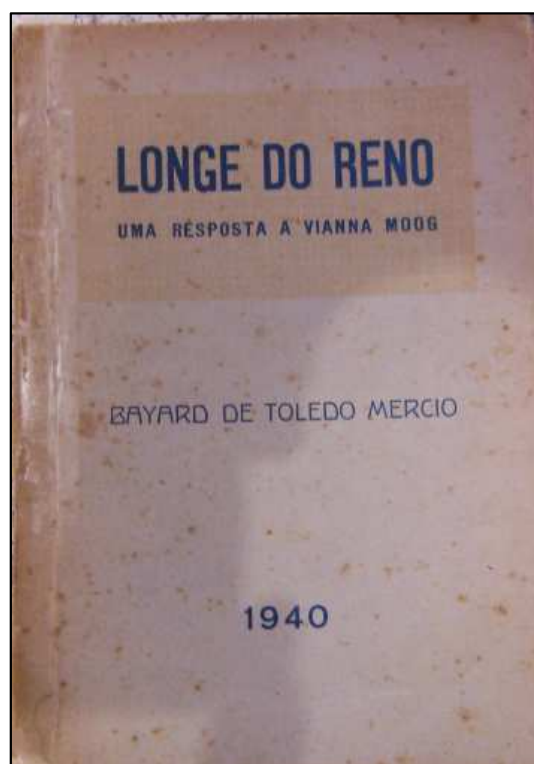
Vianna Moog, em 1945.



1ª edição de *Um rio imita o Reno*, 1939



Bayard de Toledo Mércio, em 1938.



Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog, 1940.